



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Luís Miguel Calheiros Cruz Sampaio

*O Sentido das prisões:
funções e impactos da reclusão*



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Luís Miguel Calheiros Cruz Sampaio

***O Sentido das prisões:
funções e impactos da reclusão***

Dissertação de Mestrado em Sociologia das Organizações
e do Trabalho

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Helena Machado

Outubro de 2011

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Quando, no já longínquo ano de 2006, me decidi inscrever na licenciatura em Sociologia na Universidade do Minho estava longe de “sonhar” que a iria terminar. Essa “rebeldia” de um estudante atípico, como fui apelidado por um professor que, carinhosamente, me recordava os meus 40 anos, tornou-se uma “ousadia” quando decidi continuar os meus estudos no segundo ciclo académico. Durante essa longa viagem, que agora termina, foram inúmeras as pessoas que *se sentaram ao meu lado nas escrivaninhas das salas de aula da vida*.

Quero agradecer (será antes um pedido de perdão) à minha mulher e aos meus filhos que quase sempre bem-dispostos me incentivaram e aceitaram a minha “ausência”. Amo-vos.

Quero agradecer à minha mãe por me amar incondicionalmente. Agradeço às minhas irmãs que me incentivam a trilhar mais caminhos.

À minha amiga Paula Damião que está sempre lá. Ao Manel e à minha amiga de sempre, a Paula Mendes, que me “cobrem” de amizade. Ao Fausto sempre presente. Ao Zé e à Andreia que me serenam os fins-de-semana. Ao Zé Mário. À espera ansiosa para que cheguem aquelas noites com o Tomás, o Quitó, o João Pedro, o *mister* Tózé, o Luís. Um grande abraço para ti Zé Dias, se é que a minha voz chega tão longe.

Às grandes amizades das modernidades tardias encontradas por força da academia: ao (grandíssimo) Luís. Ao Ricardo. À Vera. À Maria Manuel que me ensinou o que de mais importante a prisão é.

A alguns professores que me vergo: Manuela Palmeirim, Joaquim Costa, Ivo Domingues, José Neves. O meu profundo respeito e admiração pelo Professor Carlos Silva.

Por fim, mas não por último, agradeço a dedicação, o empenho, o rigor e a sapiência que a minha orientadora, Professora Doutora Helena Machado, colocou no acompanhamento à presente dissertação de mestrado.

RESUMO

Ao pôr em confronto a dialéctica - prisão como factor punitivo ou, cumulativamente, contribuinte para a reinserção social do indivíduo - esta investigação vem criar tensões que auxiliará a recolocação da sua função na ordem.

A investigação decorre em duas fases: uma que problematiza a dualidade ideológica em confronto e, outra, que, através da análise e interpretação de entrevistas a reclusos e outros actores próximos da reclusão, permitirá analisar os impactos da reclusão e, assim, trocar outros olhares sobre essa dialéctica.

O objectivo foi construir e desconstruir discursos institucionalizados e/ou teóricos sobre o sentido da prisão através do seu confronto com representações de actores que encarnam ou vivem a situação de reclusão. Uma vez que o objectivo de internamento visa qualquer uma das funções em debate, importa perceber as respostas que a prisão nos transmite, através dos discursos dos sujeitos e analisar se, de facto, ela responde aos objectivos para o qual ela foi criada. Todavia, interrogamo-nos, é possível reabilitar – punindo? Ou será que a prisão, no sentido foucaulteano, transforma o indivíduo num corpo dócil ou, ainda, se a prisão, como dizia um recluso que entrevistamos, “*serve mais para destruir...destruir...destruir*”? (Bernardo, 65 anos). Sintetizando: **Qual o sentido das prisões?**

Pela análise dos discursos dos entrevistados perguntamo-nos: o objectivo que o poder anuncia acerca da prisão e que declara a reconstrução identitária do indivíduo aquando da sua passagem pela prisão não transforma o próprio discurso do recluso sobre os efeitos da sua estadia por lá? Neste momento o que se sabe é que reclusos declaram um sentido de reabilitação. Assim, embora afirmem a falta de sentido da prisão mostram corpos *docilizados* para a vida em liberdade. A sociedade há-de os aceitar. Vão dizendo, contudo, existir uma rejeição silenciosa.

ABSTRACT

By bringing into the dialectic confrontation – punitive or prison as a factor, cumulatively, contributing to the social reintegration of the individual – this research is to create tensions that will help the replacements of its function in to the order.

Research takes place in two phases: one that problematizes the duality ideological confrontation, and another, which, through analysis and interpretation of interviews with prisoners and other actors close to the prison, will analyze the impacts of incarceration and thus enable other looks about this dialectic.

The aim was to construct and deconstruct institutionalized and/or theoretical discourses about the meaning of the prison through his confrontation with representations of actors who embody or live custody. Since the purpose of admission covers all of the functions under discussion, the answers is important to understand that the prison gives us, in the speeches of subjects and to examine whether, in fact, it meets the objectives for which it was created. However, we ask, is possible rehabilitation with punishment? Or does the prison, in Foucault sense, transforms the individual into a docile body, or even if the prison as an inmate we interviewed said: “serves more to destroy...destroy...destroy”? (Bernardo, 65 years old). In summary: What is the meaning of prisons?

For the analysis of the interviews we asked ourselves: the goal announced about the power of arrest and declaring the individual's identity reconstruction during its passage through the prison does not make the inmate's own discourse on the effects of your stay there? Right now what is know is that state inmates a sense of docile bodies show prison for life in freedom. The society is there to accept them. They will say, however, there is a silent rejection.

INDICE

I.	Introdução.....	1
II.	Crime, punição e ambiente social	4
III.	Crime, criminoso e reclusão	9
IV.	Funções e Impactos da Reclusão e os criminosos sexuais	19
V.	Hipóteses de trabalho	24
VI.	Metodologia	25
	Caracterização dos estabelecimentos Prisionais de Guimarães e Sta. Cruz do Bispo	27
1.	Estabelecimento Prisional Regional de Guimarães.....	27
2.	Estabelecimento Prisional Central de Sta. Cruz do Bispo.....	28
VII.	Análise e interpretação das entrevistas a RECLUSOS	29
1.	Caracterização da amostra.....	29
	Dados socio-demográficos e elementos da pena	30
	Dados Familiares.....	31
2.	Impactos da Reclusão.....	32
2.1.0.	Percursos biográficos e aproximação aos entrevistados.....	32
2.1.2.	Preparação do julgamento	40
2.1.3.	Memória do julgamento	42
2.1.4.	Reacção na audição da sentença.....	44
2.1.5.	Justiça do julgamento	45
2.1.6.	Sentimento nos primeiros tempos na Prisão.....	48
2.1.7.	Reacção dos colegas nos primeiros tempos na Prisão.....	51
2.1.8.	Tipos de relacionamento com colegas na prisão	54
2.1.9.	Relação com guardas e direcção da EP	58
2.2.0.	Mudanças pessoais sentidas	60
2.2.1.	Apresentar queixas	63
2.2.2.	Tipos de queixas dos reclusos	66
2.2.3.	Resolução de conflitos entre reclusos	68
2.2.4.	Caracterização do recluso.....	70
2.2.5.	Piores e melhores momentos da vida na prisão.....	71
3.	O sentido das prisões: as suas funções	74

3.1. Função da prisão.....	74
3.1.1. Alternativas à prisão.....	77
3.1.2. Medidas para diminuição da criminalidade.....	80
3.1.3. Consequências da reclusão.....	82
3.1.4. Recepção do ex-recluso pela sociedade	84
VIII. Análise e interpretação das entrevistas a Guardas-prisionais, Directores Penitenciários e Advogados.....	87
1.1. O sentido das prisões: funções e impactos da reclusão	88
1.1.1. A função da prisão.....	88
1.1.2. Alternativas à prisão.....	93
1.1.3. Medidas do Estado para diminuir a criminalidade	98
1.1.4. Consequências da reclusão.....	103
1.1.5. Recepção do recluso pela sociedade	107
1.1.6. Representações sobre o “recluso-tipo”.....	109
1.1.7. Sentimento dos reclusos nos primeiros tempos de prisão	112
1.1.8. Tipos de relacionamentos entre reclusos.....	115
1.1.9. Forma como directores e guardas prisionais se relacionam com os reclusos...	117
1.2.0. Predisposição dos reclusos para apresentarem queixas.....	119
1.2.1. Resolução de conflitos	122
IX. Conclusão	124
X. Posfácio	132
BIBLIOGRAFIA.....	139

I. Introdução

A prisão, enquanto lugar legitimado pelos Estados para absorver e conter a “mão” criminal, torna-se recorrentemente foco de debate público não tanto pela importância que sociedade e Estado lhe atribuem mas porque ela encerra o elemento criminoso que agita as discussões até si.

Chegados à prisão, o Estado afirma que aquele é o lugar que usa para punir todos aqueles que não respeitaram a ordem que em nome de toda uma sociedade foi por si estabelecida. Diz, também, que todo o indivíduo tem direito à sua “purificação” e, por isso, à prisão, estabelece-se, também, a função de reabilitar o indivíduo, preparando-o para uma reinserção social futura – após o cumprimento da pena que, em seu nome, o poder judicial lhe atribuiu.

A dupla atribuição de funções à prisão tem sido alvo das mais variadas discussões, com intenso reflexo mediático, quer na praça pública quer em sede académica.

Esta tese pretende dar um contributo para a clarificação sobre as funções e os impactos da reclusão para a “reconstrução identitária” e “concepção” de um futuro ex-recluso em liberdade.

Assim, através de entrevistas semi-estruturadas dirigidas a reclusos por crimes sexuais a cumprirem pena em dois estabelecimentos prisionais - Guimarães e Sta. Cruz do Bispo, a guardas e directores prisionais com funções nesses mesmos locais e também a advogados, quisemos aferir as suas representações sobre os efeitos do espaço e das relações sociais prisionais para a reconstrução identitária e preparação dos indivíduos para a reinserção social.

A estes actores formulamos questões que, sinteticamente, poderemos colocar da seguinte forma:

*Que representações detêm [estes actores] sobre a função da reclusão e qual o seu impacto para a reinserção social dos indivíduos? Ou, dito de outra forma, **Qual o sentido das prisões?***

Com o objectivo de obter o máximo de informação que nos permitisse responder à questão central, decidimos incluir dados sócio-económicos dos reclusos para entender de que forma as suas condições vão influenciar a sua prisão para, então, analisarmos de que forma a prisão vai determinar a sua reinserção social.

Através de um processo temporal que decorre entre o processo de julgamento e o momento da entrevista, pretendemos que os nossos entrevistados, no tempo presente, nos cedessem as suas memórias de um tempo passado e perspectivassem a sua vida sobre um tempo futuro. Aos restantes actores entrevistados pedimos que dada a sua proximidade com os reclusos nos dessem a sua perspectiva sobre a contribuição da cadeia para a reinserção social futura dos primeiros.

Ao longo deste trabalho iremos analisar, através das representações de todos os actores e grupos entrevistados, que tipo de acompanhamento tiveram os reclusos durante o processo de julgamento e de que forma esse factor contribuiu para as medidas das penas, quais as reacções que reclusos condenados por crimes sexuais tiveram e provocaram nos demais actores carcerários nos vários tempos de reclusão, que tipo de relações se constroem nas prisões, quais os impactos da prisão para a sua construção ou reconstrução identitária e quais os seus imaginários em relação a uma vida futura.

Este trabalho divide-se em duas etapas centrais. Uma revisão da literatura e a análise e interpretação das entrevistas a reclusos e a guardas, directores e advogados.

Esta tese encontra-se estruturada em 9 capítulos:

Agora, apresentamos uma síntese dos objectivos deste trabalho.

No segundo capítulo, acerca do *crime, punição e ambiente social*, vamos acompanhar alguns debates teóricos, analisando-os à luz de uma perspectiva sociológica na sequência do tempo moderno. Neste trânsito ir-se-ão seguir várias teorias que vem olhando as reconfigurações do crime e as formas de punição ou prevenção encontradas pelos detentores do poder capitalista em nome da coesão social.

O terceiro capítulo aproxima-se do objecto de estudo e dá conta de vários posicionamentos teóricos e ideológicos sobre *o crime, o criminoso e a reclusão*. O debate faz-se em torno da dialéctica que põe em confronto os que defendem que a

prisão serve fins exclusivamente punitivos e outros que vêm nela a dupla função de punir e “tratar” o indivíduo para a sua reinserção social.

Num quarto capítulo ir-se-á, numa primeira fase, introduzir, através de uma recolha de dados relativos a trabalhos desenvolvidos em prisões, os reclusos de tipologia criminal. Depois, percorrer-se-ão as etapas que se desenvolvem ao longo das entrevistas efectuadas aos actores e grupos entrevistados.

Depois, além de se fazer uma pequena súmula com as hipóteses de trabalho que propomos nesta investigação, iremos descrever as metodologias que nos orientaram.

No sétimo e oitavo capítulo, *Análise e interpretação das entrevistas*, faz-se, respectivamente, a análise e interpretação dos discursos, primeiro a reclusos e, depois, a guardas, directores prisionais e advogados.

Por fim, apresenta-se uma conclusão que sintetiza os principais resultados.

Em jeito de posfácio, anexamos uma reflexão crítica que junta uma peça de teatro realizada no estabelecimento prisional do Porto a algumas conclusões que “livremente”, e decorrente do trabalho que realizamos, queremos expressar. Nela, ver-se-ão olhares de artistas que realizaram e encenaram aquele espectáculo e de actores-reclusos que representaram aquela peça a observar a forma como o poder político e judicial olha para a prisão.

II. Crime, punição e ambiente social

O crime e a criminalidade vêm ao longo do tempo sendo alvo de discussões mais ou menos apaixonadas, quer quanto à sua origem e natureza, quer quanto à forma de olhar para ele(a) ou dele(a) “cuidar” ou “tratar”.

Durkheim (1960) sustenta a “normalidade” do crime enquanto elemento integrante da sociedade dado nela habitarem indivíduos portadores de comportamentos anti-sociais. De acordo com o autor, o crime estaria assente numa dinâmica social cuja prática motivaria a restante sociedade a respeitar os princípios normativos inscritos nas leis uma vez que a pena iria corrigir o culpado, intimidar possíveis repetidores e teria a função *essencial* de manter intacta a coesão social.

A visão “funcional” de Durkheim incita a outras explicações mais “estruturadas” defendidas pela sociologia crítica de raiz marxista (Wieviorka, 1997, Bauman, 1999, Wacquant, 2001) que entende que a criminalidade (não o crime) tem um fundamento social que impõe exclusão a enormes segmentos da sociedade. Para estes últimos, a culpabilidade não pode ser atribuída somente ao criminoso mas sim à exclusão social da qual o indivíduo foi vítima do que resulta que “quanto mais ampla e profunda é a exclusão numa dada sociedade, mais elevados são seus índices de criminalidade, o que de fato as estatísticas demonstram.” (Loureiro e Chaves, 2009).

Rusche e Kirchheimer (1939) vieram estabelecer relações entre a estrutura social e as formas de punição encontradas por “determinada” sociedade. As dúvidas colocadas por estes autores podem ser resumidas pelas seguintes interrogações: qual a relação entre a ocorrência de crimes e o contexto social? Porque é que se adoptam ou reprovam determinados métodos punitivos em determinada situação social? De que forma os métodos de punição são determinados pelas relações sociais básicas presentes numa dada sociedade?

Segundo estes autores a punição não poderia ser vista como uma “normal” consequência do crime mas como um fenómeno social independente dos conceitos jurídicos e dos fins sociais. Os mesmos autores defendem que qualquer sistema de

produção tende a desenvolver novas formas de punição em conformidade com as respectivas relações de produção. Assim, a escravatura como forma de punição só é possível na presença de uma economia escravagista assim como o trabalho prisional só terá a sua existência numa economia industrial. Dessa forma, para estes autores, a prisão da modernidade é parte integrante da engrenagem da “contabilidade” capitalista que a integra no seu processo de controlo do mercado de trabalho “enchendo-se para responder ao excesso de mão-de-obra e esvaziando-se quando ela é escassa, razão pela qual os índices prisionais e de desemprego variariam no mesmo sentido” (Cunha, 2008).

Michel Foucault vai conceber as práticas de punição não apenas como instrumentos de dominação de classe, tal como Rusche e Kirchheimer defendem, mas como tecnologias de poder ligadas de forma complexa às demais práticas sociais. Em *Vigiar e Punir* (2009) Foucault abre as portas para análises multidimensionais acerca do sentido da punição nas sociedades modernas. Fá-lo através de uma investigação minuciosa e intensiva às transformações penais da França do século XIX. A sua análise vai mostrar que as práticas disciplinares da prisão, que então emerge, têm um alcance que extravasa os muros prisionais porque esse poder disciplinar, a partir das prisões, é constituído por tecnologias de poder que se disseminam por toda a sociedade em instituições como fábricas, hospitais, escolas, etc.

As formas disciplinares “modernas”, ao contrário do formato precedido (que se efectuava por ritualizações de marcação ostensiva do corpo, exposição do criminoso e num propósito demonstrativo do poder do soberano), são novas técnicas de controlo minucioso do corpo, distribuição e compartimentação de indivíduos na prisão. Cada um ocupa o seu lugar – útil, funcional e hierarquizado. As disciplinas, por seu lado, contém controlo das actividades, cumprimento minucioso de horários, estabelecimento dos objectos a usar, com a finalidade de fixar mecânicas próprias aos indivíduos. O novo poder disciplinar vai, desse modo, “adestrar” o indivíduo. As mecânicas usadas são o olhar hierárquico (vigilância), a sanção normalizadora (imposição/análise/punição) e o exame (avaliação). Esta mecânica “moderna” vem “normalizar” a pena de prisão afirmando-a discutível mas sem alternativa. Foucault afirma que as críticas às práticas da prisão se fazem sentir com o seu surgimento mas ninguém a nega como elemento de cumprimento penal. É assim que o autor declara a função da prisão na manutenção das relações de poder na sociedade moderna dado que ela transformaria a criminalidade em uma das engrenagens essenciais da mecânica de poder disciplinar disseminada a toda a

sociedade. Com a utilização do tempo e da disciplina, a prisão actuará como instituição auxiliar da fábrica, na medida em que servirá para a transformação do criminoso (sujeito “real”) em proletário (sujeito “ideal”).

Garland (1995) vai gerar um outro modelo de análise do papel da punição na sociedade moderna que extravasa a perspectiva de poder concebida por Foucault. O autor utiliza a noção de “sobredeterminação” das práticas penais para reforçar a necessidade de uma abordagem mais pluralista e multidimensional da questão da punição. O seu modelo tem por base a exploração de diversas teorias com vista à reflexão sobre punição partindo de diversos aspectos sociais como a economia, a política e, sobretudo, a cultura. Garland traz uma contribuição para a sociologia punitiva ao teorizar sobre a importância da cultura para a aplicação penal. O autor aponta elementos culturais tais como a escola, a família, mercados e governos como factores determinantes para pensar a punição enquanto *instituição social*. Este autor recusa olhar as práticas penais como elemento singular e específico mas como uma estrutura social que vincula uma estrutura complexa e densa de significados. “Sobredeterminação”, diz o autor, não significa uma gama de forças que fluem suavemente juntas para a mesma direcção, com a intenção de um mesmo resultado. Ela implica um constante conflito, tensão e comprometimento, e sugere resultados que são mais exclusivos na sua particularidade do que uniformemente desenhados por um modelo predefinido”. Para o autor, a punição é usada e, portanto, deverá ser considerada a partir dos efeitos provocados pela sua acção social. Garland refere, ainda, a existência crescente nas sociedades actuais de um conflito entre a “suavização” das práticas penais e a preocupação com a garantia de segurança das populações “indefesas”, a proclamação da prevenção e um discurso cada vez mais “duro” em relação aos criminosos.

A consequência desse *fear from falling* é a instrumentalização da insegurança na sociedade para fins políticos fazendo da punição uma arma ideológica com fins eleitoralistas. Da mesma forma “Garland mostra que a comunicação simbólica entre a instituição penal e o conjunto da sociedade se dá por meio da forma como as sentenças são pronunciadas e/ou publicadas, e como o juiz se refere a elas; essa comunicação tem como interlocutores-alvo a vítima, os criminosos potenciais e a sociedade em geral” (Salla, Gauto e Alvarez, 2006). Enfim, para Garland, a punição “oferece um modelo básico para o nosso entendimento sobre as outras pessoas e sobre nós mesmos”.

A par de Garland (2001), outros autores (Wacquant, 2001, Wieviorka, 1997, Bauman, 1999); tem discutido e explicado o sentido da “nova criminalidade” e as formas de contenção dessa mesma criminalidade na sociedade contemporânea.

Michel Wieviorka (1997) acrescenta as mudanças políticas, sociais e económicas ocorridas na década de 60 como factor determinante para estabelecer o desde então novo “paradigma da violência”. De acordo com Wieviorka, o que terá mudado, mais do que a prática criminal ou as percepções acerca da criminalidade, foi uma transformação da própria forma de violência na sociedade de então. O autor compara as transformações sociais da década de 60 com a percepção existente no início da era industrial na qual a classe proletária contestatária era entendida como perigosa e violenta. A mudança surge, então, com o surgimento de manifestações de violência política perpetradas por movimentos radicais de direita visando a manutenção de actividades privadas fora do controle do Estado e práticas de violência relacionadas a identidades étnicas e religiosas. O que surge, então, ao contrário de alguma legitimação da violência nas discussões públicas da época precedida, são as percepções e representações de medo perante a alteridade, a diferença cultural ou religiosa.

Wacquant (2001) fala-nos da importação europeia dos princípios “securitários” estabelecidos a partir de *Manhattan* (pré e, sobretudo, pós 11 de Setembro). Nesse domínio assiste-se um pouco por todo o “velho continente” à implementação de medidas de prevenção ou repressão na escola, na empresa, no bairro, na cidade. Esse sistema “protector” faz-se com a instauração de normas que proíbem a mendicância, aumentam e reforçam a acção policial em “zonas problemáticas” e multiplicam sistemas de videovigilância nesses locais e nos transportes que mobilizam, maioritariamente, o utente proveniente das “zonas problemáticas”. Para Wacquant “é claro que esses desenvolvimentos não derivam unicamente de uma "negação histórica" de uma impotência patente perante a delinquência (...) Elas exprimem uma tendência de fundo à expansão do *tratamento penal da miséria*, que, paradoxalmente, decorre precisamente do enfraquecimento da capacidade de intervenção social do Estado e do abandono de suas prerrogativas diante da figura supostamente onipotente do "mercado", isto é, a extensão da lei económica do mais forte.” (idem).

Wacquant encontra, ainda, uma “reunião” de valores entre a direita mais radical americana e a “nova esquerda” trabalhista e socialista europeia. Assim, em torno de valores ultraliberais surge a ideia que os “maus pobres” devem ser capturados com a mão (de ferro) do Estado e os seus comportamentos corrigidos quer pela reprovação pública quer pela intensificação das coerções administrativas e sanções penais. Assim, para Wacquant, o liberalismo económico coexiste com um Estado paternalista que ao mesmo tempo que faz respeitar *valores cívicos* impõe trabalho assalariado e mal remunerado àqueles que não o desejem: “Trabalho social e trabalho policial obedecem assim a uma mesma lógica de controlo e re-educação das condutas dos membros mais fracos ou incompetentes da classe trabalhadora” (ibidem).

Bauman (1999) é um dos primeiros autores a estabelecer uma relação entre um “mercado económico globalizado”, a reorganização dos Estados e uma recomposição das políticas punitivas. Decorrente dos mercados intensa e incessantemente globalizados, refere este autor, movem-se capitais e mercadorias a escalas planetárias, surgem organizações mutantes e voláteis e, com elas, movimentos humanos que se movem por “estratégias” de sobrevivência. Segundo o autor, essas massas humanas acabam por imobilizar-se em guetos, nas periferias das grandes metrópoles e são frequentadores regulares das prisões. Prisões que se reanimam e se reabilitam para tratar estes novos “hóspedes” com formas mais severas de punição: “A prisão é a forma última e mais radical de confinamento espacial” (Bauman, 1999).

Observem-se, a este propósito, estudos realizados em cadeias americanas no último terço do séc. XX (Tonry, 2004, Wacquant, 2000) que dão conta que a população prisional naquele país triplicou nesse período sem que se tivesse assistido a um aumento da criminalidade. Assim, com base nesses dados, Cunha (2008) diz que o que mudou não terá sido a conduta da “população criminal” mas a atitude dos poderes públicos em relação a “algumas” populações e aos chamados ilegalismos de rua.

Ainda Bauman, diz-nos que o Estado sujeito à globalização resvala de um perfil de *welfare state* para um perfil de *gendarme* do capital, garantindo, dessa forma, a acumulação de capital. Ainda de acordo com o autor, o Estado sob a égide *global* e *neo-liberal* vai emagrecendo no seu peso e no seu papel de garantir condições de vida às populações para passar a fortalecer a sua função de polícia *daquelas* populações. Aliás, como se sabe, o Estado, através da polícia, detém o monopólio legal do uso da força,

concedido [exactamente] para que possa desempenhar eficazmente o seu mandato, que contempla três áreas fundamentais: a prevenção e a detecção do crime e a detenção dos criminosos (Manning, 1978).

III. Crime, criminoso e reclusão

O criminoso, de acordo com Foucault, a partir do séc. XVIII é recolhido numa *instituição total* como forma de castigar o pecaminoso e proteger os *homens de bem*.

Na reforma penal do séc. XVIII está implícito que “o direito de punir deslocou-se da vingança do soberano para a defesa da sociedade (...) entre o princípio contratual que rejeita o criminoso para fora da sociedade e a imagem do monstro “vomitado” pela natureza, onde encontrar um limite, senão na natureza humana que se manifesta, não no rigor da lei, não na ferocidade do delinquente, mas na sensibilidade do homem razoável que faz a lei e não comete crimes” (2009:86)

Esse sentimento colectivo que exige a punição, o encarceramento, vem, ao longo do tempo, olhando de formas múltiplas para o condenado. Dependendo de movimentos históricos, mas também culturais, económicos ou sociais, vão desde o apelo à punição, vigilância ou prevenção à tentativa de “transformar” o recluso num “ser” regenerado, transformado e reinserido na sociedade. Há, todavia, a par de todas as representações, uma realidade constituída por um esquema construído pelo poder, “compreendido/exigido/permitido” pela sociedade e operacionalizado pelos “profissionais” da justiça que aglomera em prisões indivíduos com penas diversas e tipologias criminais distintas. Ora, literatura científica e trabalhos empíricos realizados Calligaris 1999, Clemmer 1940, Goffman 2003, Harborot 1972, Robert 2007, avisam-nos que essa reunião de indivíduos tem resultado em *escolas de formação intensiva* que potencia a qualificação de todo um corpo social que dentro e fora da prisão exponencia a criminalidade. O que pretendemos questionar é a forma pela qual a prisão cumpre o papel a que está destinada (punição/reabilitação). É possível reabilitar – punindo? Mas também equacionar se a prisão, no sentido foucaulteano, transforma o indivíduo num corpo dócil ou, ainda, se a prisão, como dizia um recluso que entrevistamos, “serve

mais para destruir...destruir...destruir”? (Bernardo, 65 anos). Sintetizando: **Qual o sentido das prisões?**

O termo *instituição total* é caracterizado por Goffman como “um lugar de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, separados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam em conjunto uma vida reclusa cujas modalidades são explícita e minuciosamente regulamentadas” (1968).

O uso do termo *instituição total* aplica-se aqui no sentido linear da definição do excerto colado acima. Usámo-lo, igualmente, com o sentido de conferir àquele espaço um lugar diferenciado do espaço exterior e onde se concentram, maioritariamente e de acordo com os autores que percorremos, indivíduos com características comuns ao nível das condições de vida herdadas e à partida, isto é, a população prisional pertence a franjas sociais excluídas, marcadas pela pobreza, baixa escolaridade, desemprego ou emprego precário, dependências de várias substâncias e vulnerabilidades em termos de saúde. Não negamos, todavia, que a prisão, apresenta, crescentemente, marcas de “tensão” dado serem locais de “confluência de recursos e populações, lugar de centrifugação de populações transformadas e de redes de sociabilidade institucionais e informais, mais ou menos estruturadas, mais ou menos autónomas, sujeitas às transformações e adaptações da sociedade em geral e também da sua própria condição especial” (Dores, 2002). E menos contrapomos o ponto de vista de Cunha (2008) que rebate os princípios orientadores do termo goffmeano (*instituição total*) aqui em discussão, afirmando que “a prisão passou, em suma, a ser mais controlada do exterior, a estar mais estruturalmente dependente dele, menos fechada sobre si própria, com fluxos de todo o tipo atravessando os seus limites materiais e aspirando (...) a equiparar tanto quanto possível as condições de vida intra-muros ao mundo livre tornando-se, de certo modo, menos “total”. (2008). Abriria aqui, apesar de tudo, um parêntese para questionar os argumentos que a autora expõe em relação ao “encolhimento” do carácter totalizante da prisão actual e equacionar ainda mais a verdade “total” em relação a essa desconstrução e faço-o com base nos argumentos da autora. Pois se cada vez mais as prisões se encaixam num modelo próprio – cada vez mais universal – trazido pelo cada vez maior controlo externo é, por isso, mais uniformizado e as prisões estão cada vez menos sujeitas a formas discricionárias. Assim, as prisões, ao invés de se “destotalizarem” tornam-se estruturalmente mais dirigidas pelo poder centralizado, logo, mais *totais*. O poder totaliza porque é toda uma ordem que se pretende disseminar

para as prisões e para toda a sociedade. Aliás, Argyris (1975) refere que “muitas das características que Goffman imagina estarem em função da totalidade do sistema estejam ou existam mais em função da estrutura interna do sistema”. Ou seja, na estrutura marcada pelas regras burocráticas, tais como a rigorosa delimitação entre a “pessoa” formal e a subordinação, a severidade no cumprimento das regras e procedimentos institucionais e a normatividade com que se devem cumprir as interações entre as pessoas, demonstram o carácter fechado, normalizador, disciplinador, impositivo e totalizante daquela instituição, ou seja: “O controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas – seja ou não uma necessidade ou meio eficiente de organização social nas circunstâncias – é o facto básico das instituições totais”. (Goffman, 2003)

A prisão é, contudo, o local onde “certos indivíduos” se concentram e é por esse espaço que iremos iniciar a nossa procura do sentido das prisões. Mais tarde iremos falar com diferentes actores que dessa instituição fazem parte.

São várias as lógicas que, historicamente e variando a sua combinação consoante os contextos económicos, políticos, sociais e culturais, têm justificado a existência da prisão, podendo ser agrupadas da seguinte forma: a função de punição e expiação, dissuasão, neutralização e ressocialização (Cunha, 2008).

Essas mesmas lógicas reproduzem, grosso modo, um ideário dominante no senso comum e nos sistemas político e económico, de acordo com o qual a prisão funcionaria através do paradigma do elo entre prática de crime/aplicação de castigo.

Contudo, um conjunto vasto de literatura tem desconstruído a linearidade das lógicas que associam a criminalidade ao encarceramento, mostrando como a reclusão decorre de contextos macro-estruturais de criminalização da pobreza, retracção do Estado na esfera social e reforço do aparelho punitivo do Estado (Carlen, 2007, Combessie 2001, Cunha 1994, Cunha 2002, Wacquant 2000).

Em relação às funções da prisão, estudos empíricos dirigidos à vida prisional em si mesma, apontam no sentido da prisão funcionar como uma “escola do crime” (Baratta 1982, Calligaris 1999, Clemmer 1940, Goffman 2003, Harborot 1972, Robert 2007, Rocha 2007).

O conceito de prisionização (Clemmer 1940) vem precisamente explicar de que forma os processos de aculturação ou assimilação de valores e comportamentos na cadeia supostamente se aproximam de códigos culturais criminogêneos, pelo que, de acordo com este autor, quanto maior for o período de permanência na prisão menor será a conformidade com normas e valores convencionais.

A partir do conceito de prisionização proposto por Clemmer, autores como G. Sykes e S. Messinger (1960) acrescentam a existência repartida de uma “cultura” que se caracteriza pela partilha dos mesmos valores e de uma “sociedade prisional” cujos papéis se misturam no cumprimento ou afastamento desses valores.

O termo prisionização foi posteriormente colocado em causa (Wheeler, 1961; Glaser, 1964 *in* Cunha 2008) não só porque se observariam flutuações contraditórias nas várias fases do cumprimento de pena, mas, também, porque tal sub-cultura conheceria intensidades diferentes, isto é, verificar-se-iam os pressupostos defendidos por Clemmer caso se tratasse de estabelecimentos prisionais que enfatizavam a segurança e a disciplina e negação dessa teoria quando as instituições carcerárias primavam pela ideia de tratamento.

Dado que o nosso trabalho de campo se irá desenvolver em dois estabelecimentos prisionais de dimensões e tipologias diferentes (EP Central de Sta. Cruz do Bispo – com capacidade para albergar mais de 600 reclusos e EP Regional de Guimarães – com capacidade para albergar cerca de 60 reclusos) tentaremos analisar se as reproduções dos indivíduos entrevistados nesses distintos estabelecimentos prisionais nos sugerem outra medida (dimensão da prisão e conflitos na prisão) à teoria que pretende equacionar o conceito de prisionização de Clemmer.

O conceito de sub-cultura prisional parece significar a aparição de uma conduta criminógena que emerge no interior da cadeia. Pelo menos é essa a leitura de autores como Irwin e Cressey, (1962 *in* Cunha, 2008) que rebatem a emergência da cultura prisional a partir do seu interior. Segundo estes autores “o “código de valores recluso” é parte, por um lado, de um “código criminal” externo e, por outro, de um conjunto de padrões interiorizados...” quer externamente, quer em itinerários de vida que compreendem passagens por instituições de reeducação e prisões. Assim, de acordo

com estes autores estas duas sub-culturas fundir-se-iam na cadeia constituindo-se assim o código recluso num *melting-pot* de ambas.

Do nosso ponto de vista, esta teoria quereria significar que a sub-cultura prisional advém de sub-culturas desviantes apreendidas no exterior da cadeia. O que nos ocorre em forma de interrogação a analisar posteriormente mas que teoricamente nos parece mais razoável é que os indivíduos que trazem essa marca cultural à prisão a impõem e ela se propaga, “inevitavelmente”, pela força daqueles que transportam aquela cultura, ao conjunto. De qualquer forma os desconstrutores da teoria de Clemmer vêm, mais tarde, anunciar o fim dos pressupostos veiculados anteriormente dado que, entretanto, se verifica uma desorganização social na prisão, agora dividida em facções violentas, atravessada por roubos e pela predação inter-reclusa e pela violência associada à economia da droga na cadeia.

O nosso trabalho, nesta fase de observação dos caminhos teóricos que vão sustentar as “crenças científicas em desenvolvimento”, permite-nos calcorrear os caminhos dessa “evolução”. Nesse trilho, verificamos existirem peças cuja construção se mantém firme e, por isso, deverão ladear as construções mais recentes. Queremos com isto dizer que a constatação de uma desorganização social verificada na prisão actual deverá não excluir a existência de uma cultura prisional própria que inclui uma cultura exterior a ela mas que se *potencia* pelo facto de as acções e representações dos reclusos se darem num espaço que é modulado por regras próprias do ser/estar condicionado e retido a um espaço fechado e constantemente vigiado e que contém em si normas/hábitos/costumes próprios muito diferentes daqueles em que os detentores de certas culturas se movimentam.

Tendo presente os resultados de vários estudos (já aqui analisados) que apontam os impactos negativos da prisão para a ressocialização dir-se-ia que se caiu num estado de consciência paradoxal, em que se confronta a realidade da “impossibilidade” da reintegração em sociedade com certos discursos políticos e institucionais que relevam a função de reintegração social da prisão. O nosso trabalho pretende questionar, escutando as representações de indivíduos que se movimentam no espaço carcerário, os efeitos e impactos da reclusão para a ressocialização e, se possível, contribuir para estabelecer fronteiras mais “seguras” entre essa dicotomia.

Pat Carlen, uma autora que se concentra fundamentalmente nas prisões femininas refere que “a prisão está, em primeiro lugar, essencialmente organizada para punir os excluídos, controlando-os de forma segura durante um período de tempo definido por um tribunal” (2007). Esta autora critica o discurso daqueles que afirmam a componente integrativa enquanto princípio determinante do sistema judicial. A autora sustenta que existem várias razões que tornam o conceito de reintegração social na prisão impossível e, portanto, dever-se-á contestar as alegações que repetidamente recuperam para a prisão um papel que promove tanto o castigo como a reabilitação. Assim, a autora “sugere” [no estudo das prisões femininas] que a prisão causa danos psicológicos de tal ordem que não é possível curar por meio da terapia prisional” (idem) até porque, diz, a prisão consegue excluir até mulheres que não estavam socialmente excluídas antes de serem detidas e excluir mais ainda aquelas que já o estavam.

As prisões são, de acordo com autores citados acima, mais do que lugares estanques com princípios lineares ou regulares: são, sobretudo, microcosmos dinâmicos e reflexos das especificidades sociais externas. Assim, o movimento social externo àquelas instituições é veloz e difuso, daí, entendermos esse contágio à prisão e ela surja como uma desorganização social (Irwin e Cressey, 1962). Então, se por um lado, se debatem os pressupostos constantes nas recomendações europeias - que se confinam a um “discurso mais permissivo”, isto é, pela ideia de tratamento, pela formação/ensino e com objectivos de reintegração social em relação às penas a cumprir em regime de prisão – existem, por outro lado, posições que emergem de uma sociedade com medo e que clamam por um estado mais vigilante e mais punitivo.

Carla Machado (2010), refere-se ao *fear from falling* das classes médias baixas e à sua crescente ansiedade como responsável pelo sentimento de insegurança geral instaurado na sociedade. Recorrendo a Wacquant a autora sustenta que esse sentimento de insegurança tende a associar-se à punitividade e “neste cenário falharam as previsões dos que vaticinavam há umas décadas atrás o declínio irreversível da prisão e a sua substituição pelo controlo de face *soft* das tecnologias de vigilância. (...) A prisão converte-se, como diz Wacquant, no principal dispositivo regulador da pobreza, expandindo-se à medida que o investimento político e económico nas políticas sociais se retrai. A prisão gere as respostas delinquenciais produzidas como resposta à crise estrutural.”

Por outro lado, as mesmas vozes que proclamam uma sociedade mais segura afirmam que a prisão se constitui numa escola de crime e violência e enumeram as suas implicações negativas para a reinserção social. Assim, verifica-se que a prisão concentra criminosos em que o mais destemido, o mais bruto, o mais “esperto”, ou o mais “desenrascado” impera, domina e faz escola naquele meio. Esse é o jogo de poder entre o grupo recluso. Dessa forma, pegando nos pressupostos de Irwin e Cressey (1962) quando contesta o conceito de prisionização de Clemmer e afirma a existência de uma sub-cultura externa à prisão poderemos interrogar se essa sub-cultura se impõe no “caldo” cultural prisional e, simultaneamente, fruto de uma escola de relações de poder e de competências relacionais adquiridas naqueles trajectos se potencia a condição de melhor preparação para refinar os actos desviantes no exterior. Robert (2007), vem, por sua vez, enfatizar o sentido criminógeno da prisão ao afirmar que a escola da prisão ensina a que o autor reincidente do crime se encontre muito melhor preparado não só para melhorar qualitativamente *o acto da prática de crime* como também para o disfarçar.

Se bem que o caminho de análise que aqui trilhamos nos encaminhe para a pressuposição da manipulação dos poderes capitalistas em relação à dominação do crime recorrendo ao uso da força e/ou “prevenção” e/ou controlo/vigilância das massas, iremos, de seguida, sugerir hipóteses para uma futura investigação colocando duas perspectivas de posicionamento entre a teoria que trazemos e esse mesmo poder político. O objectivo é equacionar, mais uma vez, a totalização não tanto das *instituições totais* mas, especificamente da instituição prisão. Fá-lo-emos por etapas com a *fé* de sermos explícitos.

- O poder político parece *perder-se* na volatilidade dos sinais transmitidos pela sociedade que, dependendo do foco noticioso, exige mais ou menos punição penitenciária. Na opinião de alguns autores a que aqui já fizemos referência o poder político capitalista maneja a seu favor alguns sinais transmitidos pela sociedade.

- Qualquer sinal que emerge daquele local (prisões) transforma-se num pesadelo para o poder político. Ou num *uso* para aquele poder, dizem outros autores

- O “político moderno” não sabe como lidar (ou *usa* a contestação pública) com a prisão e demite-se daquela sua responsabilidade, escondendo-a (ou fechando-a).

- Por isso, a prisão apresenta-se *livre* para sustentar mecânicas próprias – *os presos, por um lado, os agentes, técnicos e outros funcionários do sistema prisional,*

por outro, fazem concessões recíprocas, que produzem as redes de poder. (Foucault, 2009). Essa liberdade penitenciária, se contestada por uns, afirma-se de uma forma informal e arbitrária tanto para responsáveis de estabelecimentos prisionais como para reclusos (sobretudo aqueles que dominam aqueles espaços) e ambos com a supervisão centralizada e cada vez mais “panóptica” do poder.

A conclusão a este pequeno parágrafo que levianamente aqui plantamos sugere a existência de uma totalização do sistema prisional que emerge da produção capitalista neo-liberal com intuitos de cristalizar “aqueles” elementos da sociedade para os quais esse poder não tem resposta.

De acordo com o perfil do recluso médio, a sua socialização é feita de acordo com modelos divergentes do quadro de valores tido como socialmente adequado. Relembramos a este propósito os conceitos de criminalização da pobreza a que consequentemente o aparelho punitivo do Estado reprime (Carlen, 2007, Combessie 2001 e Wacquant 2000) ou a existência na prisão de uma “cultura” *principal* que se caracteriza pela partilha dos mesmos valores transportados do exterior (G. Sykes e S. Messinger, 1960) e que decorrem de comportamentos desviantes não aceites em nome da sociedade e aplicadas pela justiça criminal. Gonçalves (2005), vem ainda afirmar que o estilo de vida de um criminoso é marcado pela irresponsabilidade na escola, no trabalho e em casa, o que significa dizer, segundo este autor, que estes indivíduos são propensos ao envolvimento em actividades marcadas pela indiferença, a desinibição, a impulsividade e a auto-desresponsabilização, tais como o abuso de álcool e drogas, a promiscuidade sexual, o vício do jogo e a ostentação de tatuagens. À irresponsabilidade do “marginal” juntam-se características como a auto-indulgência, o comportamento interpessoal intrusivo e a apetência pela violação das regras sociais (idem). Daí, a situação de reclusão surge, quase, como uma decorrência “natural” de um conjunto de antecedentes individuais, familiares e sociais, diz Moreira (1994).

Becker (1977) refere, por sua vez, que “o desvio não é uma qualidade do acto que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um transgressor. O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal”. Assim, de acordo com este autor, quando se aplica o rótulo de desviante é um passo decisivo na fixação de um padrão estável de comportamento marginal àquele indivíduo,

posteriormente, são-lhe negados meios de prosseguir na vida através de rotinas comuns (idem).

São, todavia, indivíduos que partilham valores e práticas desajustadas aos padrões *consentidos* pela sociedade que se agregam num ambiente adverso que é a prisão: um envolvimento humano, material e arquitectónico hostil; tensões decorrentes de um convívio social problemático (porque forçado); de obrigações, normas e regulamentos opostos à sua condição de acrata; vigilantes que são, também, os seus educadores. É possível a reabilitação nestas condições?

Pegando nas palavras de Moreira (1994) seria no mínimo estranho que quem, em liberdade, desenvolveu comportamentos discrepantes dos padrões estabelecidos, passasse a comportar-se de forma concordante com a normatividade social num espaço onde ela não é reproduzível.

Vejamos, ainda, um outro lado da questão. Apesar das dificuldades de modelação que o recluso ostenta, os portadores do *skeptron* institucional vêm contrariando esses factos anunciando acções de reabilitação e preparação para a reinserção do condenado. Assim, de acordo com o Programa de Estocolmo e da correspondente resolução do Parlamento Europeu, de 25 de Novembro de 2009 estão previstas intervenções para «a implementação de programas de reinserção social do recluso», como refere o n.º 112 da referida resolução: As medidas de inclusão social garantem, conjuntamente com outras intervenções, as condições mínimas para a recuperação e a reabilitação dos ex-reclusos a partir de oportunidades de trabalho específicas susceptíveis de serem financiadas pela União Europeia.

Do mesmo modo o discurso jurídico dominante atribui ao cárcere funções que ele não pode cumprir. Mas ocorre que, o discurso é instrumento de poder, de dominação, é um servo do poder e, enquanto tal, é através da criação de certos hábitos de significação que se poderá sustentar o poder, sendo este, uma manifestação do Direito na realização do controle social (Warat, 1994).

Esta e outras *atitudes* que emanam dos poderes político e judicial institucionalizado e que perspectivam uma *saudável* saída da reclusão são, mais uma vez, contestadas. Assim, Cunha (2002) argumenta que: “se as prisões são [ou dizem ser] instituições tão benéficas e eficazes — logo imprescindíveis — na superação dos

problemas dos reclusos, então não há razão para procurar preferir alternativas não prisionais e é racional encarcerá-los, mesmo por crimes menores”.

Partamos, então, do princípio que a pena de prisão tem cumprido apenas o seu carácter retributivo, apenas impondo um castigo ao condenado (e só a ele) sem lhe proporcionar a sua recuperação e a sua consequente reinserção social (Assis e Oliva, 2007). Assim, a prisão parece não estar a cumprir uma das funções para as quais anuncia uma disposição – a preparação para a reinserção social do indivíduo – até porque “Apesar de não haver índices nem estatísticas concretas, está directamente verificada a presunção de que a pena privativa de liberdade não possui um carácter efectivamente reabilitador, quando podemos constatar de fato o alto número de reincidência dos ex-detentos” (idem).

Mas será que a não “obtenção” do objectivo conjunto de punir e reabilitar ou reinserir o indivíduo é, apenas, o resultado da ineficácia do Estado? Será que este *status quo* é uma vontade do poder? Será que aquela (in)acção é o resultado de uma vontade dos vários actores envolvidos no sistema carcerário? Ou aqueles (reclusos, guardas-prisionais, directores penitenciários) se vêm impotentes para produzirem melhores resultados tendo como finalidade a reinserção social? Veremos mais tarde as representações destes actores e a forma como vêm a sua *acção* para aquela finalidade.

Este estudo visa, a partir de indivíduos a cumprir pena por crimes sexuais entrevistados em dois estabelecimentos prisionais (EP central de Sta. Cruz do Bispo e EP regional de Guimarães) obter as suas representações sobre as funções da prisão. Quisemos, contudo, acrescentar a voz de guardas-prisionais, directores prisionais e advogados e anotar dos seus discursos os efeitos e impactos da reclusão. Quisemos observar como diferentes actores ligados à realidade carcerária analisam a vida, os impactos e as consequências da prisão e perspectivam o efeito do encarceramento para a (re)inserção social futura.

O nosso trabalho de campo desenvolve-se com recurso a entrevistas semi-estruturadas a vários actores na instituição penitenciária. O facto de pretendermos fazer representar neste trabalho actores diversos obrigou-nos a limitar o universo dos entrevistados reclusos. Nesse sentido, fizemos convergir com o tema a explorar (o sentido das prisões: funções e impactos da reclusão) indivíduos reclusos inseridos numa tipologia de crimes que, por um lado, suscitam repulsa da parte da sociedade e, por

outro lado, se inserem numa tipologia com menor universo prisional. Entrevistamos, nos estabelecimentos prisionais referidos acima, dez reclusos condenados por crimes sexuais os quais perfazem cerca de 4% do total do universo prisional português, dois elementos da direcção prisional, cinco guardas prisionais, além de inquirirmos três advogados que permitiriam acrescentar a este trabalho a sua experiência com reclusos.

De seguida faremos uma breve caracterização da população condenada por crimes sexuais e abordaremos os temas centrais que queremos retratar na nossa investigação e que estão inscritos nos guiões de entrevistas que elaboramos para entrevistar reclusos, guardas e directores prisionais e advogados: as funções e impactos da reclusão.

IV. Funções e Impactos da Reclusão e os criminosos sexuais

Neste capítulo iremos, para além de abordar elementos teóricos relativos às funções e impactos da reclusão, visitar alguns estudos realizados em ambiente prisional para termos uma “outra” aproximação àquele meio a partir do conhecimento das “relações” entre, especificamente, os reclusos de tipologia sexual e os restantes “colegas” ou guardas prisionais e outro “pessoal” que circula nos “corredores” carcerários.

A utilização de tantas aspas no parágrafo anterior deve-se ao facto de já carregarmos alguma “consciência” relativamente ao “tratamento” a que os agressores sexuais são sujeitos no interior da prisão.

A violência perpetrada a esta população “reflecte um sistema de valores entre reclusos que conferem “legitimidade” à vitimização dos agressores sexuais (Ireland & Archer, 1996; Toch, 1992 *in* Moreira 2010). Aliás, o pior insulto verbal com que se pode apelidar um recluso [mesmo não o sendo] é precisamente o de violador. (Moreira, 2010)

Os violadores ou simplesmente os “violados”, forma como os condenados por crimes sexuais são tratados nas cadeias, são pessoas não gratas não só aos seus pares reclusos mas também ao próprio “sistema” prisional. “O staff prisional tem deles uma percepção que vai ao encontro das teorias que sustentam a problemática da agressão sexual, ou seja: a sua transversal insinceridade, patente em expressões como: “...eles estão todos inocentes!” (Pereira, 2007).

Gonçalves (2005) sustentando-se num estudo efectuado a 95 reclusos de tipologia sexual afirma que estes condenados, em relação a todos os outros, mostram ser mais intrusivos nas relações interpessoais. Fixando-se na sua investigação, este autor diz existirem índices de reincidência superiores nos indivíduos reclusos por crimes sexuais e encontra uma correlação entre esse facto e um maior volume de problemas disciplinares desta população em meio prisional.

Não querendo avançar, pelo menos numa fase ainda prematura, para correlações em relação a esta população prisional não podemos deixar de notar que a existência de um sistema de valores entre reclusos que hostiliza os condenados por agressões sexuais (Ireland & Archer, 1996; Toch, 1992) valores esses que são partilhados pela “percepção” do staff prisional (Pereira, 2007) facilmente se depreenderá que os reclusos da tipologia sexual deverão ter *um maior volume de problemas disciplinares naquele ambiente*. Moreira (2010) refere que uma das fontes responsáveis pelas agressões em meio prisional a reclusos detidos por crimes sexuais são as notícias exibidas nos órgãos de comunicação social. Este autor cita O’Donnell e Edgar (1998) para dizer que na maior parte das vezes os reclusos da tipologia que aqui retratamos vão cumprindo a sua pena, conseguindo que os outros reclusos não saibam do crime praticado por si. Todavia, quando os *mass media* transmitem retrospectivamente os actos cometidos levam a que estes reclusos se vejam obrigados a pedir transferências para unidades que os protejam depois de terem sido agredidos (idem). Embora os crimes sexuais não se confinem, “apenas”, aos crimes sexuais contra crianças e pese embora esse facto acentuar alguma repulsa social ao acto (até pelo pendor dramático aplicado pela comunicação jornalística), façamos aqui um pequeno exercício reflexivo para equacionarmos uma relação entre a notícia e o tratamento exercido ao recluso por agressão sexual. Machado (2010) a propósito do tão propalado desaparecimento de Madeleine McCann refere que embora seja diminuto o número estatístico e a cobertura noticiosa de outros casos de crimes sexuais contra crianças “a cobertura mediática da pedofilia, infanticídio ou abuso de crianças é rotineiramente acompanhada por apelos a

uma maior protecção das crianças contra uma série de “estranhos malfeitores” e predadores sexuais.” Assim, esta onda de moralidade “abrigada” pela comunicação social fará eco na opinião pública e deverá ter um impacto acrescido no meio prisional onde a “comunicação” televisiva ou radiofónica exerce um peso central dado serem dos raros meios comunicativos a penetrarem as paredes prisionais.

As questões que dirigimos aos nossos entrevistados pretendem observar três momentos distintos da vida dos reclusos.

Numa fase inicial e após o *hipotético* crime (a nossa investigação dirige-se a reclusos já condenados, todavia, queremos salvaguardar a *hipotética* inocência dos reclusos) pretendemos analisar através das representações dos reclusos e dos advogados quais foram as emoções dos actores condenados no processo de julgamento, a reacção à sentença mas, também, o sentimento de justiça que aqueles dois corpos (reclusos e advogados) guardam em relação à cerimónia de justiça.

Um segundo momento vai buscar às representações de reclusos, guardas e directores prisionais os impactos da vida na prisão para a vida das pessoas. Quisemos que nos falassem das suas (e dos outros) reacções, sentimentos, vivências desde a entrada até à “adaptação” carcerária. Junto com os impactos da vida prisional pedimos a estes actores que nos dessem as suas opiniões acerca da função da prisão, não só em relação àquilo que eles “vêm” ser a sua função mas também àquilo que eles pensam sobre o que “deveria ser” a função da reclusão. Neste momento trocam-se olhares sobre os relacionamentos e a forma como os reclusos entre si e entre eles e os restantes actores da autoridade prisional (e vice-versa) se vêm.

O terceiro momento refere-se a um tempo porvir. Tínhamos como objectivo abordar a esperança ou desesperança de uma vida futura e prever os impactos que um tempo de prisão muito real (já vivido, a viver e por viver) teriam na vida futura dos reclusos e que nos transmitissem as suas expectativas em relação à forma como a sociedade os verá em liberdade. Não só pedimos este exercício de “adivinhação” àqueles em que as questões se encarnam mas também a guardas, directores e advogados que de tanto verem aqueles a “passar” pela reclusão se lhes legitima a resposta sobre as funções e impactos da prisão para uma vida futura em liberdade dos outros –*outsiders*.

A ponte que dá acesso à prisão faz-se através de todo um processo judicial que culmina num julgamento em tribunal do presumível infractor. Não sendo aquele o palco (central) da nossa pesquisa quisemos, contudo, aflorar sentimentos, vivências e reacções

ocorridas naquela cerimónia judicial. Queríamos obter as representações de reclusos e advogados sobre a forma como ambos *viam* ou *sentiam* aqueles momentos. Ao abordarmos a cerimónia judicial ocorre-nos permanentemente o potencial dramático daquele momento e surge-nos a questão da forma como o auguro de um futuro desolador interfere na representação dos actores. Goffman, no entanto, diz-nos que “a vida social é uma cena, não numa grande proclamação literária, mas de forma simplesmente técnica: a saber que, profundamente incorporadas à natureza da palavra, encontram-se as necessidades fundamentais da teatralidade” (Goffman, 1987).

Por seu lado, Becker diz que o desvio (o acto do julgado em cerimónia judicial) é sempre o produto de um "empreendimento", dirigido por dois tipos de "empreendedores de moral": os que criam as normas e os que as fazem aplicar. Os primeiros empreendem uma "cruzada" para a reforma de costumes. Os segundos são os agentes institucionais encarregados de fazer respeitar as novas leis estabelecidas por essa "cruzada". Diz Becker: “Na medida em que um grupo tenta impor as suas normas a outros grupos da sociedade, encontra-se uma segunda questão: quais as categorias que são capazes, na prática, de obrigar outras a aceitar as suas normas, e quais são as causas do sucesso de um tal empreendimento? Evidentemente é uma questão de poder político e económico” (Becker, 1985).

Será aquela uma *cerimónia de degradação da identidade*? O conceito “status-degradation ceremony” foi introduzido por Garfinkel (1956) e refere-se a procedimentos ritualizados nos quais um indivíduo é condenado e despojado da sua identidade e recebe outra (degradada).

Outra questão de inegável actualidade refere-se ao sentimento de justiça em relação ao seu acesso. Santos (1996) enumera, a esse propósito, um conjunto de estudos que revelam que a discriminação social no acesso à justiça “é um fenómeno muito mais complexo do que à primeira vista pode parecer, já que, para além das condicionantes económicas envolve condicionantes sociais e culturais resultantes de processos de socialização e interiorização de valores dominantes muito difíceis de transformar”.

Qual o sentimento de justiça durante o processo de julgamento, da sua preparação e na escolha de defensores? Os próprios defensores, o que pensam sobre isto? Estas são algumas das questões que queríamos ver respondidas e que antecipariam a análise da entrada na prisão.

Para construirmos um edifício de análise em relação aos impactos da prisão preparamos uma série de questões dirigidas ao universo de reclusos, guardas e directores prisionais. O objectivo foi que esses depoimentos nos possibilitassem observar a vida na prisão desde o momento de entrada, reacções iniciais e prosseguindo com relacionamentos, estratégias ou, simplesmente, com a passagem do tempo que permite a “adaptação” a uma vida de clausura. Posteriormente, pretendemos saber o que os nossos entrevistados pensam em relação à função da prisão. Deverão existir alternativas à prisão? Que medidas sugerem para a diminuição da criminalidade? Quais as consequências da reclusão? Como é que sentem ou perspectivam a recepção do ex-recluso pela sociedade? Estas são algumas das questões que nos acompanharão no objectivo de equacionar o sentido da prisão.

V. Hipóteses de trabalho

A nossa atenção concentrar-se-á na captação das representações sociais dos actores entrevistados acerca da prisão.

A prisão, *apenas*, cumpre o papel de defender a sociedade de indivíduos que cometeram determinados crimes sancionados legal e socialmente (retirando-os e isolando-os nas prisões)?

A função da prisão estende-se, também, ao “tratamento” desses mesmos indivíduos no sentido de os dotar de capacidades para os reinserir socialmente?

O resultado da reclusão contraria o discurso oficial do poder (prisão como função reabilitadora do indivíduo)?

A prisão inverte pelo menos um dos sentidos para a qual foi criada (reabilitar e integrar profissional e socialmente os seus reclusos) e contribui para um aumento do número de crimes?

1. A prisão serve para reabilitar e reinserir na sociedade;
2. A prisão é uma forma de proteger a sociedade de indivíduos que cometem crimes;
3. A prisão é, sobretudo, uma escola de crime.

VI. Metodologia

O nosso objectivo central é, como já referimos, tentar perceber qual o sentido das prisões, isto é, qual a função das prisões e a partir das representações dos actores entrevistados analisar de que forma ela cumpre o papel para o qual foi criada e se o resultado da reclusão responde ao discurso de recuperação e reintegração social ou se, apenas, serve para isolar e defender a sociedade de indivíduos marginais à lei ou, ainda, se aquela é uma escola de crime.

Dependendo dos vários pontos de vista de actores que estudam, trabalham e dirigem as prisões, elas se constituem por duas variáveis quase sempre em oposição que são, com algumas cambiantes e com intensidades diversas, para uns - o castigo e a defesa da sociedade e, para outros, àquela função acresce-se a reabilitação do recluso para uma reintegração social futura. Este último é o discurso institucional recorrente. Partindo desses modelos em debate, partimos ao encontro dos actores e tentamos envolvê-los na discussão e procuramos informações que nos permitam analisar os diferentes pressupostos em disputa.

Recorremos à metodologia qualitativa que foi aplicada através de entrevistas semi-estruturadas a reclusos. Optamos, igualmente por incluir uma outra amostra constituída por advogados, guardas e directores prisionais porque pensamos que aportam perspectivas múltiplas aos temas abordados no nosso trabalho.

O recurso a diferentes guiões que variam de acordo com o grupo entrevistado (reclusos, guardas e directores prisionais), com base semi-directiva, tem como objectivo recolher opiniões de diversos actores interessados na problemática prisional dada a sua relação com aquele espaço. Como já referido anteriormente, ouvimos advogados em tempos diferentes das passagens dos reclusos. Queríamos que nos dessem a sua opinião sobre o sentido das prisões, na perspectiva que temos vindo a falar.

Partindo do princípio que as sanções com recurso à prisão têm que ser aplicadas àqueles que infringem as leis, queríamos conhecer as representações dos vários actores entrevistados acerca da reclusão e analisar os seus pontos de vista em relação ao papel que aquela deve desempenhar no sentido da “recuperação” do indivíduo mas, também, saber as suas representações em relação às várias fases pós crime, isto é, julgamento, entrada e “adaptação” à prisão para além das expectativas pós reclusão. De acordo com a metodologia utilizada – *grounded theory* e na lupa de Strauss e Corbin (1990) o

investigador formula questões suficientemente abertas para permitir um percurso de análise flexível e em profundidade do fenómeno em estudo, mas os compromissos com os limites definidos pela questão ajuda a tornar investigável o fenómeno escolhido para estudo.

Naquelas entrevistas e tendo em conta a “potencial” riqueza de informações que os nossos interlocutores possuem, pedimos que falassem o mais abertamente possível pois tal permitiria o enriquecimento do nosso trabalho e contribuiria para uma análise sistemática do seu conteúdo.

A utilização de três guiões impunha-se dada a natureza da posição e função no sistema de justiça penal de cada um dos grupos entrevistados. Decidimos, contudo, utilizar o mais possível questões que pudessem ser lidas e posteriormente as suas respostas pudessem ser cruzadas pelas reproduções de todos os indivíduos, independentemente do grupo de pertença. Obviamente, foram aplicadas questões aos reclusos que não foram colocadas aos guardas e directores prisionais. Por exemplo: as questões sobre as memórias do julgamento e reacções em tribunal não existem no guião do último grupo dado que aqueles não “observam” o recluso nesse momento.

Independentemente destas considerações, todos os guiões têm como objectivo analisar as representações de reclusos, guardas, directores penitenciários e advogados sobre o sentido da prisão - funções e impactos da reclusão.

Todos os guiões estavam divididos em duas partes centrais: as funções da reclusão e impactos da reclusão. A sequência de questões do guião permitiu, por outro lado, observar três tempos de vida do recluso: o momento pós crime até à audição da sentença em tribunal, o tempo de prisão e, finalmente, um outro tempo, este mais subjectivo, que é a perspectiva de uma vida pós reclusão.

Iniciamos este trabalho com uma discussão à volta das várias perspectivas teóricas em relação à prisão e às suas funções. A partir dos impactos, observações e vivências nas prisões fizemos o nosso trabalho de campo que resultou numa análise e interpretação das entrevistas a reclusos que, por questões de aprumo analítico, colocamos em separado da análise e interpretação às representações de guardas, directores prisionais e advogados. O objectivo é, posteriormente, condensar informações que nos permitam captar, a partir das representações globais, o sentido da prisão.

As entrevistas que aplicamos nos EP's tiveram autorização da Direcção Geral de Serviços Prisionais (DGSP).

Caracterização dos estabelecimentos Prisionais de Guimarães e Sta. Cruz do Bispo

1. Estabelecimento Prisional Regional de Guimarães

Iremos fazer uma breve introdução à EP Regional de Guimarães. Os dados que aqui transpomos podem ser consultados no relatório de actividades – volume II relativo ao ano de 2010 através do site da DGSP. (www.dgsp.mj.pt)

O Estabelecimento Prisional Regional de Guimarães cuja criação remonta a 1989, funcionou desde 1941, como Cadeia Comarcã e posteriormente Cadeia de Apoio ao Estabelecimento Prisional Regional de Braga.

Este EPR destinou-se, até à implementação do Plano de Reorganização do Sistema Prisional, em 2009, ao acolhimento de reclusos em prisão preventiva, oriundos das Comarcas de Guimarães, Cabeceiras de Basto, Fafe, Felgueiras e Lousada e ao cumprimento de penas privativas de liberdade até 6 meses. Decorrente da implementação daquele Plano, entretanto suspensa, o EPR de Guimarães acolhe, no momento, reclusos condenados, quer em Regime Aberto Interior (RAI) quer Exterior (RAE) e ainda reclusos em cumprimento de Prisão por Dias Livres. Naquele Plano, integra o Agrupamento 1, Minho Litoral, que inclui ainda os EP de Viana do Castelo e Braga.

A lotação do EPR é de 47 reclusos, sendo que em Dezembro último (2010) a ocupação atingiu os 147 %.

Em relação aos recursos humanos existentes no EPR de Guimarães verifica-se que durante o ano de 2010 registou-se a mudança de Direcção, ocorrida em Abril, e lá trabalham 7 funcionários, na área técnica e administrativa, afectos ao quadro da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, a saber: 1 director, 1 adjunta, 1 técnica superior de reeducação e 4 assistentes técnicos.

O corpo de vigilância era, no final do ano, constituído por 35 elementos: 1 chefe principal, 2 subchefes principais (1 afecto ao EP Porto), 3 subchefes, 24 guardas principais e 5 guardas (1 afecto ao EPR Lamego).

2. Estabelecimento Prisional Central de Sta. Cruz do Bispo

Iremos fazer uma breve introdução à EP Central de Sta. Cruz do Bispo. Os dados que aqui transpomos podem ser consultados no relatório de actividades – volume II relativo ao ano de 2010 através do site da DGSP. (www.dgsp.mj.pt)

O Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo encontra-se individualizado no Projecto Global de Reorganização com valências para reclusos em cumprimento de pena de prisão em regime de dias livres, reclusos condenados em cumprimento de pena em regime comum, em regime aberto no interior, em regime aberto no exterior, inimputáveis a cumprir medida de segurança na Clínica de Psiquiatria e Saúde Mental, imputáveis a cumprir pena em estabelecimento destinado a inimputáveis e ainda condenados a cumprir pena de prisão em regime de semi-detenção.

Para além do edifício prisional e da Clínica de Psiquiatria e Saúde Mental, o EP dispõe ainda de dois edifícios. Unidade Livre de Drogas e Casa de Acolhimento de Santo André. Neste último estão alojados os reclusos colocados em Regime Aberto no Exterior, os reclusos em cumprimento de pena de prisão em regime de dias livres e os reclusos em cumprimento de pena de prisão em regime de semi-detenção.

Quanto aos recursos humanos este Estabelecimento Prisional tem ao serviço 181 trabalhadores, 125 dos quais pertencentes ao corpo da guarda prisional. Trabalham ainda 13 funcionários, distribuídos entre o director, administradores prisionais, técnicos superiores, técnico e assistente religioso; 17 assistentes técnicos, 9 assistentes operacionais, 1 guarda-florestal, bem como 4 médicos e 12 enfermeiros.

Os dados que obtivemos em relação à lotação e número de reclusos das alas comuns daquele estabelecimento prisional são de 2008 e referem a existência de 341 indivíduos para uma lotação de 336. Temos, portanto, uma ocupação ligeiramente acima dos 100%.

VII. Análise e interpretação das entrevistas a RECLUSOS

Ao longo deste capítulo pretende-se fazer a análise e interpretação das entrevistas realizadas a dez reclusos, todos de tipologia sexual, em dois estabelecimentos prisionais.

Sta. Cruz do Bispo é um estabelecimento prisional central e lá entrevistei sete reclusos. Os restantes três foram entrevistados no EP regional de Guimarães.

Esta análise do conteúdo das entrevistas será feita tendo em conta os dois grandes temas abordados ao longo do guião de entrevista sobre o sentido das prisões, nomeadamente, impactos da reclusão e as suas funções.

1. Caracterização da amostra

A opção pela realização de entrevistas a reclusos condenados por crimes sexuais deveu-se à necessidade de obter representatividade de uma tipologia criminal a qual com as dez entrevistas se realizou. Conseguimos, assim, entrevistar 4% do total daquela população a cumprir pena nos estabelecimentos prisionais portugueses.

Nos quadros seguintes apresentamos a caracterização dos entrevistados, elaborada através do discurso dos sujeitos. Dado que o presente trabalho se desenvolveu num curto espaço de tempo (12 meses) optamos por pedir aos reclusos que nos dessem as informações de caracterização pessoal básicas, prescindindo de consultar os seus processos por questões de economia de tempo e porque pensamos irrelevante a consulta ao processo em detrimento da colocação das questões aos próprios. A própria divulgação da não consulta processual a estes actores, porque seria pouco relevante para o nosso trabalho (sentimos), criou um ambiente de maior liberdade aos nossos entrevistados. Outra questão que se verificou de grande importância para melhorar a liberdade expositiva dos reclusos teve a ver com o facto de, com bastante insistência, termos garantido a confidencialidade e anonimato das entrevistas. Assim, os nomes pelos quais identificamos os reclusos são fictícios.

Dos elementos apurados verifica-se que os actores entrevistados possuem uma baixa formação escolar oscilando entre o 1º ano, concentrando-se nos 5º e 6º anos e não

ultrapassando o 7º ano de escolaridade. Se relacionarmos os dados da nossa amostra com o perfil do total da população reclusa em Portugal (dados do site da DGSP relativos ao ano de 2010) verifica-se existir uma relação ao nível da formação escolar dado 77% da população reclusa ter apenas o ensino básico. Em relação à profissão exercida pelos nossos entrevistados verifica-se a existência de alguma heterogeneidade e por esse facto não se poderem estabelecer relações. Todavia, mais de metade dos reclusos exercem actividades profissionais primárias – agricultores, pescador, trolha e electricistas. Quanto aos elementos da pena verifica-se que dois terços dos reclusos cumprem castigos que se situam entre os 4 e os 6 anos. Todavia, um dos reclusos cumpre uma pena superior a 10 anos e outro foi condenado à pena máxima de 25 anos. Quanto à experiência prisional verifica-se que dos 10 indivíduos entrevistados quatro são reincidentes (pela 2ª, 3ª, 4ª e 5ª vez, respectivamente) e os primários tinham cumprido até Dezembro de 2010 desde 4 meses até 6 anos de prisão.

Os dados familiares exibem que estes reclusos descendem de famílias iletradas e com profissões primárias, exercendo actividades na agricultura ou pesca.

Dados socio-demográficos e elementos da pena

Recluso	Idade	Habilitações Literárias	Profissão	Sentença	tempo cumprido em Dezembro de 2010	Notas
António	30	6º ano (feito no EP)	Agência de publicidade	4 anos e 6 meses	24 meses	1ª reclusão
Bernardo	65	6º ano	Trolha	25 anos	12 anos	3ª reclusão
Carlos	39	3º ano	Guarda de obras (segurança)	5 anos e 6 meses	1 ano e 9 meses	4ª reclusão
David	48	6º ano	Pescador	4 anos e 6 meses	4 meses	1ª reclusão
Eduardo	40	6º ano	Electricista	4 anos	23 meses	1ª reclusão
Francisco	68	7º ano	Industrial	5 anos	9 meses	1ª reclusão
Gaspar	39	2º ano	Agricultor	5 anos e 8 meses	1 ano e 3 meses	1ª reclusão
Hugo	60	5º ano	Agricultor	4 anos e 4 meses	9 meses	2ª reclusão
Ivo	52	5º ano (feito no EP)	Electricista-auto	8 anos e 6 meses	6 anos	1ª reclusão
Joaquim	39	1º ano	Feirante de carros de choque	10 anos e 2 meses	3 anos	5ª reclusão

Notas:

- 1) Todos os reclusos são da tipologia crimes sexuais.
- 2) Apenas dois reclusos aumentaram as suas habilitações literárias no EP

Dados Familiares

Recluso	Estado Civil	Número de Filhos	Profissão e Escolaridade Mãe	Profissão e Escolaridade Pai
António	Solteiro	1	Empregada doméstica Analfabeta	Agricultor Analfabeto
Bernardo	Casado	3	Doméstica Analfabeta	Serralheiro 4º ano
Carlos	Separado	7	Doméstica Analfabeta	Negociante de Cavalos Analfabeto
David	Casado	3	Doméstica Analfabeta	Pescador Analfabeto
Eduardo	Divorciado	1	Cozinheira 4º ano	Trolha 4º ano
Francisco	Viúvo	2	Agricultura Analfabeta	Agricultura Analfabeto
Gaspar	Solteiro	-	Doméstica Analfabeta	Matadouro Analfabeto
Hugo	Casado	2	Doméstica Analfabeta	Agricultor Analfabeto
Ivo	Divorciado	9	Costureira Analfabeta	Tintureiro Analfabeto
Joaquim	Solteiro	1	Costureira Sabe ler e escrever	Trolha Analfabeto

Nota 1: Com excepção de um recluso que se declarou ateu, todos os reclusos entrevistados se afirmaram católicos.

Nota 2: Todos os reclusos são de nacionalidade portuguesa.

2. Impactos da Reclusão

2.1.0. Percursos biográficos e aproximação aos entrevistados

Com o objectivo de dar a conhecer alguns dados em relação aos actores entrevistados decidimos colocar neste sub-capítulo elementos que permitissem fazer uma leitura mais esclarecida em relação a cada um dos entrevistados. Garantimos, obviamente, o anonimato dos nossos entrevistados e pedimos que todos assinassem um consentimento informado. Elaboramos uma codificação para cada um dos indivíduos para que houvesse alguma ordem e conexão ao longo da análise das entrevistas. Em vez de dar um código numérico ou alfanumérico decidimos atribuir um nome tipicamente português a cada um sendo que a primeira letra do nome significa a ordem cronológica pela qual fizemos as entrevistas. Ao longo deste subcapítulo, além da identificação dos actores, fazemos um resumo dos momentos que antecederam cada uma das entrevistas.

O nosso primeiro entrevistado, **António**, é um jovem de 30 anos, de aspecto franzino, tímido e de modos educados. É natural de uma vila do interior minhoto onde viveu até à sua reclusão. As suas origens são humildes. O seu pai exerce uma actividade indiferenciada, por conta de outrem e a sua mãe é doméstica. São ambos analfabetos.

Este recluso tem uma escolaridade baixa (6º ano tirado na EP de Sta. Cruz do Bispo), trabalhava numa empresa de publicidade (não é claro relativamente às funções que exercia) depois de ter feito as mais diversas incursões profissionais: padeiro, construção civil e pasteleiro no Luxemburgo. É solteiro e tem um filho, disse-nos com voz embargada.

Nos finais de 2008 foi condenado a uma pena de prisão de quatro anos e meio, encontrando-se, no momento da entrevista (Novembro de 2010), próximo do cumprimento do meio da pena. O crime que deu origem à sua pena é da tipologia sexual, nomeadamente, crime sexual contra menores. De acordo com o nosso entrevistado, a sua pena é repleta de equívocos dado que foi apanhado numa teia montada para extorquir o seu património pela parte de uma família de brasileiras. Essa

trama iniciou-se com a relação que manteve com uma prostituta que, diz-nos, lhe foi subtraindo as poupanças e que o introduziu a uma relação *apaixonada* com a filha desta. A sua desventura dá-se quando numa continuada tentativa de extorsão, desta vez por parte da filha e com a ajuda de uma tia, lhe foi armada uma última tentativa de chantagem que culminou com uma denúncia que haveria de o levar a tribunal.

A vítima do António é filha menor de uma relação anterior que este tivera com uma cidadã brasileira:

“...porque, embora a rapariga era menor, tínhamos uma linda relação e ela dizia-me muitas coisas maravilhosas como sabia como era o meu caso porque eu tinha andado com a mãe dela que andava na vida [prostituição] e houve uma altura que ela pediu-me mais dinheiro e eu naquela altura já tinha pouco dinheiro e ela começou-me a dar ao desprezo e então foi quando a filha, pronto, encostou-se a mim...” (António, 30 anos)

Bernardo (foi-me dito pelo guarda prisional da EP de Sta. Cruz do Bispo que me acompanhava) é um recluso condenado a uma pena de 25 anos, é reincidente da mesma tipologia criminal (crimes sexuais), tem 65 anos e tem cumpridos onze anos de reclusão pelo(s) crime(s) pelo(s) qual(is) cumpre pena. Os seus crimes, à época, foram amplamente noticiados pelos meios de comunicação social pelo que, este recluso, não está incógnito naquele estabelecimento prisional.

De acordo com o meu guia, o recluso que me preparava para abordar costuma negar-se a dar entrevistas. Foi, portanto, para mim, bastante motivador o seu assentimento dada a importância que antecipei do depoimento do actor com aquele perfil e que ainda por cima mantinha, supostamente, uma interessante reserva informacional.

O homem que me preparo para entrevistar arrasta-se com passos lentos e com perceptível dificuldade. Tem uma postura curvada e mantém os olhos colados ao chão. O guarda que o acompanha liberta-o no pequeno gabinete que me disponibilizaram:

- Este é o outro recluso. Diz. Sai. Estendo a mão ao indivíduo que agora se encontra a sós comigo. Boa tarde, digo. Estende, lentamente, a mão mantendo-a indolente e mantendo o olhar preso no chão. Peço para se sentar e explico que a

entrevista que quero iniciar tem objectivos académicos e garanto total confidencialidade.

Bernardo entrou pela terceira vez numa prisão, desta vez para cumprir a pena máxima. Tinha 53 anos quando deu entrada no EP de Sta. Cruz do Bispo. Cumpriu, até ao momento, 12 anos de reclusão sem ter direito a qualquer precária. Durante os períodos de não reclusão exercia a profissão de trolha. Tem o 6º ano escolar.

As suas origens familiares são humildes dado que o pai tem o 4º de escolaridade e era serralheiro. A mãe é analfabeta. Os crimes que vêm praticando são de tipologia sexual, mais concretamente violação de menores.

Depois de me apresentar e apresentar o trabalho que justificava esta e outras entrevistas constantes do meu trabalho pedi ao Bernardo se acedia na gravação da entrevista e pedi-lhe que lesse e assinasse uma declaração de consentimento. Assentiu a tudo. A sua voz era quase imperceptível. Por isso e porque no gabinete que me concederam para recolher as entrevistas o ruído ecoava ao som agudo de vozes estridentes e sons metálicos, optei por repetir as minhas perguntas e duplicar as respostas do Bernardo na tentativa de facilitar a futura audição da gravação. Esta entrevista realizou-se no mês de Novembro de 2011.

Bernardo, é um homem cuja aparência confirma a vida dura que, de acordo com o seu depoimento, passa na prisão. Para além das marcas físicas que ostenta, as suas expressões, movimentos e tom de voz são, também, etiquetas desse sofrimento. Durante toda a entrevista Bernardo esteve prostrado flacidamente na sua acentuada curvatura espinal. A sua voz arrastava-se e era quase inaudível e o seu olhar parecia estar a uma distância que o não conseguia apanhar. Esteve assim durante toda a entrevista. Apenas quando o meu guião se esgotou e lhe perguntei sobre os crimes que tinha cometido e como é que ele os tinha consumado é que ele inverteu toda a postura anterior e pareceu um homem com um olhar renascido e com uma voz quase normal e disse:

“Violação. Eles chamam violação a gente brincar com as raparigas mas violação nada, não meti lá para dentro...nesse caso de chamar violação estou inocente.” (Bernardo, 65 anos)

“Punha-as a tocar...[silencio] a tocar [faz um gesto de que aquelas acariciavam o seu pénis] e a mostrar os seios...[silencio] os seios...e eu [faz o gesto de que ele acariciava os seios daquelas]” (Bernardo, 65 anos)

A entrevista a **Carlos** realizou-se nos inícios do mês de Novembro de 2010 no EP de Sta. Cruz do Bispo. O homem que o guarda prisional me apresenta no pequeno gabinete que me disponibilizaram aparenta uma idade inferior àquela que mais tarde me transmite (39 anos).

O recluso está actualmente separado. É natural de uma cidade do litoral do norte. Os pais são analfabetos.

Carlos (nome falso que atribuímos para salvaguardar a sua identidade) concluiu apenas o 3º ano escolar e exercia a profissão na área da construção civil.

Está preso pela quarta vez e cumpre, em Dezembro de 2011, dois anos de reclusão de uma pena cujo cúmulo jurídico perfaz cinco anos e seis meses. A pena que agora cumpre foi maioritariamente ditada pelo crime de violação.

Depois de fazer a apresentação do meu trabalho e os objectivos da entrevista coloquei a primeira questão a Carlos: - Que crime o conduziu à prisão? A resposta a esta pergunta foi interminável e apenas a minha paciência e o facto de querer manter um ambiente confortável para a realização da entrevista me fez ouvir durante 30 minutos a história de vida deste recluso sem poder passar para a pergunta seguinte

David. O recluso com que me deparo na manhã fria e chuvosa de um dia de Novembro de 2010 é um indivíduo de estatura baixa e magro. O sinal mais evidente de David (nome fictício) é a sua energia – caminha e fala com muita rapidez.

David tem 48 anos, possui o 6º ano de escolaridade e exercia a actividade de pescador. A pena que o trouxe pela primeira vez à prisão é violação de menores. David foi acusado, injustamente, diz, de ter violado a sua filha. Mais tarde, nesta entrevista, refere-nos que essa denúncia partiu da sua filha, em complô com a avó desta e mãe do

acusado, por motivos de vingança dado que David se recusara a autorizar um namoro desta com um homem muito mais velho. David acabara de cumprir o quarto mês de reclusão de uma pena de quatro anos e seis meses.

David é casado e tem três filhos. Durante toda a entrevista este recluso não pára de se referir à sua mulher como sendo o único e forte elo de ligação que mantém com o exterior. A sua mulher, pese embora esteja a viver em local distante, visita-o todos os fins-de-semana e todos os dias comunicam por telefone. Os pais de David são analfabetos, a mãe é doméstica e o pai foi, toda a vida, pescador.

Por motivos que desconhecemos e que tão pouco teve qualquer clarificação por parte do recluso que analisamos nesta entrevista este vivia com a sua mulher e três filhos no Sul do país mas, entretanto, o julgamento ocorreu num tribunal do Norte do país.

Francisco foi outro dos últimos reclusos que entrevistei no Estabelecimento Prisional de Sta. Cruz do Bispo. Francisco foi guiado até ao pequeno gabinete que me emprestaram, na ala B da prisão comum daquele estabelecimento prisional na companhia do simpático chefe de guardas que tinha sido encarregue de fazer a ponte entre mim e os reclusos anteriormente seleccionados para me concederem entrevistas. Tinha-me sido dito que iriam chamar alguns reclusos para me dar entrevistas mas que não garantiam o assentimento daqueles para responder às minhas questões. Podia dizer, agora, que obtive um êxito considerável. Dos oito reclusos que tinha previsto entrevistar (naquele estabelecimento prisional) apenas um recusou participar neste trabalho.

Francisco acedeu a dar-me a entrevista e assinou a declaração de consentimento após a exposição sumária dos meus objectivos e após a garantia da confidencialidade e anonimato. Este recluso tem um aspecto bastante diferente dos anteriores indivíduos que havia entrevistado. Francisco possui um porte físico robusto que desacreditaria a idade que mais tarde me anunciaria.

Francisco tem 68 anos e possui o 7º ano de escolaridade. É industrial. Esta é a sua primeira reclusão e foi condenado a uma pena de 5 anos de prisão. Recusou-se a responder ao tipo de crime que o conduziu à prisão porque é vítima de uma injustiça, diz – está inocente. De qualquer forma tínhamos a informação que este indivíduo foi

condenado por crime de violação. Acaba de cumprir 9 meses de reclusão. Os seus pais eram agricultores e não possuíam qualquer escolaridade.

Encontramo-nos com **Gaspar**. É um homem magro e aparenta uma idade superior aos 39 anos que mais tarde me contara. Tenho algumas dificuldades em identificar se é um homem tímido ou se a sua posição era defensiva ou até envolta em medo dada a reserva que manteve em todas as suas respostas ao longo de toda a entrevista. A entrevista foi realizada num dia de Novembro de 2010.

Gaspar apenas cumpriu o 2º ano de escolaridade e exercia a profissão de agricultor quando da sua entrada na prisão. Este recluso recusou-se a confirmar o crime que o conduziu pela primeira vez à prisão: crime sexual. Apanhou uma pena de 5 anos e 8 meses e, na altura desta entrevista, tinha completado 18 meses de reclusão. Gaspar é solteiro, não tem filhos e é filho de pai e mãe analfabetos.

A entrevista a este recluso acabou com pouco mais informação do que aquela que trazíamos no início. Embora, inicialmente, tenha acedido a dar entrevista foi perdendo o fôlego e a meio da entrevista parecia estar arrependido de ter acedido e assinado a declaração de consentimento. No final, quando nos íamos despedir, Gaspar voltou, agora com um ar mais carregado, a insistir sobre a confidencialidade desta entrevista: “- *Mas depois não vai por o nome, pois não?*” (Gaspar, 39 anos) ao que o entrevistador responde: “Não. Já lhe disse que não. **Nunca verá o seu nome.**” (Luís, 45 anos)

Hugo é um homem de estatura baixa, é magro e pareceu-nos, logo de início, um indivíduo positivo, expedito e, se não satisfeito, conformado com a sua vida reclusa. Dos sete indivíduos em reclusão que entrevistamos em Sta. Cruz do Bispo este foi o último a ser entrevistado. Os reclusos, em Sta. Cruz do Bispo almoçam às 11:30 horas na época de Inverno. O tempo de almoço é para os reclusos um momento “sagrado”. Dado que tínhamos combinado, nesse dia, entrevistar dois reclusos da parte da manhã e a entrevista anterior tinha-se prolongado para além dos nossos cálculos sabíamos que a nossa entrevista teria que ser bastante incisiva para obtermos a informação necessária e, simultaneamente, não privarmos o nosso entrevistado de estar presente naquele seu

momento importante, o almoço. Faltava pouco para as 11:00 horas da manhã, tínhamos, então, pouco mais de trinta minutos para realizar esta entrevista. Entrevista realizada em Novembro de 2011.

Imediatamente após nos ter sido “entregue” este recluso por parte do chefe dos guardas daquela penitenciária, iniciamos a descrição do nosso projecto, apresentamos os nossos objectivos para a entrevista e pedimos o seu consentimento. Concordou de imediato com uma manifestação de prazer em participar no nosso trabalho.

Hugo é natural e reside num ambiente rural na região interior do centro do país. Tem 60 anos, embora aparente idade superior. Entrou com a antiga 4ª classe e entretanto fez o 5º ano de escolaridade naquela prisão. Este recluso exercia a sua actividade profissional na agricultura, tal como os seus pais que eram ambos analfabetos. Esta é a sua segunda reclusão, embora a primeira vez que frequentou o ambiente penitenciário o tenha feito por apenas seis meses e por crime diferente. Hugo, repete frequentemente, ao longo de toda a entrevista, que o crime que o condenou a 4 anos e 4 meses de prisão, dos quais já cumpriu 9 meses, se deveu a violência doméstica *“Agora apanhei quatro anos e quatro meses. Três anos e meio de bater na mulher, depois mais dez meses de ser apanhado com álcool, sem carta. Tiraram-me a carta por não poder conduzir – mais seis meses de cadeia e depois mais meio ano de cadeia a cumprir trinta fins-de-semana em Aveiro, a cumprir na cadeia de Aveiro os fins-de-semana, devia ir preso, não cumpri e agora juntou tudo. Juntou oito meses mais dois, que me deu dois anos a Juíza, deu-me mais dois meses de cadeia, dos trinta dias que eu tinha de cumprir e tinha vinte dias para trabalhar, trabalhos comunitários na junta, na freguesia, mas isso quando sair – trabalho, não há problemas. Juntou-me, deu-me quatro anos e quatro meses, o total.”* (Hugo, 60 anos). Sabemos, no entanto, que o crime que o conduziu à prisão se deveu a crimes sexuais – violação. É casado e tem dois filhos.

2.1.1. EP de Guimarães – entrada no terreno

Diga-se que embora já tivesse visitado esta EP, apenas conhecera a zona administrativa desta penitenciária. Este seria, portanto, o momento de conhecer a zona prisional. Apresentei-me no portão central às 9 horas da manhã, conforme ficou

estabelecido com a direcção daquele EP. Estava um elemento da direcção à minha espera que, solicitamente, me apresentou ao chefe dos guardas prisionais. Era este que estava incumbido de me arranjar o espaço para a realização das entrevistas e de chamar os dois únicos reclusos que iria entrevistar nessa mesma manhã. O local que me estava destinado era, disse-me o guarda que me acompanhava, o antigo bar dos reclusos daquela prisão. O espaço teria uns 100 metros quadrados e era constituído por umas oito mesas e um balcão que ali subsistia. Como todos os locais carcerários que havia visitado era frio, austero e produzia um eco excessivo. Este problema, vim mais tarde a saber, era comum a todos os estabelecimentos prisionais e, confesso, representa para mim um dos graves problemas da prisão. Todavia, nesse dia, a minha preocupação não era tanto o altruísmo pessoal em relação aos residentes das cadeias mas os problemas técnicos que esse som descontínuo provocaria na minha gravação. Fiz, por isso, as alterações que se impunham de acordo com o livro de instruções do gravador que me acompanhava.

Esta entrevista era para mim muito importante dado que apenas iria entrevistar três reclusos no EP de Guimarães e o meu trabalho pretendia recolher diferenças entre dois estabelecimentos prisionais com características e dimensões diferentes.

Eduardo tem um ar franzino, tem uma aparência jovem (dar-lhe-ia pouco mais de vinte anos), é magro e tem uma estatura média. Fiquei, por isso, muito surpreendido quando me disse ter 40 anos. Diz-nos que a sua vida tem sido marcada pelo consumo de droga. As suas habilitações escolares resumem-se ao 6º ano de escolaridade. Era ajudante de electricista. Prefere não dizer qual o crime que o conduziu à prisão. Tínhamos, no entanto, obtido a informação que está relacionado com crimes sexuais. A sua pena é de 4 anos e cumpriu até ao momento 23 meses (Dezembro de 2010).

Eduardo é divorciado e tem uma filha de oito anos de idade. A sua mãe é cozinheira e o seu pai exerce a profissão de trolha na construção civil. Ambos têm a 4ª classe (4º ano de escolaridade).

Depois de apresentar os objectivos do meu trabalho e da entrevista que pretendia realizar pedi o consentimento de **Ivo** para a recolha das informações por um aparelho de gravação. Assentiu e assinou a respectiva declaração.

Ivo tem 52 anos de idade, foi para a cadeia com o 4º ano de escolaridade e realizou ali o 5º ano. Exercia a profissão de electricista-auto. Ivo foi condenado a 8 anos e 6

meses por “*uma acusação de crime de violação, lenocínio e tráfico de droga, de menor gravidade*” (Ivo, 52 anos). Já cumpriu mais de dois terços da pena (de um total de 6 anos) e já há dois que usufrui de saídas precárias. É a sua primeira reclusão. Diz-nos, com alguma satisfação, que tem filhos de muitas mulheres. O seu actual estado civil é divorciado. Os seus pais eram ambos operários fabris e analfabetos.

Esta foi a última de dez entrevistas feitas a reclusos. A terceira realizada no EP de Guimarães. Estávamos nos primeiros dias do mês de Dezembro de 2010. Entrevistei **Joaquim** no antigo bar daquela cadeia. O espaço disponibilizado é austero e produz um eco acentuado. Era preciso tomar cuidados em relação à gravação para que a sua audição fosse aceitável na altura da transcrição.

Joaquim é um homem franzino de 39 anos. Aparenta uma idade superior. Tem o 1º ano de escolaridade embora me tenha dito mais tarde que não sabe ler nem escrever. Foi condenado a 10 anos de prisão e esta é a sua quinta reclusão. Este recluso foi-me dizendo, ao longo de toda a entrevista que, tanto desta como das outras vezes, a sua condenação se deveu a furtos e desacatos. Todavia, tenho a informação que é um condenado por crimes sexuais. No momento que realizamos a entrevista já tinha cumprido três anos de pena. Joaquim é solteiro, tem um filho e descende uma família de poucos recursos e iletrada. Pai e mãe não sabem ler nem escrever.

De seguida iremos analisar as entrevistas a partir de cada um dos temas em que escalonamos as nossas conversas com os reclusos.

2.1.2. Preparação do julgamento

Decidimos incluir nas nossas entrevistas uma questão que possibilitaria observar o tempo e o processo decorrente entre o acto que implicou um *suposto* crime e a decisão judicial que culminaria com a entrada na prisão dos nossos entrevistados. A integração deste momento para o nosso trabalho dá-se com o objectivo de analisar as representações dos indivíduos acerca da defesa que os indivíduos encontraram e quais as suas reproduções acerca do acesso à justiça. A constatação de inúmeros casos de

reclusos inocentes tendo por base um mau acompanhamento judicial tem levado organizações como a *Innocence Project* nos Estados Unidos, a desenvolver investigações com recurso ao DNA para reporem a justiça e libertarem reclusos inocentes. Sabemos que a condição económica dos arguidos ou o facto de estes não possuírem recursos económicos para sustentarem os custos judiciais e a “livre” escolha de seus defensores implica por parte do Estado a nomeação de advogados de defesa por si “escolhidos”.

Começamos por perguntar aos entrevistados que recordassem os momentos que antecederam o julgamento. Como perceberam a preparação do julgamento, que tipo de acompanhamento tiveram e como encararam a influência deste (ou falta dele) para a sua sentença. De acordo com alguns dos entrevistados, o facto de não terem dinheiro teve como consequência a nomeação de advogados oficiosos para sua “defesa” e estes não se empenharam ou, até, ignoraram a preparação do julgamento.

“...e eu como não podia pagar essa verba nem tive ninguém para me ajudar, pronto...vim preso.” (António, 30 anos)

“A minha advogada (...) [diz no julgamento para a Juíza]: - Olhe, eu nem sequer conheço o meu (...) cliente.” (Carlos, 39 anos)

“Do advogado em princípio não posso ter grande reputação dele porque infelizmente foi o meu advogado, oficioso, que não me defendeu da maneira que me devia defender um advogado pago mas, infelizmente, eu não tinha dinheiro para pagar a um advogado, tive um oficioso” (Ivo, 52 anos)

Outro recluso refere que, na preparação do julgamento, a sua advogada, também oficiosa, lhe prometia a pena suspensa que, no final, não se veio a concretizar.

“A única coisa que me dizia [advogada oficiosa] era: - você fique descansado que vai ter pena suspensa” (David, 48 anos)

Para outro entrevistado, independentemente da preparação do seu julgamento, este já estava condenado mesmo antes de ir a tribunal porque não existe justiça e esta é tendenciosa.

“Não há justiça. Completamente cega, tendenciosa em tudo, não houve, eu senti que estava pré-condenado e ao entrar já estava condenado” (Francisco, 68 anos)

2.1.3. Memória do julgamento

Com este tema pretende-se analisar as representações dos reclusos em relação ao momento que definiu a sua sentença. Queríamos saber as memórias que guardam em relação às interacções entre os vários actores que intervêm naquele espaço judicial e o simbolismo que atribuem àquela cerimónia. A sala de julgamento é um palco em que os agentes institucionais encarregados de fazer respeitar as novas leis estabelecidas pela "cruzada" dos “empreendedores da moral” (Becker, 1977) encontram na natureza da palavra as necessidades fundamentais da teatralidade (Goffman, 1968).

O sentimento generalizado dos entrevistados é de privação dado que o seu papel naquela cerimónia foi sempre desvalorizado em contraponto com o espaço “consentido” à acusação e reiteram o fraco desempenho dos seus advogados, maioritariamente oficiosos.

“O advogado portou-se muito mal. Eles fizeram o que lhes apeteceu.” (Bernardo, 65 anos)

“O meu julgamento correu muito mal que a minha advogada nem tão pouco abriu a boca no julgamento” (David, 48 anos)

António refere, além do fraco desempenho do seu advogado (oficioso) *“O meu advogado ainda fez para ajudar à festa e era nomeado pelo tribunal...”*, [a maior predisposição do tribunal para ouvir a menor:] *“claro que tinham de defender a parte da menor mas, ao menos, tinham que ouvir alguma parte do arguido* (António, 30 anos), [e o excesso de trabalho do tribunal:] *“fiquei em choque porque havia lá partes que não era bem a verdade do que eles [tribunal] estavam a dizer, porque olhando às datas, que era eles tinham lá mais casos [processos em tribunal] do que aquilo que era o normal* (António, 30 anos).

As memórias que Joaquim *carrega* do tempo que passou em tribunal lembram, igualmente, a pouca disposição do juiz para o ouvir e em compensação escutava as mentiras proferidas pelas testemunhas que o acusavam de acções que ele jura não ter praticado “...o juiz mandou-me calar muitas vezes (...) e as testemunhas mentiam, entende, e mentiram a dizer que eu estava a rebentar os parómetros (...) acreditaram mais nas testemunhas do que acreditaram no próprio réu...” (Joaquim, 39 anos).

A memória do julgamento de Francisco faz-se por uma declaração de inocência. A sua condenação deve-se a um imbróglio judicial relacionado com dívidas que não teria recebido por decisão de juízes do tribunal que agora o condenara. De acordo com este recluso já se teria sentado naquele tribunal não como réu mas enquanto ofendido e, também aí perdeu a acção dado que a parte contrária *eram doutores com muita influência*.

“Os juízes foram comprados porque quem me deviam dinheiro eram os Senhores doutores, eram pessoas influentes” (Francisco, 68 anos)

Hugo, que conhece a sentença sem ir a tribunal, encontra a palavra burrice para classificar a forma como soube da sentença e o encaminharam para a prisão sem lhe dar condições para avisar a sua mulher do que estava a acontecer.

“...não sei porque eu não estive lá no julgamento, eu não tive lá, eu não apareci, fui condenado em três anos e meio sem ir ao julgamento.(...) não me disseram nada. Só soube quando eu ia para Sta. Comba [Dão] a pé com um saquinho na mão e [dizem os guardas]: - anda tens que ir ali abaixo e metem-me cá dentro, mais nada (...) Senti uma burrice que nem me deixaram ir dizer à mulher que eu vinha preso nem nada, por parte da GNR. O carro foi a Viseu encher de papelinhos, pronto, cadeia.” (Hugo, 60 anos)

Ainda em relação às memórias que guardam sobre o seu julgamento, um dos entrevistados recorda-o como um tempo onde reflectiu sobre os erros que cometeu

“Sentia-me chocado, chocado e arrependido daquilo que tinha feito.” (Ivo, 52 anos)

2.1.4. Reacção na audição da sentença

Com o tema reacção na audição da sentença o objectivo é recolher as representações dos entrevistados no momento de transição entre a expectativa idealizada e a decisão que irá determinar o seu futuro. Queríamos que nos descrevessem as emoções vividas no momento da leitura da sentença. Os termos que a maioria dos reclusos usam para descrever a amarga declaração que escutam é choque, acidente, indignação, impacto, choro, morte ou suicídio.

Embora as circunstâncias em tribunal assim o indiciassem, a sentença proferida foi para António um choque. Decidiu, no entanto, conformar-se para que piores consequências não se lhe fossem assacadas.

“ O que é que eu havia...fiquei em choque...” (António, 30 anos)

Bernardo teve uma reacção dupla: de choque e indignação na audição da sentença *“Fiquei um bocado chocado [silêncio], fiquei um bocado indignado por ...[estende a ultima sílaba] saber que a pena era muito grande [foi condenado a 25 anos de prisão].”* (Bernardo, 65 anos)

A audição da sentença provocou um ataque de choro a Francisco, aliás, a simples recordação desse momento continua a provocar-lhe a mesma reacção no momento da entrevista: *“Chorei...[emociona-se], posso? [pede para usar um lenço] eu queria falar, não me deixaram falar a única coisa... chorei, foi a única coisa, foi que me deixavam - chorar, chorei.”* Faz um paralelismo da sua reacção com um acidente rodoviário: *“É daquele género, é como um acidente, é como um acidente, não esperava, é como um acidente, não esperava e disse: - como é que isto aconteceu? E estava tudo tão claro, como é que eu bati? É isso. Mas bateu.”* (Francisco, 68 anos)

David, por seu lado, não manifestou nenhuma reacção nem sentiu qualquer emoção pela sentença que acabara de ouvir.

“Foi normal, foi como estou aqui (...) Fiquei na mesma. Fiquei igual.” (David, 48 anos)

Um dos reclusos manifestou a sua satisfação, uma vez que previra uma pena superior àquela que realmente teve.

“Fui bem atendido, fiquei satisfeito com a pena [4 anos] e já cumpri dezoito meses. Até contava com uma pena maior.” (Eduardo, 40 anos)

As emoções sentidas por alguns entrevistados expressam-se de forma diferente, ou porque experimentaram medo em relação à reclusão que iriam enfrentar ou impacto pela dimensão da pena que foi achada excessiva em relação ao crime cometido.

“Tive medo de vir preso [diz num tom muito baixo]” (Gaspar, 39 anos)

“grande impacto porque a gente quando vê uma pena grande, claro, sente que é muito ano, dois, três anos dentro de uma prisão é uma vida, enquanto na vida lá fora os dias passam mais depressa e tem mais liberdade.” (Ivo, 52 anos)

Outro recluso, que diz não ter sido chamado a tribunal porque se encontrava a cumprir pena noutro estabelecimento prisional, refere que quando soube o resultado da sentença se quis suicidar.

“Liguei para a minha mãe [este recluso encontrava-se na cadeia quando soube da sentença] e a minha mãe disse-me: - estás condenado a dez anos e seis fins-de semana e eu, naquele momento...foi colegas meus dentro da cadeia que me acalmaram que eu...que eu...(...) Estava numa de me pendurar, mesmo, nas grades com os lençóis” (Joaquim, 39 anos)

Ainda em relação à reacção sentida no momento da sentença, Carlos simboliza o seu sentimento fazendo um paralelismo com a morte.

“Tenho a minha consciência livre. Fui condenado por isso [depoimentos que Carlos afirma de falsos]. Isso matou-me. Está a perceber?” (Carlos, 39 anos)

2.1.5. Justiça do julgamento

Este tema foi incluído com o objectivo de analisar as representações dos entrevistados reclusos sobre como percebem o sentido de justiça partindo das suas próprias experiências no percurso pré e durante o julgamento. Esse sentimento é analisado através da sequência: Preparação do julgamento - Memória do julgamento - reacção na audição da sentença e, agora, a justiça do julgamento. A justiça e a injustiça em relação ao julgamento correm no paralelo das expectativas de cada um em relação à sentença que lhes foi atribuída. Assim, aqueles que aguardavam uma pena maior sentem que houve justiça no julgamento. O julgamento foi injusto para aqueles cujo veredicto judicial é superior às suas expectativas ou ao seu “merecimento”. Estes últimos além de enfatizarem a ineficácia da sua defesa, a qual acontece porque se tratam de defensores nomeados pelo tribunal, apontam as declarações falsas da acusação que por serem mais “ouvidas” pelo tribunal passam a “verdades”. A manipulação a que alguns reclusos referem ter estado sujeitos em tribunal (eles ou as testemunhas) lembra a verificação por parte de organizações como a *Innocence Project* (a que neste trabalho já fizemos referência) de um cada vez maior número de reclusos inocentes que são detectados através de testes de ADN e cuja prisão foi efectuada por testemunhos falsos e por uma má defesa dos arguidos.

Para alguns dos entrevistados, a justiça do julgamento ficou vedada pela ausência de verdade naquele processo.

“havia lá partes que não era bem a verdade do que eles estavam a dizer” (António, 30 anos)

“ [família inimiga] Obrigaram a minha menina [filha] a dizer, em tribunal, que eu tinha abusado dela, disseram tudo mentira.” (Carlos, 39 anos)

“eu sempre disse a verdade em tribunal só que achei mal de eles me condenar tanto tempo...” (Joaquim, 39 anos)

Outros entrevistados que previram penas superiores ou idênticas àquela que depois receberam manifestam, pelo contrário, um sentimento de justiça em relação ao julgamento.

“Foi, para mim, um julgamento justo.” (Eduardo, 40 anos)

“Quanto a mim, correu bem, correu bem.” (Gaspar, 39 anos)

“Sim, por parte do tribunal acho que sim, dentro da investigação que foi feita eu não tenho nada a reclamar.” (Ivo, 52 anos)

Um dos entrevistados refere a manipulação a que foi sujeito durante todo o julgamento e aponta a falta de qualidade do seu advogado para justificar os factores que qualificam a inexistência de justiça. *“...fui manipulado durante horas e horas de interrogação e o advogado não valia nada.”* (Bernardo, 65 anos)

David atribui ao silêncio da sua advogada a razão da injustiça do seu julgamento.

“Muito injusto. A minha advogada em todo o processo nem a boca abriu. Só disse quando foi a sentença para ver se me botava cá fora, só disse: - a única coisa que posso pedir é se posso levar liberdade condicional...foi a única vez que ela abriu a boca” (David, 48 anos)

Garland (1995) mostra que a comunicação simbólica entre a instituição penal e o conjunto da sociedade se dá por meio da forma como as sentenças são pronunciadas e/ou publicadas, e como o juiz se refere a elas; essa comunicação tem como interlocutores-alvo a vítima, os criminosos potenciais e a sociedade em geral”

António refere a pouca justiça do julgamento porque sentiu que a voz do réu não é escutada. *“Não foi bem justo porque...[acentua muito a palavra] todos somos humanos, todos somos humanos [repete] e eles deviam escutar uma parte do que ela [vitima] diz, do que o réu diz e o que o acusado tem a dizer - mas não - aquilo foi mesmo mau...o que o acusado diz não se escreve.”* (António, 30 anos)

Outro entrevistado classifica de nojo o julgamento a que se submeteu que aliás considera um não julgamento. Este recluso tem afirmado repetidamente a sua inocência *“Tenho uma revolta, tenho nojo de ser português, nesse sentido, no sentido de que estou a ser e fui submetido a um julgamento que pra mim não é julgamento.”* (Francisco, 68 anos)

2.1.6. Sentimento nos primeiros tempos na Prisão

Após a inclusão de alguns temas que pretendem observar as representações dos actores reclusos em sede de julgamento, decidimos avançar para questões que nos permitissem analisar as vivências dos entrevistados no local de reclusão. É, então, a partir da entrada na prisão que recolhemos as experiências, os sentimentos e as vivências dos reclusos a cumprir pena em dois estabelecimentos prisionais de tipologia diferente (EP Regional e EP Central).

A primeira questão colocada pretende recolher depoimentos dos reclusos em relação ao primeiro impacto prisional: o sentimento e as emoções na entrada na cadeia. O isolamento e o desconhecido que representa o mundo novo a que a partir de agora irão estar sujeitos provocam nos reclusos que entrevistamos sentimentos de medo, dor e até arrepios. Há, todavia, outros indivíduos que encaram a sua nova vida de uma forma mais tranquila quando falam de desagrado ou até de ausência de sentimento pela entrada na cadeia.

O sentimento que é partilhado por dois reclusos é de dor. Dor pela dúvida que trazem em relação à reacção dos colegas mas, também, pelas saudades que antecipam em relação à família. Como nos diz António (30 anos), quando entrou na prisão, sentiu

“uma dor muito grande porque eu não sabia o que isto era nem a reacção dos colegas...”

Para Carlos os primeiros tempos de prisão são caracterizados pela dor e pelo choro. A dor e o choro que Carlos refere nesta sua resposta reflectem um sentimento de saudades pela ausência da família mais próxima a que a sua nova condição obriga.

“Eu falo por mim e também imagino os outros, é mesmo assim, uma pessoa que venha preso, que entre numa cadeia, os primeiros meses dói, dói e chora, pensa na família, na mulher, nos filhos...”(Carlos, 39 anos)

Outros dois reclusos enfrentaram a entrada na prisão optando pela estratégia de se isolarem para se “esconderem” de um mundo desconhecido. Esses momentos de fechamento levam, porém, a um estado de consciência e a um sentimento de ansiedade dada a sua situação de isolamento e falta de liberdade.

“...e o que quis foi ficar no meu cantinho” (António, 30 anos)

“No primeiro mês é que eu disse: oh quando é que saio disto? Quando é que saio?”
(David, 48 anos)

Um outro recluso recorda as condições a que foi sujeito no transporte para a cadeia. Era como se de gado se tratasse, diz. As memórias perderam-se nessa viagem dado que a entrada na prisão e os primeiros momentos lá vividos não são recordáveis e, ainda hoje, não se sente ele próprio.

“Não me lembro. Eu não me lembro. Eu vim para aqui, sei lá, é o termo, é como o gado que vai para o matadouro. Um indivíduo que está normal, eu não me lembro, não me lembro de muitas coisas que aconteceram, outras lembro-me mas não sei em que sitio é que isso aconteceu, portanto eu vim num estado, ainda hoje, há momentos que eu sinto-me, não me sinto eu, não sou eu...” (Francisco, 68 anos)

Outros reclusos sentiram a sua entrada na cadeia de uma forma leve ou resignada. Por exemplo, o sentimento que Hugo teve nos primeiros dias de reclusão

apenas emergiu passados uns dias e suscitaram-lhe algumas questões não sobre o local que agora experimentara mas sobre os direitos de defesa de que fora privado.

“Não senti nada. De repente nem senti nada, depois passados uns dias de lá estar é que disse assim: - estes gajos, que estupidez, então não tinha direito a um advogado? Para me defender? (...) Já nem me lembra de nada” (Hugo, 60 anos).

Conformismo foi o sentimento de Ivo e de Eduardo nos primeiros tempos de reclusão: *“senti o que qualquer pessoa sente, claro, ao sentir-se privado da liberdade não é do nosso agrado, e pela minha maneira de ver nunca vemos isto com bons olhos mas infelizmente não podemos fugir à justiça.”* (Ivo, 52 anos)

“É um mundo novo. Quando cheguei estava fora de mim. Não tinha aceite muito bem que vinha preso. No dia que a polícia me veio buscar resignei-me e vim preso.” (Eduardo, 40 anos)

As dúvidas e as questões que Joaquim transportou e viveu na sua entrada na cadeia provocaram neste recluso um sentimento de medo pelo desconhecido.

“Senti um bocado de medo à entrada, fogo... ver tantos guardas à minha frente, o que é que eles vão fazer aqui comigo dentro, não é? Vão-me tratar mal? Vão-me tratar bem? Prontos, quando eu entrei, vou fazer aquilo que eles mandarem sem ter problemas com eles, mas depois aí, no segundo dia já andava lá bem, no trabalho lá em Custóias” (Joaquim, 39 anos)

O desconhecimento de Joaquim em relação à cadeia contrasta com as certezas de Bernardo que dada a sua experiência prisional antevê de arrepiante o tratamento a que vai ser sujeito por parte dos seus pares reclusos pelo facto de ser criminoso sexual e do seu crime ter sido altamente noticiado pela comunicação social. A violência cometida sob reclusos “reflecte um sistema de valores entre reclusos que conferem “legitimidade” à vitimização dos agressores sexuais (Ireland & Archer, 1996; Toch, 1992). Essa violência é exercida, exactamente, quando a máscara do recluso não consegue esconder os seus actos por via da divulgação do acontecimento pela imprensa (O’Donnel e Edgar, 1998).

“Agora [o recluso é reincidente e fala desta experiência em relação a outras] *senti mais arrepiante. Mais arrepiante...o crime* [violação de menores] *é um bocado grave e na cadeia não é bem-vindo.*” (Bernardo, 65 anos)

2.1.7. Reacção dos colegas nos primeiros tempos na Prisão

A questão que colocamos de seguida referia-se a um segundo momento de vida em prisão: a reacção dos colegas nos primeiros tempos de prisão. Com este tema queríamos observar não só sentimentos mas também práticas relativas ao impacto daquela entrada e num período de tempo maior do que apenas o tempo da entrada. A maioria dos entrevistados referem que a reacção dos colegas ficou marcada pelo exercício da violência quer ao nível de agressões físicas quer do ponto de vista moral.

Este exercício de violência por parte dos reclusos é dependente do facto dos nossos entrevistados serem todos criminosos sexuais e essa condição representa, na *subcultura prisional* (Clemmer, 1940), um factor de depreciação daquele acto criminal sendo, por isso, merecido um castigo suplementar exercido em nome do código dos pares reclusos. Para este autor a subcultura prisional é uma cultura própria porque emerge dentro da cadeia e vai-se radicalizando em relação aos valores convencionais. O exemplo da atitude de reclusos e até de guardas prisionais em relação aos reclusos de tipologia criminal representa, contudo, uma ambiguidade no acerto das teorias de *prisionização* (Clemmer), das outras que a contestam e do sistema político-legal. Se, por um lado, a sociedade em geral, motivada pela forma vibrante como a comunicação social se refere aos crimes sexuais (sobretudo quando de pedofilia se trata), parece pedir penas maiores em relação a estes delitos a pena da lei parece não ouvir esse ruído e não parece ir ao encontro da exigência social. Assim, o “acerto de contas” ou a resposta a essa ambiguidade parece fazer-se em nome de uma sociedade prisional (constituída por reclusos e guardas) mas com um exercício de violência que supera o sentimento da sociedade externa. É, também, por essa extremização da acção (dos indivíduos na cadeia em comparação com os indivíduos externos a ela) que nos parece existir uma sub-cultura própria na prisão.

Entretanto, os reclusos que entrevistamos dizem-nos que quando o crime não é noticiado ou é desconhecido em meio prisional os reclusos escondem ou mentem sobre

o crime que os levou à prisão. Os reclusos que transportam esse rótulo, mesmo que inicialmente disfarçados, quando descobertos, são, sistematicamente, sujeitos a agressões físicas e/ou psicológicas.

António desconhecia, por completo, a realidade da vida prisional. Toda a profusão de vivências que nos últimos tempos experimentara e que culminara na sua detenção acabara por o fragilizar e tinha agora que enfrentar a pressão de uma reclusão repleta de indivíduos poderosos e que, ainda por cima, hostilizam o tipo de crime (violação de menores) cujo rótulo o nosso entrevistado ostenta – chegam a matar ou a levar à morte aqueles indivíduos, afirma:

“...naquela altura que eu entrei eu estava numa altura que não estava muito forte e as pessoas que estão aqui são mais poderosas e então eles aqui não gostam do nosso crime e esses reclusos como não gostam, então, por vezes, até os espancam até à morte e, por vezes, fazem até que as pessoas se matem derivado a esse problema, porque é muita pressão.” (António, 30 anos)

O relacionamento de Carlos com os restantes colegas de reclusão, nos primeiros tempos de prisão, é também de dor, desta vez já não sentimental mas dor física, dadas as agressões a que este recluso foi sujeito.

“...um deles apanhou-me no braço e pumba, pumba,- ai tu andaste com a tua filha, meteu-me dentro da cela e pum-pum-pum e deu-me um show de porrada, eles não me deram pancada só para o corpo, está a perceber? (...) três que não eram ciganos e dois ciganos, olhe: eu não via, eu quando fui ao espelho, fiquei pior do que estragado, eu não via os meus olhos, você olhava para mim e não via os meus olhos, parte-me a cana do nariz, chh, fui para o hospital...” (Carlos, 39 anos)

O tipo de relacionamento que Bernardo (65 anos) tem com os colegas de reclusão mostra-se difuso dado que, como expressa na conversa que mantivemos, a violência física e verbal a que está sujeito é contínua, isto é, não abrandou com a sua permanência prisional a qual, como já sabemos, já vai longa [12 anos ininterruptos] *“Chamar nomes, deram-me murros, pontapés, já me atiraram um prato de sopa à cara, quente...tenho passado*

mal aqui ...(...) mas se fosse noutras [EPs] era muito mais grave.” Este desassossego permanente é, apenas, “amenizado” pelo grupo restrito de “colegas de camarata que me dou bem e eles comigo (...) dizem-me que não tem nada a ver com o meu crime - já fui condenado e que não tem nada a ver.”

O baptismo de prisão de Eduardo foi “abençoado” com espancamento. Todavia, o recluso compreende a atitude dos seus novos colegas e decidiu não apresentar queixa.

“Quando aqui cheguei senti um ambiente novo, austero e depois quando os outros presos descobriram o crime que cometi [violação] fui espancado (...) Senti uma grande hostilidade da parte dos colegas. Apanhei porrada e calei-me e não participei. No fundo, percebi o comportamento deles.” (Eduardo, 40 anos)

A reacção dos novos colegas de Ivo foi, inicialmente, positiva dado que já conhecia alguns daqueles que estavam presos. Todavia, quando aqueles se aperceberam que o seu crime era de natureza sexual o comportamento destes alterou-se radicalmente chegando mesmo a haver tentativas de agressão.

“Em princípio não senti grande reacção porque tinha aqui muita gente conhecida, mas quando descobriram um dos crimes, eles reagiram mal (...) Houve tentativa de agressões físicas (...) É, o crime de violação...” (Ivo, 52 anos).

Joaquim fala mais das questões que ele colocava na entrada na cadeia do que propriamente na aproximação aos colegas que, como nos disse, se fez pacificamente. O medo, pela maneira como os reclusos olhavam para ele, anteciparam o sentimento deste recluso em relação à reacção dos reclusos na sua entrada *“Com medo deles, não é? Da maneira como eles olhavam para uma pessoa, da maneira com eles olhavam para uma pessoa, não é? E uma pessoa e eu chegava sempre para chegar para a beira dos gradões para a beira dos guardas, eu à beira dos guardas, acho que eles não vão me tocar (...) Que eu ficava naquela com aquele medo” (Joaquim, 39 anos)*

Um dos entrevistados interpretou um papel que não contém a “verdade” toda dado que não nos menciona nem a nós nem aos restantes reclusos o facto de ter sido condenado por agressões sexuais. Na sua entrada na cadeia informa que o seu crime se constituiu por violência doméstica exercida sobre a mulher. Os actos relatados (encenados) suscitaram nos restantes reclusos uma reacção de riso e resultou numa normal convivência.

“Quando eu entrei, malta mais ao menos porreira: - então estás preso? porquê? E a minha é: - dar educação à mulher [faz o gesto com a mão de dar sapatadas], é o que eu dizia, era dar educação à mulher e mais nada e não falava mais nada, dar educação à mulher (...) Ah, riam-se: - com uma idade destas [diziam os colegas], já quase com sessenta anos a fazer isso e punham-se a rir para mim e diziam: - então querias dar educação mas ela é que te deu a ti, mandou-te cá para dentro.” (Hugo, 60 anos)

2.1.8. Tipos de relacionamento com colegas na prisão

A introdução do tema *relacionamento com colegas na prisão* permite analisar as representações dos reclusos em relação às “conquistas” que estes actores fizeram com o desenrolar do tempo de prisão. Queríamos que os reclusos falassem das continuidades e descontinuidades, das relações com colegas ao longo de todo o período de encarceramento, desde o impacto inicial até ao momento que falamos com eles. O tempo que aqui relatamos refere-se ao momento subsequente a uma aprendizagem que os reclusos incorporaram e que traduz a forma encontrada para “passarem” um “melhor” tempo de reclusão. A forma de vida dos reclusos assim como as relações que vão construindo faz-se, segundo estes, de acordo com códigos internos, espaços conquistados e estratégias pessoais. Há uns que “optam” pela integração em determinados grupos e outros que tentam manter uma posição, a mais reservada possível, para não terem problemas com os indivíduos pertencentes aos grupos que se “formam” (e já “formados”) na prisão. Existe assim uma “cultura” que se caracteriza pela partilha dos mesmos valores e de uma “sociedade prisional” cujos papéis se misturam no cumprimento ou afastamento desses valores (G. Sykes e S. Messinger, 1960).

António (30 anos) refere que a sua aproximação aos restantes colegas se fez seleccionando aqueles que pela sua natureza pacífica permitiriam passar melhor o tempo do seu tempo de pena *“Tive que me andar a encostar a pessoas que (...) o que querem era paz e sossego e passar o tempo da pena e pronto tive que me encostar a eles para levar mais ou menos o tempo.”* Quanto ao relacionamento com os restantes colegas de reclusão *“...não dou muita confiança...”* até porque, diz, *“...para não haver conflitos eu não digo nada, não ouvi nada, não sei de nada...”* (António, 30 anos)

Carlos (39 anos) fez da esperteza a forma de conseguir manter um bom relacionamento com os colegas. Para isso encobriu a verdade da sua inocência dizendo que era culpado do crime pelo qual responde. Todavia, diz-nos mais tarde essa estratégia parece não ter dado resultado uma vez que continuou a ser alvo de maus tratos.

“Eu tive que ser mais esperto que a esperteza, embora que eu estou inocente, tenho que dizer o contrário (...)” *“...três que não eram ciganos e dois ciganos, olhe: eu não via, eu quando fui ao espelho, fiquei pior do que estragado, eu não via os meus olhos, você olhava para mim e não via os meus olhos, parte-me a cana do nariz, sshh, fui para o hospital...”* (Carlos, 39 anos)

Outros reclusos utilizam a palavra confiança, no sentido de proximidade, para expressar a sua relação com os colegas. Assim, se alguns dão pouca confiança aos colegas e mantêm com estes um relacionamento escasso ou restrito, outros há que construíram um vasto universo de relações com base na confiança que foram construindo no relacionamento com os colegas.

“Tenho colegas de camarata que me dou bem e eles comigo (...) dizem-me que não tem nada a ver com o meu crime - já fui condenado e que não tem nada a ver.” (Bernardo, 65 anos)

“Quando comecei a ganhar consciência é que comecei a ganhar confiança com eles, comecei a ganhar colegas, comecei a dar-me bem com eles todos...” (Gaspar, 39 anos)

“Eles são bons. Tanto em Sintra como aqui, eles são bons. Estou na mesma cela desde que estou aqui, estou sempre na mesma cela, por acaso são bons e respeitam.” (David, 48 anos)

“Tenho uma relação boa, agora. Os reclusos são solidários e existe um nível de confiança acima da média.” (Eduardo, 40 anos)

Outros reclusos preferem manter-se afastados. O objectivo não é tanto não criar relacionamentos mas evitar conflitos com outros reclusos. Esses conflitos podem surgir quando *certas coisas* se passam na prisão e o sigilo ou a não delação é fundamental para evitar problemas com os grupos que lideram os *negócios prisionais*. Robert (2007), refere o sentido criminógeno da prisão ao afirmar que a escola da prisão ensina a que o autor reincidente do crime se encontre muito melhor preparado não só para melhorar qualitativamente *o acto da prática de crime* como também para o disfarçar.

“Eu continuo a distanciar-me dos meus colegas (...) Eu estou aqui, não me adianta nada criar problemas, é melhor deixar passar certas coisas...” (Francisco, 68 anos)

“Tenho pouca relação. Só com o pessoal com que trabalho.” (David, 48 anos)

Outros reclusos “encontraram” na passagem do tempo forma de construírem relações que lhes permitem passar o tempo presente. O tempo também ofereceu a Ivo (52 anos) a possibilidade de entender e perdoar aos seus colegas o mau tratamento que tinha sido vítima porque (entendeu depois) os seus colegas “pensavam” que o seu crime se relacionava com actos sexuais.

“Fui transferido para uma ala de segurança. Lá, fui bem recebido e continuo o meu dia-a-dia. Tirei um curso de jardinagem e depois comecei a ter relacionamentos e interacção com os restantes reclusos, jogo cartas e outros jogos.” (Eduardo, 40 anos)

“Com o tempo, com o tempo e depois de conversas que tínhamos, o pessoal via que no fundo, no fundo, essa parte não era bem vista [refere o equívoco que tinham em relação ao crime praticado por este]...” (Ivo, 52 anos)

Para outro recluso quando lhe perguntamos que tipos de relacionamentos existem entre os reclusos afirma o paradoxo de existir muita amizade, solidariedade e também violência, particularmente por causa dos colegas delatores.

“Sinto que existe amizade entre os reclusos, existe solidariedade. No entanto, já houve facadas e há lutas entre os reclusos, sobretudo por causa dos bufos [informantes da autoridade].” (Eduardo, 40 anos)

Já para Hugo o relacionamento com os restantes colegas é excelente dado que nos dois estabelecimentos prisionais onde esteve os reclusos são bons colegas.

“Foi bom, foi bom. Eles também eram uns gajos porreiros que estavam lá em Viseu e aqui a mesma coisa também não tive nada que dizer destes aqui.” (Hugo, 60 anos)

Joaquim (39 anos) fala detalhadamente da forma como se aproximou dos restantes colegas e que essa conexão ficou marcada por uma lição de qual deveria ser a sua conduta na prisão. A exaustividade de detalhes constante na resposta deste recluso justifica a inserção da resposta que, algo longa, pode ser útil para observar uma espécie de guia de sobrevivência característico da *vida* prisional.

“Depois o pessoal começou a chegar a mim: - de onde é que tu és? Sou do Porto, sou de Paranhos. – estás aqui porquê? E eu: - por roubos, toda a gente tem um erro na vida e eles: - ah, isso é verdade e eles: - fumas? E eu. – fumo. –Tens tabaco? E eu: - não. – queres um cigarro? Que eu ficava naquela com aquele medo. - Não deixa estar e ele: - pega lá um cigarro que aqui ninguém te faz mal, tens é que fazer a tua vida e não te meteres com ninguém aqui dentro, se não te meteres com ninguém, também ninguém se mete contigo, vires o que vires não é nada contigo, livra-te sempre dessas coisas, porradas, disto e daquilo, nunca peças dinheiro a ninguém aqui dentro da cadeia, se pedires dinheiro a alguém estás lixado, pagas juro, se pedires dois contos tens que pagar cinco, se pedires cinco tens que pagar dez e eu: - eu sei, prontos, eu disse que sabia, pronto, sempre naquela coisa, com aquele medo e eu prontos não há problema nenhum estou à vontade e depois pronto comecei à vontade a falar com o pessoal a falar com este a falar com aquele e eu digo assim: isto não é como as pessoas contavam lá fora.” (Joaquim, 39 anos)

Por fim, outro recluso fala da permanência de maus tratos a que continua a estar sujeito.

“...os novos quando entram começam logo a tratar-me mal” (Bernardo, 65 anos)

2.1.9. Relação com guardas e direcção da EP

Os reclusos, como sabemos, não estão sós na cadeia. Ao introduzir a questão da relação dos reclusos com guardas e direcção prisional tentamos perceber como é que os presos avaliam a sua relação com os actores que circulam na prisão. Embora as respostas, dadas pelos reclusos, sejam maioritariamente positivas em relação às relações entre os indivíduos que os vigiam, chefiam, ensinam e coordenam, existem algumas categorias que entendemos estabelecer porque distinguem as respostas dos nossos entrevistados. Será, no entanto, que as respostas dos reclusos, mesmo que sejam dadas a um interlocutor que garantiu o anonimato e a confidencialidade total serão dadas de uma forma totalmente “verdadeira”? Essa resposta, possivelmente, nunca será encontrada. Encontramos, todavia, a resposta de autores como Pereira (2007) que diz que os criminosos sexuais são pessoas não gratas não só aos seus pares reclusos mas também ao próprio “sistema” prisional. “O staff prisional tem deles uma percepção que vai ao encontro das teorias que sustentam a problemática da agressão sexual, ou seja: a sua transversal insinceridade, patente em expressões como: “...eles estão todos inocentes!” (Pereira, 2007).

O facto de António (30 anos), segundo ele, ser simultaneamente, um recluso e um trabalhador exemplar aos olhos dos guardas e das chefias prisionais possibilita-lhe ter uma boa relação com eles.

“...até porque eles vêem que eu sou uma pessoa trabalhadora e não ando aí em problemas como muitos andam lá dentro e eles dão-me o valor como eu sou uma pessoa exemplar.”

Carlos, além de não ter queixas, mantém com os vigilantes um bom relacionamento dada a longa convivência que mantém com eles. Esta é a sua terceira reclusão naquele estabelecimento prisional. David mantém relações excelentes com guardas e direcção prisional.

“não tenho queixas de nenhum guarda daqui. Primeiro porque já os conheço a todos e é a terceira vez que estou nesta cadeia. Os guardas dão-se muito bem comigo e eu com eles.” (Carlos, 39 anos)

“Excelente. Não tenho que dizer de nenhum deles, daqui. “ (David, 48 anos)

Excelentes são também as relações que Hugo diz manter com toda a população prisional, seja com os colegas reclusos como, igualmente, com guardas prisionais e direcção do estabelecimento prisional dado que não os incomoda muito e é educado na aproximação a estes.

“Não me dou mal com nenhum deles, tudo bem, também não os chateio muito, se for preciso bater à porta, bato, se não for não bato. Espero sempre que eles me abram a porta. Com os guardas não tenho problema nenhum.” (Hugo, 60 anos)

A relação de Ivo e Joaquim com os guardas e a direcção prisional também se revela *“Sempre boa, sempre boa, não tenho que dizer quer a nível de serviços de vigilância, educação e direcção, não tenho nada a dizer.” (Ivo, 52 anos).*

“Eu com os guardas estou bem, dou-me bem com eles, graças a Deus, não tenho problemas nenhuns com eles...” (Joaquim, 39 anos)

Um dos reclusos aprecia a conduta e relacionamento que tem com os guardas e direcção da cadeia porque estes *não julgam* os reclusos.

“Tenho uma óptima relação com os guardas. Tanto os guardas como a direcção não julgam os reclusos.” (Eduardo, 40 anos)

Já Bernardo distingue o tipo de relacionamento que encontra na direcção do EP e as atitudes insultuosas dos guardas-prisionais.

“Com a Direcção da prisão dou-me bem, agora os guardas também me chateia é:- filha da puta, é corno, é cabrão, é...é tudo.” (Bernardo, 65 anos).

Por fim, para outros reclusos a relação existente com a direcção e guardas-prisionais é marcada pelo respeito, embora desproporcional, por vezes.

“Sempre, sempre, sempre com o devido respeito, sempre, isso, embora se me disserem se eu concordo com certas coisas, não concordo de maneira nenhuma (...)Mais respeito de mim para eles do que eles para mim.” (Francisco, 68 anos)

“Eu respeito-os a eles e eles a mim.” (Gaspar, 39 anos)

2.2.0. Mudanças pessoais sentidas

A inclusão da questão sobre *as mudanças pessoais sentidas* pelos reclusos justifica-se pelo facto de pretendermos observar mudanças pessoais decorrentes da quebra de uma vida em liberdade e a passagem para uma outra vida em prisão. De que forma os reclusos experimentam esse impacto e são influenciados por ele?

Se para alguns reclusos a vida na prisão não alterou em nada o seu *eu* (Goffman, 1987) outros há que aproveitam esse tempo para equacionarem a sua vida passada e esboçarem a sua vida futura. Goffman, na sua obra *a apresentação do eu na vida de todos os dias* diz que numa sociedade, um indivíduo é o actor e representa papéis de acordo com o momento, com o “público” e com o cenário com o qual se depara. O sentido para a vida que alguns reclusos encontram nas suas meditações carcerárias contrasta com a assimilação de outros em relação à diferença de vida que a sua presença na prisão significa: isenta de liberdade e totalmente sujeita às regras ditadas pelos mandatados do poder prisional.

O nosso primeiro entrevistado pauta a sua *sobrevivência* na prisão em conformidade com aqueles que são os seus princípios de vida afirmando que a reclusão não alterou a sua maneira de ser:

“Eu sou a mesma pessoa mantenho-me nas calmas, encosto-me no meu canto que é para não ter problemas e lá fora também. Quer dizer, mantenho a mesma linha [de conduta] que eu usava lá fora...” (António, 30 anos)

Gaspar é a mesma pessoa, tranquila, dentro e fora da prisão e, por isso, não sente que a sua presente situação de recluso o tenha modificado *“Lá fora era igual como cá dentro. Sossegado.”* (Gaspar, 39 anos).

Várias são as razões que fazem com que David não sinta mudanças na sua vida prisional em relação à sua circunstância em liberdade. Realça o ambiente social prisional, o trabalho que realiza no estabelecimento carcerário e, sobretudo, o permanente contacto que David mantém com a sua mulher que, como já dissemos, representa o sustentáculo daquele recluso e que, aliás, David não cessa de referir ao longo de toda a entrevista.

“É a mesma a maneira de pensar as coisas aqui dentro e lá fora, estou na mesma. Trabalho e tudo, só foi pena me ter dado esta coisa que me deu...[este recluso teve um AVC recentemente]” (David, 48 anos)

Outros reclusos por via de reflexões que a vida reclusa e a abstinência alcoólica *facultaram* mostram-se arrependidos dos crimes praticados e sentem, agora, como um fardo o peso de uma vida sem liberdade.

“Arrependimento, quando eu cometia crimes que fazia era à base de remédios e de vinho...” (Bernardo, 65 anos)

“Desta vez arrependi-me muito que eu fiz o tratamento ao álcool e... como álcool [bate as mãos insinuando que aí não custava nada] não me importava, dizia eu: - vou preso, quero lá saber, não falta vinho lá dentro da cadeia, já estive lá uma vez, já estive lá uma segunda vez, não me importo de ir para lá outra vez, mas agora não, desde que eu fiz o tratamento ao álcool está muito pesada para mim a cadeia.” (Joaquim, 39 anos)

Dois reclusos sentem uma mudança total na sua vida. Quando questionado sobre as mudanças pessoais sentidas, decorrentes da vida prisional e em relação à sua vida do exterior, Bernardo afirma a mudança profunda que a vida de reclusão representa: *“Mudou tudo. Mudou a minha vida do que era lá fora”* (Bernardo, 65 anos).

Por sua vez, a perda de liberdade e a permanente obediência às regras ditadas pelos mandatados do poder prisional alteraram completamente a vida de outro recluso.

“É muita diferença. Não tem nada a ver uma coisa com outra. Eu aqui estou preso e só tenho que fazer aquilo que eles me mandam, os guardas, os chefes me mandam...”
(Carlos, 39 anos)

Um outro entrevistado encontrou nas reflexões carcerárias uma mudança para a sua vida. Esses pensamentos que também se cristalizaram através da cura do consumo de drogas transformaram Eduardo num homem com responsabilidade.

“Sinto-me menos rebelde aqui. Antes, consumia drogas e agora não fumo [haxixe]. Desde que entrei, comecei a pensar muito no erro que cometi e sinto que tenho mais responsabilidade.” (Eduardo, 40 anos)

Outro recluso faz apelo ao seu estatuto de herói de guerra no Ultramar para assinalar a injustiça a que foi e é submetido pela justiça portuguesa.

“Sinto-me injustiçado, revoltado contra a... nação que dei tanto, tanto, dei tanto por ela, que fomos os, fomos os heróis (...) Fomos os heróis em Ultramar e hoje vemos que a justiça funciona, funciona, eu sei lá, a justiça não é justiça.” (Francisco, 68 anos)

Outros reclusos consideram que se transformaram porque a vida na prisão fez alterar os seus ímpetos nervosos. Agora são indivíduos mais calmos. *Corpos mais dóceis* (Foucault, 2009)?

A experiência prisional de Hugo e o respeito com que é tratado pelos guardas prisionais alterou a sua personalidade no sentido que agora é um homem mais calmo, isto é, já não age com tanta violência.

“Alterou, o que alterou é eu ficar mais...mais sem tanta violência, mais calmo (...) E mais calmo, os guardas respeitam-me muito, os de lá de fora, os GNR já não me respeitavam como me respeitavam como estes porque eles faziam coisas bem piores do que eu, pelo menos os da minha terra.” (Hugo, 60 anos). Até porque, Hugo, deixou de consumir álcool: *“Agora não bebo, não bato mais nada em ninguém...”* (Hugo, 60 anos)

Quando questionado sobre as mudanças pessoais sentidas pelo facto de estar recluso, o que no caso do Ivo se mostra com grande relevância dado estar preso já lá vão 6 anos, este afirma que aquela teve implicações no seu comportamento uma vez que agora é um homem mais calmo *“O comportamento (...) [antes] Mais agressivo (...) Costumava, se alguém me chateasse envolvia-me em confrontos físicos. Mas também era devido à alteração de nervos”* (Ivo, 52 anos)

Bernardo, recluso reincidente, a cumprir pena de vinte e cinco anos e cumpridos mais de onze quando lhe perguntamos quais as mudanças pessoais que sentiu desde a sua entrada na prisão refere, sem justificar, que tem vindo a assistir a uma intensificação dos silêncios.

“Cada vez mais ouço os silêncios. Há muitos silêncios...” (Bernardo, 65 anos)

2.2.1. Apresentar queixas

Com a introdução deste tema: *predisposição para apresentar queixas* pretende-se analisar as representações dos reclusos em relação à forma como se dispõem para apresentar queixas, quer aos guardas, quer à direcção do EP. Queríamos, igualmente, escutar as resistências dos reclusos em relação à forma como se posicionam em relação à *lei do bufo*. Estão os presos mais soltos em relação à “mais livre” manifestação e reclamação de condições ou mantém-se condicionados aos imperativos dos grupos dominantes e/ou chefias? Este tema tem como sequência um outro que, analisaremos de seguida e que se refere ao tipo de queixas que são apresentadas com maior frequência.

Na análise deste tema verifica-se que existem três dimensões que são: sentem-se à vontade, queixas sem fundamento e não estão à vontade para apresentar queixas.

Alguns entrevistados referem a liberdade que todos os reclusos sentem para apresentar queixas e essa plena liberdade apenas é ofuscada por alguns reclusos que chamam chibos aos queixosos.

“estou à vontade [para apresentar queixas]...” (António, 30 anos)

Quanto a Eduardo, registamos aqui uma divergência no seu discurso. Quando questionado sobre se os reclusos se sentem à vontade para apresentar queixas este diz que aqueles se sentem livres para o fazer. Todavia, verificamos que este recluso nos tinha dito anteriormente que, para além de ele não fazer queixas (mesmo em situações em que foi sujeito a agressões físicas violentas) a maior parte dos incidentes e das lutas que ocorrem no espaço de reclusão se deve exactamente aos bufos. Estas alterações discursivas podem indiciar algum desconforto em relação ao tratamento que as suas informações irão sofrer. Há, de facto, uma tendência para a existência de um sentimento de conspiração, por parte dos reclusos entrevistados, em relação às forças que intervêm no palco prisional. Atribuímos, portanto, a essas respostas contraditórias uma oscilação discursiva que navega entre “a realidade” e o “escondimento” da livre transmissão de pensamento acerca da vida na prisão. Esse pressuposto deverá querer dizer, então, que a regra do “bufo” e as consequências para os delatores se fazem sentir em meio prisional quer por represálias dos colegas quer por retaliações da vigilância ao nível dos castigos internos quer pela participação destes na atribuição de licenças de “dias de liberdade” que na linguagem prisional se chama *precárias*.

“Sinto que é fácil apresentar queixas, tanto aos guardas como à direcção e acho que todos se sentem livres para o fazer.” (Eduardo, 40 anos)

Hugo confirma que ele e também os seus colegas estão à-vontade para fazer queixas: *“Sim, não tem problemas nenhuns, se quiserem podem fazer, ninguém é proibido de fazer queixas.”* (Hugo, 60 anos).

Perguntamos também a Ivo se os reclusos, em geral, se sentem à vontade para apresentar queixas. A sua resposta é afirmativa embora hajam algumas limitações em fazê-lo dada a persistência na subcultura prisional da censura ao delator *“Sim, eu penso que sim, aqui sentem-se sempre à vontade...embora haja um ou outro que não veja bem quando uma pessoa faz qualquer informação ou de agressões ou qualquer coisa mas não há problema, o que é começam é a chamar chibos às pessoas que apresentam a queixa.”* (Ivo, 52 anos).

Outros reclusos dizem que é tanta a liberdade para apresentar queixas que estas são feitas até sem fundamento. David refere que a maioria da população prisional faz queixas por tudo e por nada e poderá estar nesse excesso a razão para a existência de alguns conflitos.

“Eu, alguns, acho que sim, mas há outros que não tem...fundamento, até com os próprios colegas (...). Há uns que por uma coisinha qualquer é logo: pff, dão queixa logo em cima. Eu aqui nunca fiz queixa a ninguém.” (David, 48 anos)

Francisco, foi dizendo ao longo da sua entrevista, ter tido uma relação difícil com as várias instituições e públicos por onde tem passado ultimamente. É por isso que também tem dificuldades em entender as razões e os tipos de queixas que são apresentadas pelos seus colegas reclusos.

“Alguns queixam-se sem queixa, queixam-se de, até de disparates deles porque falam mal para os guardas, etc, etc, e depois criam razões, tentam criar razões, eu ouço e noto porque eu não me vejo neste mundo, neste mundo, é muito esquisito” (Francisco, 68 anos)

Outros reclusos negam esse à-vontade quer porque a maioria dos outros colegas não aprecia a delação quer porque as queixas apresentadas nunca chegam às mãos da direcção geral [Direcção Geral dos Serviços Prisionais] e, por isso, as denúncias a ser feitas terão que ser apresentadas desde fora da prisão. Na opinião de Joaquim os reclusos não estão à vontade para apresentar queixas dado que estas nunca chegam às mãos da direcção geral que, porventura, é o lugar onde este recluso quer que elas cheguem.

“Não eu acho que não (...) Porque quando uma pessoa apresenta uma queixa contra, aqui ou noutras cadeias, contra o guarda, a queixa nunca chega às mãos da direcção geral, nunca chega e para chegar às mãos da direcção geral tem que ser por fora” (Joaquim, 39 anos)

As regras carcerárias ditadas pela hierarquia do poder não são as únicas a imperar na prisão. A prisão também se faz de códigos entre os pares reclusos. O “bufo”, o “chibo”, o delator, independentemente da razão que assiste à vítima, é um elemento hostil na subcultura prisional. Por isso, o putativo “bufo” pesa as consequências e, por norma, segundo Carlos, o recluso não está à-vontade para apresentar queixas.

“Isto é assim, por exemplo, se eu fizer queixas, se um recluso faz queixa doutro recluso, já não está à vontade porque a maioria é contra [fala baixinho]” (Carlos, 39 anos)

2.2.2. Tipos de queixas dos reclusos

Utilizamos este tema para obtermos depoimentos dos reclusos sobre os tipos de queixas (quando os reclusos se sentem à-vontade para o fazer) mais comuns entre os reclusos. A existência de reservas em falar da facilidade que os reclusos têm em fazer queixas poderia ser superado por o tema presente por este proporcionar falar de um tipo de queixas que é mais utilizado pelo “outro” recluso. Os tipos de queixas relatados pelos dez indivíduos que entrevistamos concentram-se nas três seguintes categorias: roubos e agressões existentes entre a população reclusa, relações com guardas-prisionais e alimentação.

Para alguns dos reclusos e quando aqueles se sentem dispostos a apresentar queixas elas devem-se a conflitos motivados por desentendimentos após furtos.

“Ahh uns vão à cela e falta-lhe isto, mesmo nos balneários, dizem (...), depois falta isto: ah, não fui eu, depois isto é meu, depois, é claro, depois há porrada.” (David, 48 anos)

“Normalmente é porque alguém faz um roubo ou por agressões (...) Por maus entendimentos ou porque há um que atira qualquer coisa a outro e depois envolvem-se em discussão, por vezes passam a confronto físico, mas de menor gravidade” (Ivo, 52 anos)

Outros reclusos referem que as queixas são dirigidas aos guardas prisionais. Seja por desentendimentos com estes ou porque os guardas não conseguem impor respeito. Além de que não vale a pena apresentar queixas dada a indiferença destes em escutar os reclusos.

“Normalmente é por quezílias entre este e aquele, porque o guarda não abriu a porta e que vão fazer participação dele...” (Francisco, 68 anos).

“...há muitas [queixas] contra os guardas (...) O problema deles aqui é esse, que eu acho que esta cadeia aqui anda muito abandonada, pelas cadeias que eu já passei nunca vi uma cadeia como esta, não há respeito dentro desta cadeia” (Joaquim, 39 anos)

“Os guardas não ouvem as queixas. Chegamos à beira deles e contamos tudo e eles não fazem caso.” (Bernardo, 65 anos)

Alguns entrevistados referem que a maioria das queixas apresentadas por reclusos se deve a problemas com a gestão da cozinha e do refeitório quer com a má qualidade da comida ou porque existem quezílias entre reclusos na zona da alimentação.

“Acho que a prisão não funciona bem. As principais queixas prendem-se com a má gestão da cozinha – a comida é muito má. Há uma má organização.” (Eduardo, 40 anos)

“...há sempre pessoas que gostam de ser maiores que os outros e metem-se à frente [no refeitório] e empurram, é só por isso, mas tudo passa por brincadeiras de meninos, aquase, mas de resto nem é muito difícil de estar aqui nesta cadeia, para quem souber manter as... leis dos guardas, os horários, não tem muito problema nenhum...” (Hugo, 60 anos)

2.2.3. Resolução de conflitos entre reclusos

Pretendemos apurar quais são as formas como são resolvidos os conflitos na cadeia. Das respostas dos entrevistados verifica-se que existem duas formas de resolução: Quando os confrontos são arbitrados apenas pelo grupo recluso estes resolvem-nos com pancada, quando os conflitos são mais graves ou os reclusos decidem apresentar queixas aos guardas prisionais ou à direcção da cadeia a forma encontrada para a sua resolução faz-se com recurso ao castigo disciplinar.

É que há ali muita gente que só resolve os conflitos através da pancada e, claro, essas pessoas são castigadas (pelos guardas-prisionais). António, quer é estar fora dos problemas, só fala e responde por si e, como faz questão de insistir, utiliza o trabalho para passar o tempo e para afirmar a sua exemplar conduta enquanto trabalhador:

“...há reclusos aí que só resolvem os conflitos através da pancada (...) até porque eles vêem que eu sou uma pessoa trabalhadora e não ando aí em problemas como muitos andam lá dentro e eles [guardas-prisionais] dão-me o valor como eu sou uma pessoa exemplar ...”(António, 30 anos)

A falta de respeito deve-se, segundo Joaquim à passividade dos guardas prisionais e se ninguém impõe disciplina em situações de furto a forma de resolução dos conflitos resolve-se com pancadaria entre colegas.

“quando entram pessoas novas o pessoal anda à porrada e às vezes para roubar um colega, entra na cela, o preso sabe quem foi o colega que roubou e eles não actuam, é muito ruim de actuar, por exemplo eu tenho na cela quatro onças, você entra na cela vai-me roubar aquilo que é meu, está dentro do meu armário, eu sei quem é que foi e venho ter consigo, com o chefe ou com o guarda: - olhe, fulano roubou-me o tabaco e diz que vai resolver o problema e vira de costas, o que é que vai acontecer de seguida? É batatada, é porrada logo, é o que se passa aqui nesta cadeia” (Joaquim, 39 anos)

O recurso ao castigo disciplinar faz-se obedecendo a critérios normativos e regulamentares e culmina com o cumprimento da pena do(s) recluso(s) em cela de habitação a que, aliás, os nossos entrevistados mesmo que não tenham passado pelo referido castigo conhecem detalhadamente:

Para António (30 anos) o castigo é educativo: “...[guardas-prisionais] *metem-nos de castigo para eles [reclusos]... para ver se eles aprendem ...*”

Para Bernardo (65 anos) o castigo é uma espécie de carrossel: “*Com participações (...) é cela de habitação (...) É uma cela só...com o recluso lá dentro, levam-lhe a comida. Tem de recreio uma hora ou duas [por dia] e depois acaba o castigo e vem outra vez...*”

Para David (48 anos) o castigo é uma prisão: “*Vai cartinha escrita, ao director, o director: lá vai (...) Estão fechados, só tem uma hora de recreio, uma hora cá fora. De resto, estão metidos lá dentro.*”

Para Eduardo (40 anos) quando se esgota a capacidade de diálogo a solução é o castigo ou repreensão: “*Os conflitos são muitas vezes resolvidos entre os reclusos, através do diálogo. Quando as coisas são mais graves os guardas actuam e os reclusos são castigados ou repreendidos.*”

Francisco (68 anos) não alinha no calão prisional: “*...alguns vão para lá para o manco ou lá o que é isso, como eles lhe chamam...*”

Hugo (60 anos) descreve detalhadamente o local do castigo e as consequências que ele pode trazer para o recluso “*É, é, vai para o manco. Vai ao chefe e vai para o manco. O manco é um quartinho pequenino, que eu nunca lá estive, nunca, não sei o quê mas não faço ideia, é um quartinho pequenino só para dormir, dorme-se mal, roupa pouca, isso é o que dizem e assim é que tem que resolver os problemas, não pode ser à pancada porque é pior (...) Até comem lá e tudo, o faxina leva lá a comida (...) Nem pode levar cinto nem pode levar nada (...) Podem-se lembrar e meter o cinto ao pescoço e os guardas tem que ter consciência daquilo que vão fazer.*”

Finalmente, Ivo (52 anos), fala das várias sanções existentes para além do “manco”: “*Depende da queixa que for apresentada, tanto podem ficar sem recreio, podem ficar durante algum tempo sem poder movimentar a conta, conforme o tipo de queixa que houver.*”

2.2.4. Caracterização do recluso

Se tivesse que definir um padrão-tipo de recluso, como o caracterizaria? Esta questão pretende encontrar respostas que sugiram a forma como os nossos entrevistados vêem o recluso tipo. Goffman (...) atribui à estereotipagem a discrepância entre a identidade real e a virtual. Este autor diz que a primeira é aquela com a qual nos identificamos e nos afirmamos positivamente e a segunda a que nos é atribuída, desqualificadora, mesmo que não nos identifiquemos com tal.

A maioria dos reclusos que entrevistamos afirmam-se inocentes. De acordo com outros entrevistados o recluso naquela condição mente. É pobre.

Dois dos respondentes dizem que não há inocentes. Desta forma elegeram um atributo comum à população prisional dado que é nessa condição que aqueles se afirmam e *“Inocentes não são porque cada um sabe o tipo de asneira que cometeu, eu pelo menos sei porque aqui estou...(...) [acerca dos seus colegas] “eu não tenho que julgar os outros, cada um deve saber porque aqui está ...”* (António, 30 anos)

“Eu, para mim, quando as pessoas são detidas não há inocentes. Eu acho que o tribunal não é cego, nem o ministério público manda fazer uma investigação por acaso e quando a pessoa é julgada e condenada, para mim, é culpada como eu fui.” (Ivo, 52 anos)

Francisco (68 anos) embora não afirme a não inocência do recluso diz que aquela população, na situação de reclusão, se caracteriza por mentir *“Aqui, por norma, todo aquele indivíduo que fala tem uma dose, uma dose de mentira muito grande, essa é a ideia que eu tenho.”*

Se um dos entrevistados refere a condição de pobreza como sendo o elemento principal que qualifica o recluso *“É pobre.”* (Gaspar, 39 anos), já Hugo diz que aquela população se caracteriza pela sua heterogeneidade material *“há ricos e pobres, não com os guardas, não posso dizer que é com os guardas que haja ricos e pobres porque aqui é tudo igual, não é com os guardas que há ricos e pobres, é com os reclusos que há ricos e pobres e arremediados, há aqueles que precisam mesmo e há aqueles que não precisam...”* (Hugo, 60 anos)

A diversidade de carácter é, também, a identidade do recluso típico *“boa comunidade (...) Mas noutro sentido são...são parvos”* (Bernardo, 65 anos)

2.2.5. Piores e melhores momentos da vida na prisão

O tema *piores e melhores momentos da vida na prisão* encerra o primeiro de dois grandes grupos de questões nos quais dividimos este trabalho - Impactos da Reclusão e o sentido das prisões: as suas funções. A partir das respostas dadas neste tema poderemos inferir as representações dos reclusos não só sobre quais os melhores e piores momentos da sua vida em prisão mas também apurar sobre a importância atribuída pelos respondentes a esses momentos.

A categoria tempo é assinalada por alguns reclusos para descrever que os melhores momentos de prisão são no exercício de actividades diversas e é aí que esse tempo, em relação ao tempo de inactividade, passa mais depressa.

“vou passando o meu tempo [dentro da prisão] a fazer qualquer coisa ou a dormir, a ler ou a escrever que é para passar o tempo mais depressa” (António, 30 anos)

Claro que essa atitude lhe tem trazido benefícios, nomeadamente na soma de precárias que contabiliza e na sua tentativa de sair no meio da pena.

“...agora eles já me conhecem e já me deram bastantes precárias então já ando mais à vontade lá fora a trabalhar e a ocupar melhor o meu tempo (...) [registo da minha memória] o recluso refere que está em condições de sair dentro em breve da prisão dado que essa garantia já lhe foi dada pelo seu advogado e pelo director da prisão.” (António, 30 anos)

Os melhores momentos para Joaquim (39 anos) *“É estar entretido a trabalhar, é aquilo que eu gosto, sempre gostei de fazer, trabalhar, não digo ganha-se muito, não”*

Para outros reclusos os piores tempos passados na prisão prendem-se com as saudades que têm da família, do tempo de liberdade e a pensar nos erros que cometeram.

“Os piores momentos é tudo. Saudades da família e à espera sempre de uma precária que já anos e anos que não ma dão.” (Bernardo, 65 anos)

“...piores momentos que eu tenho aqui dentro é quando me lembro da família e agora que estou bem com a mulher (...) agora quando me lembro dela é que fico um bocadinho mais aborrecido, mas passa.” (Hugo, 60 anos)

“Pensar muito na família, pensar muito na minha filha [emociona-se], e pensar no erro que eu fiz” (Joaquim, 39 anos)

Para outro entrevistado, os piores momentos de reclusão, é quando é preso na própria prisão *“Os piores momentos? É quando chego às 7horas e trac, prontos, já estou fechado.”* (David, 48 anos)

As visitas, ou falta delas, representa, para alguns reclusos os piores e melhores momentos vividos na prisão.

Os melhores momentos da vida prisional são, para David (48 anos), os dias em que recebe a visita da sua mulher. Essas visitas parecem ser o bálsamo que anima o recluso a passar mais uma semana até à visita seguinte: *“Os melhores momentos é, é ao sábado. Ao sábado e ao domingo que tenho a visita da minha mulher. Tenho a minha mulher aí, são os melhores momentos. E depois ela diz: - agora ficas aí que eu vou embora e diz, olha, ficas aí mais uma semana sozinho, eu também fico em casa sozinha.”*

Já Francisco (68 anos) sente o peso que representa para as suas visitas ter que se deslocar à cadeia, a qual, para ele, representa uma visita a um lugar pior do que a visita a um cemitério. Os piores momentos são, então, para este recluso, o pós-visita, período que usa para reflectir sobre a amargura que os seus visitantes pressupostamente tem quando *tem* de o ir visitar. Não que os

reclusos que entrevistamos tenham falado nisso mas podemos levantar a hipótese que as visitas a estes reclusos trazem um segundo problema – é que são visitas a criminosos sexuais... “[piores momentos] a seguir às visitas (...) Com tristeza. Desde logo porque eu estou a fazer a outras pessoas que vem aqui que não tem nada que ver com o assunto e que tem que vir aqui e estou a ver que é mais fácil ir a um cemitério do que vir a uma cadeia [diz com voz tremida, com muito custo] isto não é agradável para ninguém, vir aqui...”

Eduardo considera que, simultaneamente, o convívio com os restantes colegas e as visitas da sua família são os melhores tempos de vida na prisão “*Os melhores momentos na prisão são a convivência com os colegas reclusos e as visitas que tenho: a minha mãe e a minha irmã.*” (Eduardo, 40 anos)

Já Ivo (52 anos), quando interpelado sobre os melhores e piores momentos de vida na prisão, emociona-se e chora compulsivamente, soluça enquanto chora, não consegue parar de chorar. Sinto que não sei o que fazer neste momento. Tem dificuldade em falar e respira afogadamente, chora, soluça. Peço para ter calma e responder se quiser ou quando quiser: “*É nos dias de visita (...) Não tenho visitas (...) Tenho poucas (...)* [E o Sr. sofre porque enquanto os outros tem visitas o Sr. não tem?] *É, é.*”

Para Eduardo os piores momentos dividem-se entre a solidão que sente e a falta de TV e tabaco.

“*Os piores momentos são os momentos de solidão. E sobretudo a morte recente do meu pai. Os momentos de cela, a solidão desse lugar dado que nem sequer tenho TV. Tenho, apenas, rádio. Também stresso muito quando não tenho tabaco.*” (Eduardo, 40 anos)

Já para outro recluso o rótulo de violador que ostenta significa o pior da sua vida na prisão. “*Os piores momentos na prisão é este que estou a passar. Só me lembro da fama [violador da filha]...a maioria, toda a gente sabe, a maioria pensa que foi verdade, mas tenho a minha consciência livre*”(Carlos, 39 anos)

3.O sentido das prisões: as suas funções

O sentido das prisões: as suas funções orienta o segundo grupo de questões nas quais incluímos: a função da prisão, alternativas à prisão, medidas para diminuição da criminalidade, consequências da reclusão e recepção do ex-recluso pela sociedade. Com estas temáticas pretendemos que o recluso, enquanto elemento *interessado* no sistema prisional, nos empreste as suas reflexões sobre a importância e funcionalidade da cadeia, das medidas preventivas e alternativas à prisão mas também que nos fale das suas perspectivas em relação à sua vida futura em liberdade.

3.1. Função da prisão

Para alguns reclusos a prisão serve para punir e castigar o indivíduo. Para isso fecham-no para que essa pessoa não volte a repetir o mesmo crime.

A prisão é, no entender de um dos entrevistados, um castigo que preconiza a não reincidência criminal mas que em vez de educar o indivíduo torna-o mais estúpido.

“O que eu acho de uma prisão é que é um castigo que é dado a uma pessoa para ver se o crime que essa pessoa fez não se volte a repetir (...) Eu acho é que em vez de dar para nos educar dá-nos, mas é, para ficarmos mais estúpidos.” (António, 30 anos)

“Serve para os castigos (...) Para ele portar-se bem.” (Gaspar, 39 anos)

A função da prisão está, para Bernardo, assente em três pilares: evitar a reincidência através de um processo reflexivo “...*mentalizar a pessoa para que não cometa mais crimes*” (Bernardo, 65 anos), punir através do castigo, do isolamento e de actos ligados à clausura que provocam sentimentos e reacções arrepiantes “*Para punir. Para castigar as pessoas pelo crime que cometeram. (...) Pondo-os fechados. Fechando a fechadura. Dá arrepios [silêncio]*” (Bernardo, 65 anos) e destruir o indivíduo “*serve mais para destruir ...destruir....destruir*” (Bernardo, 65 anos).

A prisão é, no entender de Carlos, positiva para os reclusos dado que serve para que as pessoas abram os olhos e evitem a reincidência criminal. Todavia, a maioria dos reclusos, contrariamente a ele, não a interpretam da mesma maneira e, pelo contrário, saem com instintos vingativos que os levam a cometer mais e piores crimes.

“só lhe faz bem, abre os olhos: - já não vou roubar, já não vou traficar, já não vou fazer mais mal a ninguém, há uns que pensam assim mas a maioria não pensam assim e dizem: - eu quando sair vou-me vingar disto, ou vou fazer pior, está a perceber?” (Carlos, 39 anos)

A prisão justifica-se, ainda, por uma razão de justiça. Carlos faz a associação simples: comete crime – pena de prisão – faz-se justiça.

“Para mim, uma prisão serve, é mesmo assim, quem fizer mal, quem cometer um crime tem que ir preso, não é? Faz-se a justiça” (Carlos, 39 anos)

A prisão serve, também para David, para corrigir os males cometidos pelos indivíduos, embora há muitos que não endireitam e voltam a reincidir.

“uma prisão é... para alguns faz bem que endireitam, para outros não, para outros ainda é pior: saem e fazem a mesma coisa e depois tornam a vir cá para dentro.” (David, 48 anos)

A prisão tem, para Eduardo, a função de reabilitar o indivíduo, educando-o: *“Para corrigir os males feitos por cada um (...) Na minha opinião o tempo de prisão serve mais para educar.”* (Eduardo, 40 anos)

Para outros reclusos a prisão tem a dupla tarefa de, em simultâneo, punir e educar o indivíduo com a função destes não virem a cometer o mesmo crime.

“Para educar. Para educar, é uma punição (...) Mas educadora. Uma punição educadora.” (Hugo, 60 anos)

“Serve para educar e serve também para punir para no futuro não cometer novamente os crimes que cometeram ou outros que possam vir a cometer.” (Ivo, 52 anos)

A função educativa da prisão encontra perspectivas diversas e até antagónicas num grupo de entrevistados. Para uns reclusos a prisão serve para educar, para outros ela não tem porque educar – segundo esta perspectiva de não educação o que cada um deverá fazer é tentar passar o tempo sem se magoar, esquecer e tentar fazer uma vida normal em liberdade. Para outro recluso o papel educativo da prisão está dependente da forma como os educadores prisionais levam avante a sua missão de educar.

“Na minha opinião o tempo de prisão serve mais para educar.” (Eduardo, 40 anos)

“Não, para educar não, isto não tem por onde educar, aqui cada um, a educação que se pode ter aqui é a análise que cada um interiormente estuda e diz não: - pá, eu estou aqui, isto não me pode fazer mal, isto não me pode magoar, eu quando sair lá para fora tenho que esquecer que estive ali e vou entrar na minha vida normal...” (Francisco, 68 anos)

“Não, para educar mais, depende também da maneira dos educadores, dos assistenciais, como é que eles apoiam o preso dentro da cadeia, depende da maneira deles” (Joaquim, 39 anos)

Para Francisco a prisão deveria servir para formar o indivíduo para um determinado serviço para que uma vez em liberdade este se pudesse integrar profissionalmente.

“a cadeia tinha a obrigação de orientar o individuo para um determinado serviço minimamente para ele poder chegar lá fora e dizer para este serviço, pelo menos, ele já pode ganhar para ele, mas isso não, isso não fazem...” (Francisco, 68 anos)

Para alguns reclusos entrevistados a prisão dá para criar a consciência nos indivíduos que os actos que estes tiveram não deverão ser repetidos.

“...a prisão é para um homem ter que ter mais um bocadinho de consciência que um homem não se deve fazer aquilo que uma pessoa às vezes faz” (Hugo, 60 anos)

“...mentalizar a pessoa para que não cometa mais crimes” (Bernardo, 65 anos)

Já Ivo vê no sentido da prisão uma função socializadora. É através do relacionamento com a comunidade prisional que o indivíduo adquire competências para futuramente se reintegrar socialmente.

“A prisão serve, em principio e na minha maneira de ver e bem visto serve para reintegrar o cidadão na vida mais social (...) através da reclusão, do contacto com os colegas, da direcção, dos educadores, tudo isso contribui para uma nova vida no exterior (...) [faz-nos lembrar] que não devemos cometer novos crimes” (Ivo, 52 anos)

3.1.1. Alternativas à prisão

Este tema aparece com o objectivo de obter as representações dos reclusos acerca da problemática do cumprimento de pena em prisão ou alternativas não prisionais. À questão dualista em referência, pedimos que acrescentassem a concordância ou não em relação à prática e intensidade da aplicação das penas alternativas pela justiça e, ainda, se às alternativas existentes adicionariam outras e quais. As respostas a esta questão afirmam-se maioritariamente defensoras da aplicação de penas alternativas à prisão para crimes menores e com recurso ao trabalho comunitário e implacavelmente contra qualquer alternativa prisional aos indivíduos que cometeram crimes maiores como por exemplo o homicídio ou o furto qualificado. Desta forma e se fosse cumprido o “desejo” destes indivíduos teríamos um esvaziamento das prisões e uma dádiva de grandes fileiras humanas ao mercado de trabalho que, dessa forma, “obteriam” mão-de-obra gratuita. E dócil? Assistiríamos, igualmente, ao desmembramento de uma prisão dividida em uma “cultura prisional” e uma “sociedade prisional” (G. Sykes e S. Messinger, 1960) para se reagrupar numa cadeia baseada nos princípios de prisionização conceptualizados por Clemmer (1940) que explica de que forma os processos de aculturação ou assimilação de valores e comportamentos na cadeia supostamente se

aproximam de códigos culturais criminogéneos, e que quanto maior for o período de permanência na prisão menor será a conformidade com normas e valores convencionais.

O trabalho é, mais uma vez para António, um elemento chave em relação à sua utilização enquanto elemento alternativo à prisão:

“...em vez de estar aqui preso, que isto não tem interesse nenhum, devia passar lá fora a trabalhar para empresas, para o Estado, a pagar a pena e a fazer trabalho comunitário” (António, 30 anos)

Francisco propõe, igualmente, que as alternativas deveriam passar pelo trabalho comunitário para aqueles que não tem recursos financeiros para pagar multas.

“Em vez de prisão tem serviços comunitários, por exemplo, aqueles que o possam fazer, tem valores a pagar...” (68 anos)

Para a maioria dos entrevistados as alternativas à prisão deveriam ser aplicadas apenas aos indivíduos que cometeram crimes menores como condução ilegal, excesso de álcool, multas rodoviárias, ferroviárias, pequenos furtos ou outros delitos de menor gravidade. Nestes casos, os indivíduos deveriam pagar os seus crimes através de trabalho comunitário, pulseira electrónica ou pena suspensa. Criminosos com molduras penais de 10 ou mais anos que tenham cometido assassinatos ou furtos qualificados com violência não deveriam ter alternativas à prisão porque constituem um perigo para a sociedade.

Carlos (39 anos) recomenda a existência de alternativas à prisão como o uso da pulseira electrónica ou a pena suspensa. Mas, essas alternativas apenas deveriam ser usadas para molduras penais inferiores a 10 anos. Quanto aos reclusos com penas maiores, aí não deverão existir alternativas *“[crimes pequenos] em vez de estar preso numa cadeia poder estar preso em casa, por exemplo de pulseira, ou com uma pena suspensa (...) aqueles crimes maiores, de 10, 15, 20 anos, Jesus, esses devia ser cadeia”*

Também para David (48 anos) não há alternativas para “outros” crimes: *“Dizer: - tu fizeste isto, vais trabalhar, é comunitária: x tempo, para certos crimes, agora para outros: o que fizeste vais comer lá dentro...”*

Os roubos qualificados ou assassinatos são, igualmente, para Eduardo (40 anos), crimes que não permitem outra pena que não a prisão: *“Depende do tipo de crime. Por exemplo: se for assassinato ou roubos qualificados com violência deviam ser presos. Os outros deveria haver prestação de serviços comunitários.”*

Hugo (60 anos) propõe a existência de trabalhos comunitários mas também só para alguns indivíduos que cometem determinado tipo de crimes *“Sim trabalhos comunitários, para alguns, não pode ser para todos porque há uns que podem ficar na cadeia como ficar...e na cadeia é pior porque vem de lá ressabiados esses que matam e...pois esses são capazes de ficar ainda mais agressivos, ainda piores cá dentro”*

Ivo (52 anos), por sua vez, propõe alternativas como o trabalho comunitário apenas a crimes que se relacionem com a infração rodoviária *“Depende dos casos...por exemplo há casos que penso que deveria haver alternativa porque, por exemplo, temos os casos de multas por condução ilegal, excesso de álcool que poderiam ser alternativas com trabalhos comunitários”*.

Joaquim (39 anos), também não encontra a possibilidade de existirem alternativas a certos crimes qualificados como, por exemplo, o homicídio. Quanto aos restantes crimes, este recluso sustenta uma proposta de massivamente colocar estes indivíduos a trabalhar para o Estado. *“Pô-los a trabalhar para o Estado, como há as coisas das pulseiras, para que é que eles querem aquilo? Depende do delito, também depende do delito, se matou – não vai deixar uma pessoa dessas na rua, não é? Porque ele com uma pessoa pode cortar aquilo e continuar a matar pessoas, não é? Agora, um roubo, uma coisinha de nada, multas de carro, multas de comboio, isto ou aquilo, porque é que eles mandam para a cadeia por uma coisinha destas, vamos pô-lo a trabalhar, trabalhar para o Estado, sem ganhar, trabalhar para o governo, pronto, - olha, vais para a câmara, vais trabalhar a limpar valetas ou vais limpar casa de banho ou rossar mato ou isto ou aquilo, tantas horas por dia, é o castigo que vamos-lhe dar, se fizessem isso muita gente não entrava nas cadeias...”*

Para Gaspar a aplicação da pena deveria ser um misto entre liberdade e prisão. Talvez por desconhecer a existência dessa medida, este recluso afirma que os indivíduos deveriam ter penas suspensas à semana e cumprirem a pena ao fim-de-semana *“As penas suspensas, a prisão ao fim de semana.”* (39 anos).

Para Bernardo o problema do sistema prisional concentra-se na não atribuição de liberdade condicional *“Havia de haver liberdade condicional obrigatória, haver, por exemplo, como foi agora o Papa dar amnistia e eles não deram, o centenário da república e eles também não deram, é isso que revolta mais os presos.”* (Bernardo, 65 anos)

3.1.2. Medidas para diminuição da criminalidade

Pedimos aos nossos entrevistados que nos dissessem o que é que na sua opinião deveria ser feito para diminuir a criminalidade. Metade dos reclusos que responderam a esta questão reafirma o trabalho como o elemento central para a resolução dos problemas criminais. Por oposição, a falta deste, fomenta uma sociedade mais criminosa e violenta. O reforço da segurança nas ruas, penas mais pesadas, um cadastro individual para análise e decisão da pena de cada indivíduo ou o auxílio aos toxicodependentes são também medidas que o Estado deveria tomar e que são bem vistas por estes cidadãos.

Para David, a forma de *“Diminuir a criminalidade é se o Estado botar mais polícia na estrada. É a única solução que eu acho para haver menos casos - é pôr mais polícia.”* (48 anos)

Para António (30 anos), os reclusos, mesmo que cumprissem pena em prisão durante o fim-de-semana *“durante a semana deviam trabalhar”*

O trabalho é para Francisco (68 anos) a fórmula resolutive de todos os problemas criminais *“...mas era: toda a gente, toda a gente tinha que trabalhar, toda a gente tinha que trabalhar, melhor, pior, mais assim, mais assado, o Estado que entrasse, enfim, na vigilância,*

na remuneração ser mais justa ou menos justa se, isso, quanto a isso tudo bem, isso é outro assunto, agora, toda a gente tinha que ter, é o termo, as suas oito horas de serviço. A partir daí...mas o serviço, toda a gente tinha de trabalhar. Toda.”

A mesma tese é sustentada por outro recluso *“Isto era dar mais trabalho. A solução era dar mais trabalho porque se ele desse mais emprego não havia tanta gente na cadeia”* (Hugo, 60 anos)

Se bem que o trabalho seria a solução encontrada, também por Ivo (52 anos), para diminuir a criminalidade, o estado em que o país se encontra, com falta de trabalho e dinheiro irá, irremediavelmente, fazer com que se vá assistir a um crescente aumento de criminalidade porque as pessoas tem que fazer alguma coisa para sobreviver. *“em princípio as medidas que estão impostas contribuem para diminuir a criminalidade mas em função ao estado que está a viver o país pouco vai diminuir porque infelizmente há falta de trabalho, há falta de dinheiro e o pessoal vai ter que sobreviver e então vão ter que arranjar qualquer das formas para conseguir sobreviver”*.

Já para Joaquim a forma que o Estado tem para diminuir a criminalidade passa pelo apoio a dar às franjas da sociedade que mais necessitam de ajuda, nomeadamente os dependentes de álcool e droga.

“Apoiar muitas pessoas lá fora, apoiar aquelas pessoas que precisam de ajuda, por exemplo: pessoas que consomem droga, que consomem o álcool” (Joaquim, 39 anos)

Bernardo, por sua vez, não acredita na possibilidade de se diminuir a criminalidade enquanto existirem drogados.

“Diminuir é difícil porque há muitos drogados e mesmo aqui tem droga e indo lá para fora voltam a roubar para consumir...” (65 anos)

Para outro recluso a solução passaria pela existência geral de um cadastro biográfico individual e, dependendo dos elementos lá constantes, aplicar-se-ia, ou não,

uma sentença. Assim, para Eduardo (40 anos), o acto criminal não deveria ser analisado individualmente mas dever-se-ia ter em atenção o histórico criminal do indivíduo para atribuir, aumentar, diminuir ou isentar de pena. *“O Estado havia de avaliar os indivíduos no singular e colectivamente. Fazer um portfólio de cada um com os seus crimes ou vivências para serem avaliados sobre o merecimento da pena.”* (Eduardo, 40 anos).

3.1.3. Consequências da reclusão

A introdução deste tema permite analisar as representações do entrevistado através de uma reflexão deste sobre a vida, passada e futura, na prisão e antecipar expectativas sobre a influência desta para uma vida futura em liberdade.

A passagem do tempo apresenta-se como um elemento central na estratégia do António para ultrapassar a sua dor de reclusão. Dessa forma, para além da centralidade do trabalho na sua vida e que prefere a qualquer outra actividade, até porque esse é realizado num espaço que apelida de liberdade [pequena quinta agrícola no EP], gasta o tempo em leituras, a escrever e a dormir. O tempo de prisão é, portanto, para si, para além de uma formação que lhe deu a equivalência ao 6º ano de escolaridade, uma perda de tempo sem interesse nenhum.

“O tempo que passei aqui para além dos estudos, foi aqui que eu completei o meu 6º ano, o resto não tem interesse nenhum.” (António, 30 anos)

Carlos, por sua vez, diz que a prisão abre os olhos dos reclusos porque ali têm oportunidade de reflectir sobre uma vida futura sem recurso ao crime. Todavia, a maioria não pensa assim e os olhos que a prisão abre servem para intensificar as suas acções criminais.

“só lhe faz bem, abre os olhos: - já não vou roubar, já não vou traficar, já não vou fazer mais mal a ninguém, há uns que pensam assim mas a maioria não pensam assim e dizem eu quando sair vou-me vingar disto, ou vou fazer pior, está a perceber?” (Carlos, 39 anos)

Outros reclusos dizem que a melhor forma de aguentar a vida na prisão é esquecer o tempo da sua passagem por lá para que seja possível não ter medo de enfrentar uma vida em liberdade.

“...a melhor coisa que uma pessoa tem é botar tudo para traz das costas. Se uma pessoa andar a cismar é pior. Já houve casos aí que deitaram a corda ao pescoço.” (David, 48 anos)

“Eu estou a fazer um esforço constante no sentido de não me deixar abater para que eu tenha medo de ir lá para fora.” (Francisco, 68 anos)

Para Eduardo as consequências da reclusão circunscrevem-se ao rótulo que marca a sua passagem por lá.

“A prisão é um selo, um cunho, um rótulo. Tenho muitos amigos e vou tentar superar com eles os maus momentos que possam haver e também acho que eles vão compreender o crime que cometi.” (Eduardo, 40 anos)

A esperança de vida, para Bernardo, está centrada na visualização da liberdade, através do qual projecta um futuro conformado e, por fim, será essa a consequência da sua vida em reclusão.

“...consequências é que vou tentar levar a minha vida o melhor possível, não me vou manifestar ...”(Bernardo, 65 anos)

Ivo considera que a reclusão não trará consequências para a futura vida em liberdade até porque a prisão lhe trouxe ensinamentos para esse futuro e conseguindo trabalho as expectativas são positivas.

“As consequências que tem, não tem nenhuma, porque este tempo de reclusão ensinou-me a viver para o futuro, portanto quando sair para a liberdade sei que tenho que arranjar maneira para arranjar trabalho para viver uma vida dentro do normal, dentro das minhas possibilidades” (Ivo, 52 anos).

3.1.4. Recepção do ex-recluso pela sociedade

A introdução deste último tema tem como finalidade aferir as expectativas dos reclusos em relação não só à forma como estes esperam ser recebidos pela sociedade mas, também, em relação à forma como a sociedade vê o recluso. Assim, alguns entrevistados guardam a esperança de serem bem recebidos pela sociedade até porque, aquando das suas saídas precárias, o ambiente que encontram diz-lhes que também futuramente irão ser recebidos de braços abertos pela sociedade, pelos amigos, pelos familiares, pelos ex-patrões e que irão reatar o *modus vivendi* anterior à sua prisão, trabalhando.

As visitas a casa que tem António tem conseguido nas precárias que vem acumulando dizem-lhe que a sociedade, a família e os amigos o vão receber bem até porque *“já fui duas vezes a casa e aproveitei e já estive com o pessoal e estiveram de braços abertos para me atender, para falar para mim. Eu penso que dessa parte não vai haver grandes problemas, as pessoas com quem eu convivo eles conhecem-me perfeitamente e sabem que eu estou aqui preso e eles por acaso não tiveram nada contra mim e não disseram nada contra...”* (António, 30 anos)

Hugo afirma a sua confiança para uma vida pós reclusa dado que, lá fora, tem muita gente que o espera e que lhe darão trabalho como o faziam antes dos factos ocorridos *“Lá na minha terra vão me receber na mesma como eu era antigamente, vão-me receber igual porque ainda agora fui ao tribunal, dia dezanove, juntaram-se lá todos, os meus patrões que eu tinha da agricultura foram lá todos: - olha está lá o trabalho para fazeres, desenrasca-te, - está bem, já faltou mais, vão-me receber igual os patrões que eu tinha vão-me receber igual”* (Hugo, 60 anos).

Ivo (52 anos) tem grandes expectativas quanto à forma como vai ser recebido pela sociedade até porque sempre teve amigos, sempre conviveu com estes além de que tem feito novos amigos *“Não tenho que dizer, de nada, da sociedade, sempre fui bem recebido desde que saí na primeira precária até ao presente momento, sempre tive*

amigos, sempre convivi com eles, tenho feito amigos novos através de outros amigos...nada nem ninguém me aponta o dedo” (Ivo, 52 anos).

Também Joaquim tem boas expectativas em relação à receptividade social que terá em liberdade *“Eu acho que sim [boa recepção], as pessoas à minha volta (...) eu penso que eles me ajudem aqui, está a entender, que me arranjem trabalho, para quando eu sair ir trabalhar” (Joaquim, 39 anos)*

A consciência tranquila que Carlos vem afirmando ao longo de toda a entrevista, assim como o facto da vida de prisão lhe ter aberto os olhos para que não reincida e a confiança que as pessoas das suas relações têm em si fazem com que Carlos imagine o regresso à liberdade de uma forma positiva. Será bem recebido pela sociedade.

“Sim. Sim. Sempre confiaram em mim. Tudo.” (Carlos, 39 anos)

Outros reclusos preferem não vaticinar sobre a sua recepção futura.

David não tem qualquer ideia de como será recebido pela sociedade após o cumprimento da pena. No entanto, este recluso não tem nenhuma preocupação com isso porque como refere continuamente terá uma vida pacata, a dois, na companhia da sua mulher.

“...sinceramente não sei qual vai ser a reacção deles (...) Não tenho ideia nenhuma nem me preocupa (...) é estar em casa, já disse à minha mulher: - tiro o passe de metro, vou dar as minhas voltinhas, dar umas voltas e volto para casa. Ela disse: - tiras o passe e vens cá para fora que eu não te quero em casa a gastar luz, vens comigo para baixo e vens comigo para cima, prontos, vamos embora. Tenho uma mulher cinco estrelas.” (David, 48 anos).

Sobre as consequências que a reclusão iria ter na sua vida futura e sobre as suas expectativas quanto à forma como sente que vai ser recebido pela sociedade Gaspar responde como S. Tomé, prefere ver para saber: *“Isso só experimentando, estando lá fora.” (Gaspar, 39 anos).*

Para Francisco os indivíduos diferenciam-se através do diploma de trabalho, da formação, da competência e do diploma que têm. Se possuírem essas ferramentas a sociedade aceita-os naturalmente.

“É assim a cadeia a um indivíduo que esteja formado, que tenha um diploma de um trabalho, que sejam competentes entra na sociedade sem a sociedade notar que ele entrou, é assim entrou, é normal.” (Francisco, 68 anos)

Para Eduardo, a sociedade irá compreender e libertá-lo do crime que praticou. Para isso também contarão os conhecimentos e experiência profissionais que possui e que lhe inspiram confiança para arranjar emprego *“Vão compreender o tipo de crime e vão-me deixar em paz e sossego. Acho que vou conseguir emprego porque tenho conhecimentos gerais de construção.”* (Eduardo, 40 anos).

Esse futuro em liberdade trilhado por uma conduta conforme às regras e com baixa exposição levará Bernardo a ter a vida possível e será reforçada pela forma como a sociedade o vai receber: a compreensão dos amigos pelos crimes que ele cometeu (num passado muito distante).

“Alguns mal, mas depois de eu estar lá fora, muitos mais meus amigos virão ter comigo e dizem: então pá cometeste uns crimes do caraças mas prontos... [silêncio] é só isso.” (Bernardo, 65 anos)

VIII. Análise e interpretação das entrevistas a Guardas-prisionais, Directores Penitenciários e Advogados

Ao longo deste capítulo iremos analisar e interpretar entrevistas realizadas a guardas-prisionais, directores penitenciários e advogados.

No capítulo anterior analisamos e interpretamos as entrevistas realizadas a reclusos nos estabelecimentos prisionais de Sta. Cruz do Bispo e Guimarães. A razão para separar a análise do grupo de reclusos dos grupos que aqui estudamos tem a ver com a nossa opção de escutar em separado as representações dos indivíduos que experimentam os impactos da prisão e entendem as funções da prisão enquanto reclusos daqueles que através da sua relação profissional próxima com estes querem expor a sua visão sobre as funções e impactos da reclusão.

Entrevistamos cinco guardas-prisionais. Três indivíduos do sexo masculino no EP de Sta. Cruz do Bispo e um homem e uma mulher guardas-prisionais no EP de Guimarães.

Foram-nos facultadas, igualmente, duas entrevistas por duas directoras dos dois estabelecimentos prisionais mencionados.

Por fim, recolhemos depoimentos de três advogados.

No sentido de manter o anonimato dos actores que aqui entrevistamos, decidimos usar códigos alfanuméricos. Assim os Guardas prisionais serão identificados por GP [1,2,3,4,5 – o número de vigilantes entrevistados], os directores penitenciários por DP [1 e 2] e os advogados por A [1,2,e 3].

1.1. O sentido das prisões: funções e impactos da reclusão

1.1.1. A função da prisão

À pergunta – para que serve uma prisão - a maioria dos entrevistados diz ver na prática daquela instituição uma função de punição, castigo ou ensinamento para todos aqueles que não cumprem as regras em sociedade e esse pagamento à sociedade terá que ser feito através da privação da liberdade, em reclusão. Todavia, se para o grupo de guardas-prisionais a prisão cumpre quase só essa função, os directores e advogados vêem a cadeia como um lugar que poderá acumular a função de preparação do indivíduo para a vida em liberdade. Essa segunda função é, todavia, muito difícil de ser atingida com êxito. Se quisermos fazer um balanço que inclua as respostas gerais sobre a função da prisão enquanto elemento punitivo ou ressocializador arriscávamo-nos a inferir das representações dos nossos entrevistados que a prisão deverá servir fundamentalmente para punir e através dessa punição dever-se-iam encontrar formas de preparar o indivíduo para uma boa integração social futura dado que até agora essa “receita” não foi conseguida.

A maioria dos entrevistados, partilham, então, do sentimento que a prisão deveria ter, conjuntamente com o propósito punitivo, um sentido de preparação para a reinserção social do indivíduo. Todavia a prisão apenas parece cumprir o objectivo punitivo. Para um guarda prisional (GP2) a resposta parece ser muito simples dado que se há um grande índice de reincidência, isso significa que a prisão não teve nenhum efeito ressocializador no indivíduo e por isso aquela serve, apenas, para tirar a liberdade.

“...em 2007 quando houve o código penal [Código de Processo Penal, pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, e Código Penal, pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro. Esta revisão estabeleceu, entre outras medidas a redução do número de crimes em que pode ser aplicada a prisão preventiva - crimes dolosos puníveis com pena de prisão de máximo superior a cinco anos, quando a lei anterior exigia apenas que fossem de máximo superior a três anos], muita gente que saiu na altura torna a entrar, se torna a entrar é porque a prisão não lhe fez, não..., não houve, não o educou, não o preparou o indivíduo, acho que de uma maneira geral a prisão serve para tirar a liberdade do indivíduo durante um período de tempo” (GP2).

Embora a resposta dada por GP2 já indiciasse uma posição em relação à questão que iríamos colocar a seguir, decidimos fazê-la de qualquer forma: - A prisão serve mais para educar ou para punir o indivíduo?

“o aspecto da reeducação não está...não está a funcionar, portanto acho que a prisão é...acaba por ser uma perda de tempo e acaba não como a ideia geral que é de reeducar, acaba por punir só, de privar da liberdade.” (GP2)

Outro guarda prisional partilha, igualmente, da opinião que a prisão é um local para onde são enviadas as pessoas que não obedeceram às regras impostas pela sociedade e, para além da privação da liberdade, para pouco mais serve aquela instituição.

“o que diz a lei é que serve para punir as pessoas por um acto ilícito que cometeram na sociedade. Uma sociedade é composta por regras, essas pessoas infringiram as regras e como tal essas pessoas têm que ser condenadas pela infracção que cometeram. Ficam privadas da liberdade e pouco mais” (GP5)

A segunda questão pretende centralizar e/ou limitar o alcance da resposta: a prisão serve mais para punir ou para educar o indivíduo? O nosso entrevistado dá-nos uma resposta mais ampla. Diz-nos que os reclusos são ex-tóxico-dependentes. Depois, afirma a sua condição de delegado sindical para expressar o seu perfil reivindicativo em relação ao sistema. Para o nosso entrevistado o sistema (prisional) deveria obrigar a que os seus utentes tivessem actividades formativas e/ou profissionais para que se habituassem a ter regra, cumprimentos de horário e desenvolvessem competências que permitissem uma melhor reintegração social futura. Este ponto de vista vai ao encontro do discurso da maioria dos reclusos entrevistados. Os reclusos vêem o trabalho como elemento essencial da instituição prisional para preparação do indivíduo para a reinserção social.

“Eles são ex-toxicodependentes e então como estão parados o que é que acontece, acontece que isto está sempre a trabalhar de uma forma negativa, não é, então se estivesse sempre ocupado o físico e a mente eles iam abdicar de muita medicação e iriam melhorar a todos os níveis, não querem assim...é o sistema que temos” (GP5)

Outro guarda prisional (GP3) vê a prisão com objectivos de castigar o indivíduo e coibi-lo de reincidir...e, nesse aspecto, aquela instituição, está a atingir os seus objectivos.

“a prisão deveria servir como castigo para futuramente para que as pessoas lá fora não voltem a cometer o mesmo tipo de crime (...) Neste momento acho que está a punir. Para educar não funciona muito bem nesse aspecto.” (GP3)

Também (GP4) atribui á prisão a função de dar um ensinamento àqueles que prejudicaram criminalmente a sociedade *“para dar, entre aspas, um ensinamento do crime que praticou contra a sociedade.”* Assim, como a prisão não tem função educativa e, na opinião deste guarda, não se pune educando, ficamos com a ideia de que aquela tem a função, apenas, punitiva. *“é um pau de dois bicos, devia ser, a lei tem essa função, tem a função preventiva e tem a função punitiva e educar não estou a ver, porque a prisão não devia ser um método para educar (...) A educação não tem factor punitivo, do meu ponto de vista, são coisas completamente distintas, a educação é uma coisa, punição é outra. Não se pune educando.”*

O grupo de advogados entrevistados também evidencia que a prisão apenas está a cumprir a função punitiva. Para um causídico a prisão serve, primordialmente, para castigar o indivíduo e esse castigo reflecte-se na privação de liberdade. O outro sentido da prisão – a educação – deverá ser um objectivo a alcançar mas o resultado do trabalho realizado pelo sistema prisional não tem sido bem sucedido.

“ a função primordial é para castigar o preso, privá-lo de liberdade, o serviço ficará muito mais bem feito, mesmo de acordo com a função das prisões se esse tempo for aproveitado para educar o preso, para o reabilitar (...), portanto o sistema prisional de uma maneira ou de outra tem falhado, ou seja, não tem havido muitas fugas da prisão o que significa que a parte condenatória está a funcionar, a parte punitiva está a funcionar, (...) a outra parte, é a parte da educação, os dados objectivos estatísticos levam-me a acreditar que não estará a funcionar assim tão bem.” (A1)

Para a advogada, a prisão é um castigo de sujeição a um espaço fechado. Serve, também, para forçar a reflexão do recluso a não cometer o mesmo crime.

“é um sitio para, depois de penalizado um tipo que praticou um crime, tem que se submeter a certas regras e viver uma vida de contrição, quanto mais não seja de contrição espacial, não pode sair daquelas paredes e portanto é mesmo uma penalização. Supostamente a prisão serve também para uma outra coisa, serve para que os indivíduos condenados pela prática de crimes reaprendam princípios, percebam que cometeram os crimes e alterem os comportamentos para o futuro. Supostamente é para isto que serve, não quer dizer que na prática isso aconteça.” (A2)

De acordo com esta advogada a parte educativa no sentido da ressocialização não está a ser conseguida. Assim, juntando as respostas às duas questões colocadas, a prisão serve, de facto, mais para punir porque a parte educativa cujo sucesso pode ser medido nos resultados da ressocialização está a falhar.

“para cumprir bem a função da ressocialização exigia ter equipas multidisciplinares a vários níveis porque normalmente são indivíduos, digamos, débeis no carácter (...) nós ficamos um bocado aquém na ressocialização” (A2)

A prisão, para outro advogado, deveria servir para castigar o indivíduo de modo a fazê-lo ver que o acto que cometeu é desconforme ao direito e, por tal, terá que mudar. Esse seria o resultado ressocializador mas esse efeito ressocializador feito em prisão suscita dúvidas quanto ao seu efeito positivo. Desta forma, entendemos que este advogado vê na pena de prisão (no castigo “apenas”) a função ressocializadora da prisão.

“as prisões servem, exactamente, para aqueles indivíduos que cometem crimes, que naquele concreto momento se entende que nenhuma outra pena para além da pena de prisão é suficiente para fazê-lo inverter o comportamento desconforme do direito, um comportamento normalmente desviante e a prisão serve, teoricamente, para, além de punir, fazê-lo sentir e perceber que tem de mudar e é o efeito ressocializador, agora o encarceramento em si é que eu tenho muitas duvidas que funcione, que tenha efeitos positivos ainda está por demonstrar, na minha opinião, o efeito completamente positivo da prisão no individuo em termos ressocializadores.” (A3)

Mas, então, a prisão serve mais para educar ou para punir o indivíduo? Pergunto.

“Tem efeito ressocializador? Tenho muitas duvidas. Haverá casos pontuais que ela tem, evidentemente, um efeito mas, genericamente, só serve os efeitos punitivos, só serve para afastar os indivíduos alegadamente perigosos da sociedade, ou seja, teoricamente, não os impedir de continuar a praticar crimes cá fora” (A3)

Do grupo de guardas prisionais “apenas” (GP1) diz que a prisão serve para albergar pessoas que não souberam comportar-se dignamente em liberdade e em função da lei: *“...a prisão é um local onde quem não cumpriu a lei em liberdade, quem não soube se comportar dignamente em liberdade a prisão é um local onde vai pagar por não ter cumprido a lei.” (GP1)* mas, também, em muitos casos, serve para educar *“Eu acho que serve para as duas coisas. É uma punição porque ao fim e ao cabo é, não vamos pensar outra coisa porque é mesmo uma punição pelo que fez e não deveria ter feito e serve para educar em muitos casos.” (GP1)*

Quanto ao grupo de elementos da direcção prisional que entrevistamos, ambas vêm na prisão a dupla função de punição e reeducação. Todavia a função de reeducação e preparação para a reinserção social faz-se com mais dificuldade.

Em resposta à pergunta para que é que serve a prisão, uma directora diz-nos que esta serve para proteger a sociedade de indivíduos que cometeram determinados crimes. Assim, a função essencial da prisão passa pela preparação daqueles indivíduos para uma vida em futura em liberdade e consciencializado para o cumprimento das regras sociais. Todavia, essa tarefa não se cumpre facilmente.

“Por um lado, proteger a sociedade, num determinado período de tempo, da prática da parte daquele indivíduo que aqui está, de reincidência de novos crimes (...) por outro lado tem, também, como objectivo primeiro, digamos assim, o de preparar aquele indivíduo para quando regressar a meio livre vá um cidadão um pouco mais consciente da necessidade do cumprimento das regras e dos deveres e enfim mais preparado para a não reincidência na prática de novos crimes. Se é fácil fazer isto? Não é [risos], não é.” (DP1)

Ainda de acordo com a mesma entrevistada a educação e a punição deverão ser aplicadas ao mesmo nível para que o indivíduo seja castigado pelo crime que cometeu mas simultaneamente aprenda a ter novos comportamentos de vida em sociedade de acordo com as regras sociais e as normativas legais.

“Nós temos de proteger a sociedade de facto daquele indivíduo, aquele momento representa perigo para a mesma mas também temos de ter a preocupação e temos essa obrigação de procurar fazer com que esse indivíduo, enquanto aqui está detido, se transforme num cidadão um pouco melhor, ainda que seja mais consciente, mais capaz, com mais competências, com mais formação, com alguma aprendizagem, tudo isso pode fazer com que aquele individuo se torne um pouco mais consciente e sobretudo mais capaz” (DP1)

Já a segunda directora entrevistada encontra na prisão um espaço contraditório em que se priva a liberdade para dar liberdade “digamos, que é um local onde há uma grande dicotomia em termos de pensamento e de estar, portanto, as pessoas estão privadas da liberdade mas ao mesmo tempo estão a preparar a sua futura liberdade. É uma instituição exactamente muito complicada por causa disso.”

De acordo com DP2, para os responsáveis prisionais, a instituição que representam, tem como função principal a reeducação mas para os reclusos aquela serve mais os objectivos

punitivos. Para esta directora prisional o ideal seria que a prisão cumprisse esses dois propósitos consagrados na lei para que do ponto de vista do recluso o sentido punitivo fosse atenuado pelos efeitos sentidos pela reeducação na reinserção social dos indivíduos.

“Do meu ponto de vista o estabelecimento prisional é o local onde se deve reeducar, sem duvida, essa é a minha postura tanto de profissional como cidadã (...) mas posso ver que sob o ponto de vista dos reclusos que estão sujeitos à privação de liberdade o estabelecimento prisional tem uma carga muito maior na punição do que propriamente na reeducação. (...) A punição é uma das coisas que está implícita na pena. O privar de liberdade é por si só uma punição, portanto, esse é um dos caracteres mais importantes da pena de prisão é, exactamente, a punição mas essa punição deve ser de alguma maneira torneada de uma forma educativa e formativa.” (DP2)

1.1.2. Alternativas à prisão

Os entrevistados (guardas-prisionais, directores-prisionais e advogados) à imagem das respostas dos reclusos, mostraram-se favoráveis à aplicação de penas alternativas à prisão. De novo à imagem dos reclusos que entrevistamos, essas alternativas devem ser aplicadas, apenas, a indivíduos que tenham cometido crimes menores dado que para os outros não há alternativa que não a prisão. As penas alternativas sugeridas devem ser melhor aplicadas pelos juízes e passam pelo trabalho a favor da comunidade dado que outras alternativas tais como o pagamento de multas mostram-se discriminatórias porque para aqueles que não possuam recursos financeiros essa é uma alternativa não alternativa à prisão. O trabalho comunitário deve ter em vista o perfil individual do transgressor e este deverá ser preparado para, pagando a sua pena, ajudar a comunidade e, simultaneamente, ganhar uma formação que sirva para a sua reintegração futura. Dizem os entrevistados que a prisão é a última das portas a que o sistema jurídico recorre. Por seu lado, Bauman (1999) refere-se à prisão como a forma última e mais radical de confinamento espacial, prisões essas que se reanimam e reabilitam para trazer os novos “hóspedes” provenientes de um crescente “mercado económico globalizado”.

De novo os nossos entrevistados, referem que a forma para atenuar a chegada a essa porta passaria pelo reforço de outras instituições a montante desta e que ajudassem o indivíduo a integrar-se mais eficazmente em sociedade. Se o resultado da aplicação de penas alternativas para a reintegração dos indivíduos se mostra positivo? Têm dúvidas...

Começamos por pedir a opinião a um guarda-prisional sobre a existência de penas alternativas à prisão e quais seriam aquelas pelas quais optaria e que fossem úteis para a sociedade e para o indivíduo. GP1 diz que algumas das penas alternativas são mal decididas pelos juízes. E mesmo quando aplicadas penas alternativas a favor da comunidade como, por exemplo, trabalhos comunitários, os reclusos não aderem a elas convenientemente.

“Eu acho que existem alternativas suficientes e nalguns casos algumas dessas alternativas não são usadas convenientemente (...) os trabalhos comunitários, por exemplo, é uma alternativa que nem sempre são cumpridos e são interessantes e ajudam a sociedade (...) os reclusos não aderem muito a esse tipo de alternativas à prisão preventiva o que é uma pena.” (GP1)

GP2 diz, igualmente, que as penas alternativas existentes são suficientes, porém, são mal aplicadas e, por isso, acha que os juízes deveriam conhecer melhor a realidade prisional para aplicar as penas para cada caso criminal específico.

“acho que os juízes deveriam, na parte do curso deles de fazer um estágio pelas cadeias porque tem neles um poder muito grande, não é? E acabam por não ter noção nenhuma do que é uma cadeia e é assim: há crimes e há crimes (...) há crimes que deviam ser analisados de outra maneira (...) eu acho que as opções existentes acho que são, seriam suficientes, agora a escolha para cada caso em específico deveria ser melhor analisada”

Outro guarda-prisional, concordando com a existência de penas alternativas suficientes, diz que os juízes não as usam convenientemente, nomeadamente aquelas que se referem ao trabalho comunitário.

“Há determinadas situações que sim, porque é assim: há aí crimes, pequenos delitos, que se calhar com trabalho comunitário, dentro disso, era capaz de funcionar lá fora” (GP3)

Como todos os elementos pertencentes ao grupo de guardas-prisionais, também GP4 é favorável à existência de alternativas à prisão. Essas alternativas deveriam, igualmente, passar por trabalhos a favor da comunidade mas com fins ressocializadores. Este guarda sugere uma *terapia* que passaria por atribuir trabalhos em zonas agradáveis para que inseridos nessas zonas os indivíduos pudessem ver outras coisas que não o mundo a que estão habituados e, dessa forma, ficassem contagiados, reflectissem e aprendessem a não cometer mais crimes.

“Trabalhos comunitários, trabalhos em escolas, contactos com as sociedades noutros meios, se um individuo tem um contacto com um bairro habitacional complicado fazer por exemplo trabalho comunitário num bairro que não tem nada a ver com problemas, um bairro

verde, um bairro bonito, pode ser que esse tipo de aprendizagem faça com que a pessoa saiba que está a cometer crimes à sociedade” (GP4)

GP5, por sua vez, diz-nos que deveriam ser não só aplicados trabalhos comunitários como forma de penas alternativas à prisão mas, também, utilizar esses trabalhos para reclusos.

“inclusive com aqueles que estão a cumprir prisão efectiva, quando eles estão em determinado regime, já em regime aberto, deveriam ser criadas brigadas precisamente, não só, isso seria a fase final, mas com trabalho de campo preventivo durante o ano inteiro a preparar as matas, desde as limpezas, as condutas da água, plantação de arvores e, no fundo, a sociedade ganhava, o país ganhava e as pessoas, é claro, eram criados hábitos de trabalho, andavam mais satisfeitos e no fundo cumpriam a pena de prisão.” (GP5)

As medidas alternativas de prisão são, também, de acordo com a experiência de um advogado (A3), pouco aplicadas pelos tribunais. Este actor expõe a sua perspectiva dando o exemplo do caso concreto dos indivíduos de etnia cigana que, diz, não têm hábitos e ética de trabalho e, portanto, seria muito mais útil que estes os adquirissem em trabalhos a favor da comunidade. Ao ponto de vista aqui enunciado poderíamos colar o rótulo atribuído às chamadas teorias culturalistas que concebem a criminalidade como uma disfunção social. Destas teorias derivam uma série de “intervenções” públicas que suportadas pelo pressuposto disfuncional anunciam “ataques” às suas causas. Becker (1997), vem dizer, no entanto, que o desvio “não é uma qualidade” do acto que o individuo comete, mas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um transgressor. Assim, o desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado, que as outras pessoas passam a rotular como tal e, por essa via, são-lhes negados meios de prosseguir na vida através das rotinas comuns (idem).

“em geral, aplica-se pouco, os tribunais tendem a não aplicar, nomeadamente o trabalho a favor da comunidade, cada vez se aplica mais mas deveria ser em maior numero (...) por exemplo, os jovens de etnia cigana que não têm naquele caso concreto, na maioria dos casos que eu proponho isto, não têm hábitos de trabalho, não têm ética de trabalho, se substituir a pena de prisão por trabalho a favor da comunidade, se for o caso, eu acho que é muito mais útil à sociedade porque ao obrigar a trabalhar, obrigar dentro de determinadas instituições, darem o seu contributo, além...é mais pedagógico, acaba por adquirir ferramentas que até agora não adquiriram porque infelizmente ou não tiveram escolaridade, ou não têm os

pais presentes no sentido de lhes ensinar a ética do trabalho e, portanto, será muito mais útil quer em termos de prevenção geral, para a sociedade” (A3)

Pretendíamos saber a opinião de outro causídico sobre as alternativas à prisão. Ou seja, queríamos obter as suas representações e juízos acerca da existência de alternativas suficientes ou em excesso, da sua aplicação e sugestões para a sua aplicação. Na opinião de A1 o problema não se prende com a aplicação das medidas alternativas [ou não] mas na gestão do acompanhamento dos reclusos ou condenados a medidas alternativas à prisão. Ou seja, a forma como são geridos os indivíduos tanto em situações de reclusão como em situação de penas alternativas não tem apresentado sucesso para a reintegração social.

“há uma tipologia de crimes que para serem devidamente punidos têm que contar com um sistema prisional. Depois, há outro tipo de crimes em que se admite e tem sido tentado outro tipo de soluções. Se quer que lhe fale da minha experiência o que lhe posso dizer é que quer uma coisa quer outra estão a falhar. Porque nem as alternativas asseguram, depois, lá está, a efectiva integração na sociedade nem as prisões...e as prisões muito menos...eu, portanto, presumo, que o problema não esteja nos tipos de soluções ou de punições mas seja na forma como eles são geridos” (A1)

A2, por seu turno, assegura que cada vez mais a justiça recorre a penas alternativas, sobretudo o trabalho a favor da comunidade. Essa tendência verifica-se para a pequena criminalidade ou para alguns tipos de crimes dado que há crimes de maior gravidade que não dispensam o cumprimento de pena em prisão.

“em Portugal é cada vez mais recorrente a utilização de penas alternativas à prisão, nomeadamente o trabalho a favor da comunidade que é uma pena cada vez mais instituída (...) É evidente que é para a pequena criminalidade, para um homicida não é possível, não é aplicável, mesmo nos reincidentes não funciona porque há gente que já lá não vai com essas penas de medidas alternativas (...) o trabalho a favor da comunidade, não é? Só faz sentido para certo tipo de crimes, nomeadamente os crimes económicos, o pequeno furto, gente que é condenada primariamente. Por exemplo: o que é que adianta, por exemplo os condenados por crime de condução por álcool...até se discute se deveria ser crime ou contra-ordenação” (A2)

Quisemos, igualmente, obter representações de uma directora prisional em relação às medidas alternativas à prisão. De acordo com DP1 uma das medidas alternativas mais aplicada é o pagamento de multas. Esta medida, na sua opinião, constitui uma injustiça muito grande dado que discrimina aquelas pessoas que não têm condições económicas. O resultado é que os indivíduos que foram alvo dessa medida e que estão presos são os mais pobres. Assim, para estes essa é uma alternativa não alternativa à prisão.

“a aplicação da pena de multa não tem qualquer efeito prático, porquê? Porque aquele indivíduo, normalmente, apresenta grandes fragilidades económicas e grandes carências a nível social, não tem emprego, está desempregado, não tem uma família... não tem um suporte familiar sólido, capaz de ajudar ao pagamento da pena de multa, portanto (...) mas a medida era alternativa mas não era alternativa porque aquele indivíduo não tinha possibilidades de proceder ao pagamento da pena” (DP1)

De acordo com outra directora a prisão é a última porta a que o sistema jurídico recorre. Ou seja, quando todas as outras instituições falham é aquela que resta. Propõe que as instituições que estão a montante [da prisão] tivessem um maior protagonismo e intervenção nas fases anteriores à decisão de prender aquele indivíduo. Isso passaria por estudar o perfil do indivíduo e activar medidas de reeducação que se ajustassem àquele perfil e se necessário preparar o indivíduo com novas especialidades.

“o estabelecimento prisional tem uma característica única – é a ultima porta – quando todas as outras instituições sociais falharam há o apontar da prisão como a ultima das portas e, portanto, aquilo que me parece é que seria possível, de alguma forma, substituir esta ultima porta pelas anteriores, ou seja, se os processos jurídicos, digamos assim, fossem de alguma forma estudados sob o ponto de vista social, sociológico, se calhar havia outras formas de levar a pessoa que cometeu os delitos as novas possibilidades que ele tinha de se integrar socialmente, ou seja, por exemplo: por tirar novas especialidades aprendendo novas coisas, estudando qual era, por exemplo, a melhor capacidade que aquela pessoa tinha de se integrar em níveis profissionais e fornecendo e apontando percursos profissionais, enfim, dando um pouco mais de capacidade ao sistema judicial de influir no desenvolvimento e na capacidade daquela pessoa de se integrar sem passar pelo sistema prisional” (DP2)

1.1.3. Medidas do Estado para diminuir a criminalidade

Com a integração do tema *Medidas do Estado para diminuir a criminalidade* pretende-se analisar as representações de guardas-prisionais, elementos da direcção de prisão e advogados sobre as medidas que, o Estado deveria adoptar para diminuir a criminalidade. As opiniões que recolhemos não sendo antagónicas entre si mostram que alguns dos entrevistados dão mais ênfase à prevenção e reeducação para a reinserção social do indivíduo e consequente diminuição da criminalidade; enquanto outros vêem na aplicação de penas mais severas ou reforço de segurança o elemento central para a diminuição da criminalidade. Estes actores estão conscientes e “consciencializados” tanto do elevado número de reclusos tóxico-dependentes quanto da dificuldade ou impossibilidade, segundo alguns, de “curar” esta população. É, portanto, de acordo com alguns dos entrevistados, no reforço e investimento do Estado na educação e nos meios preventivos e punitivos à tóxico-dependência que concentram as respostas que o Estado deveria dar. Pat Carlen (2007) fala da imposição de uma economia mista na prisão, a que chama de terapêutico-punitiva, na qual quaisquer tentativas de terapêutica isolada em diminuir o sofrimento debilitante da prisão será inevitavelmente minada pelo contexto de punição e encarceramento. O que acontece, segundo a autora, é [no estudo das prisões femininas] que a prisão causa danos psicológicos de tal ordem que não é possível curar por meio da terapia prisional”.

GP1 diz que a despenalização do consumo de droga foi um erro porque o tóxico-dependente não é um doente e essa medida não contribuiu, antes pelo contrário, para reduzir o número destes reclusos porque estes são, também, traficantes. No seu entender as penas deveriam ser mais pesadas.

“...um tóxico-dependente, para mim, não é doente, porque geralmente quem é tóxico-dependente também é traficante, o tráfico é crime, continua a ser crime (...) para mim, as penas deveriam ser mais pesadas...penas mais pesadas.” (GP1)

Outro entrevistado diz que deveriam haver medidas de reeducação e essas medidas deveriam ser implementadas a partir da audição das pessoas que estão no terreno e conhecem a realidade prisional. Todavia, GP2 não tem muitas expectativas em relação ao investimento do Estado dado que, pelo contrário, o que se verifica actualmente é a ordem permanente de contenção e diminuição da despesa cada vez mais visível no interior das prisões.

“deveria haver mais programas de reeducação, deveria ser, as pessoas que trabalham no terreno deviam ser ouvidas (...) Mas a criminalidade em vez de diminuir eu acho que vai aumentar porque é assim: os apoios no exterior, as entidades que às vezes fazem alguma colaboração mas cada vez mais [essa colaboração] está a diminuir, não é? É cortes aqui, cortes acolá, até que ponto é que isso vai aumentar a criminalidade...”(GP2)

Sobre quais seriam as medidas que o Estado deveria adoptar para diminuir a criminalidade outro guarda prisional está convicto que essas medidas deveriam passar pelo reforço da intervenção policial e por leis mais punitivas.

“se calhar mais força lá fora por parte da policia para evitar que houvesse determinado tipo de situações porque assim as coisas vão-se arrastando, vão andando, os policas prendem, os juízes põe cá fora, é um bocado culpa da lei...” (GP3)

A criminalidade é, para GP4, uma doença. Então, se a criminalidade é uma doença, o recurso à prisão em vez de curar, acentuaria a doença, dado que, acordo com Pat Carlen (2007), a própria prisão causa danos psicológicos. Todavia, de acordo com o guarda, as medidas que o Estado deveria adoptar para diminuir a criminalidade deveria passar pela prevenção. Assim, o respeito pela sociedade e pela autoridade deveria começar a ser ensinada desde criança nas escolas. Mais, se determinadas crianças nascem em meios degradados e propicio ao crime essa educação deveria ser dada fora desse ambiente familiar, nas escolas. O pensamento deste actor carcerário remete-nos para as teorias *culturalistas*. De acordo com essa corrente, a sociedade é dividida em função das diferentes culturas de classe, cada uma com as suas próprias normas, crenças e valores.

“a criminalidade é uma doença e não há melhor para acabar com uma doença que a prevenção. Começava logo nas escolas, penso eu, logo com uns cinco ou seis anos as crianças deviam estar incumbidas para respeitar agentes de autoridade, respeitarem a sociedade onde vivem, respeitarem o meio ambiente” (GP4)

Em relação às medidas que o Estado deveria adoptar para diminuir a criminalidade, o guarda e também delegado sindical aponta uma medida dirigida àqueles que ele considera ser o maior público recluso (toxicodependentes). Na sua opinião deveriam ser (em alternativa aos CRI – Centros de Resposta Integrada, organismo sob a tutela do centro do Instituto da droga e da toxicoddependência) criados espaços controlados para retirar os toxicodependentes das

ruas e, nesses albergues, poderiam trabalhar e estudar. Seguramente essa medida faria diminuir muito a criminalidade.

“Os CRI’s, eu extinguia-os pura e simplesmente (...) Porque as pessoas continuam ligados à droga (...) esses indivíduos ora estão na prisão ora estão em liberdade (...) Quem quiser deixar a tóxico-dependência temos isto assim, assim (...) que eles quando estão no meio onde iniciaram o consumo de estupefacientes não têm hipótese nenhuma e então retirá-los desses meios e colocá-los nos espaços...controlados, eles trabalhavam, estudavam e dessa forma libertavam-se dessa....e a criminalidade diminuía, de certeza absoluta” (GP5)

Questionada sobre quais as medidas que o Estado deveria adoptar para diminuir a criminalidade um elemento da direcção prisional refere que os avanços que se tem feito no acompanhamento e tratamento de tóxico-dependentes de drogas não tem paralelo no acompanhamento de indivíduos dependentes de álcool. Dado que este público tem engrossado as fileiras da prisão, a directora prisional sugere um “olhar” mais atento do Estado tanto para a prevenção como para o tratamento alcoólico. Wacquant (2001) argumenta que existe uma tendência de fundo no poder capitalista que propicia a expansão do *tratamento penal da miséria*.

“tenho duvidas se o Estado deveria ser mais severo ou não. Eu, no que toca, por exemplo, aos tóxico-dependentes, seja álcool seja de droga, acho que há um longo, longo, caminho a percorrer. Com os tóxico-dependentes eu acho que se tem feito bastante já não acho que se esteja a fazer o mesmo com os alcoólicos” (DP1)

A análise sociológica sobre o desvio dos jovens tem sido desenvolvida em torno de dois modelos: o do “controlo” e o da “subcultura”. Ferreira (2000) ao tentar estabelecer uma relação entre as dimensões relevantes dos dois modelos dá-se conta do seguinte dilema: o desvio é resultante de um colapso das estruturas de autoridade e de controlo social ou constitui uma resposta a problemas com que os jovens se confrontam no processo de construção das suas identidades sociais? O desvio ocorre devido ao facto de os jovens não serem suficientemente controlados? Ou deve ser entendido como uma resposta às tensões entre um estatuto de dependência e o desejo de autonomia?

De acordo com este autor, grande parte da teorização subcultural procura mostrar que as manifestações não conformistas ganham visibilidade e protagonismo públicos a partir do contexto e da ruptura escolares. Daí a importância desta instituição

para alinhar desvios. Na pesquisa que levou a cabo junto de jovens em idade escolar este autor concluiu que por um lado, as estratégias relacionais positivas e a intensidade dos investimentos educacionais, mais presentes nos meios sociais mais elevados, tendem a reforçar a conformidade. Por outro, a tendência mais “liberal” ou “permissiva” registada nesses mesmos meios sociais em matéria de definições e orientações normativas facilita a aproximação não conformista, na medida em que permite experimentar e testar a construção subjectiva da identidade de forma menos constrangedora e limitada em termos dos comportamentos que são aceites ou tolerados.

De acordo com outra directora prisional, as medidas que o Estado devia adoptar para diminuir a criminalidade seriam o reforço do sistema educativo formal – as escolas. Estas, hoje, têm um papel crescente e substitutivo da família na educação dos jovens. Assim, as escolas deveriam estudar melhor os comportamentos menos integrados dos jovens e conduzi-los para áreas de crescimento que potenciem a sua integração social.

“o sistema educativo, provavelmente, teria que se virar mais para estudar os comportamentos menos integrados dos jovens e de alguma forma criar-lhes um ambiente em que os adolescentes por norma passam por comportamentos delinquentes, porque isso é o normal crescimento do ser humano, não é? Pudessem de alguma maneira canalizar essa sua capacidade para tarefas que fossem de crescimento não só deles mas também das próprias instituições” (DP2)

Em relação às medidas que o Estado deveria adoptar para diminuir a criminalidade um advogado refere que à área da justiça não se pode pedir para resolver todas as falhas dos vários outros organismos a montante daquele. De toda a forma diz que as penas devem ser duras porque as pessoas precisam de ter medo de ir presas.

“estamos a falar de população prisional ok, essa população existe porque os sistemas todos a montante falharam, falhou a educação, falhou a formação cívica, falhou o desenvolvimento, falhou a satisfação das necessidades básicas. Na maior parte dos casos falhou uma serie de coisas e, pá, o que não se pode é pedir ao edifício da justiça que resolva todos os problemas que estão para trás (...) eu acho que as penas tem que ser duras para salvaguardar a questão que as pessoas têm medo e portanto querem evitar a todo o custo cometer crime.” (A1)

No sentido de diminuir a criminalidade o Estado deveria ter um papel mais interventivo enquanto veículo de disseminação de informação para a consciencialização e prevenção criminal. Mas esse esforço de “educação” não cabe só ao Estado mas deverá ter o envolvimento de toda a sociedade. Essa, digamos, é a posição política da nossa entrevistada. A advogada, entretanto, rompe com o discurso do politicamente correcto ao defender o agravamento penal e uma mão mais forte do Estado. Ao dizer que é a favor da ressocialização esta causídica revela a sua “deseperança” ao afirmar que a ressocialização apenas é possível no plano teórico. Na prática não “há emenda” para o ex-recluso, diz.

“É pôr todos os mecanismos da sociedade para fazer que eles não aconteçam, nomeadamente, mais atentos nas escolas, mais atentos os pais, os parentes das crianças, portanto, o que é que os Estados também tem de fazer? Tem de veicular informação e pôr e acautelar as pessoas, porque não é só o Estado, o Estado tem de garantir a prevenção de certos crimes, as pessoas também tem de dar o seu contributo (...) Eu, por acaso, acredito numa mão um bocadinho pesada do Estado e acredito na punição (...) para as coisas sérias acho que sou até a favor do agravamento de algumas penas que nós perdemos no nosso código penal porque as actuais eu entendo que são um bocado liberais de mais e são muito engatilhadas politicamente no sentido de que todo o individuo é possível de se converter, de se cuidar, de se resocializar. O problema é este, isso no plano teórico faz todo o sentido e sou absolutamente pela total ressocialização mas em termos práticos ela não é possível” (A2)

Para outro advogado, as medidas que o Estado deveria adoptar para diminuir a criminalidade dever-se-iam centrar na oferta educativa desde muito cedo para todos. Desta forma o Estado culminaria a falha existente em alguns meios familiares que por inoperância destas não transmitem essa educação aos seus filhos. Assim, o Estado ao substituir-se às famílias destes na componente educativa estaria a integrar aqueles jovens e a afastá-los do mundo delinquente.

“A questão da educação dos miúdos, porque a educação é essencial para a nossa formação não só académica mas enquanto homens. Se temos uma família em que os pais não se preocupam por educar os filhos, não só o transmitir os valores básicos do individuo, da educação em geral mas também não transmitir outro tipo de educação, nomeadamente a académica, devíamos ter uma intervenção a tentar ao máximo que esses miúdos tenham essa formação, que se integrem porque se o miúdo se sentir integrado, se esses miúdos participarem no meio escolar – indo às actividades, indo às aulas, se tiverem produtividade, se sentirem, também, apoiados muitos desses indivíduos não vão escolher o caminho da delinquência agora

o que é preciso é ter uma intervenção. Nós temos que sinalizar rapidamente os indivíduos que estão em perigo e que, muitos deles já começaram a delinquir mas é na pequena delinquência, na pequena criminalidade que tem de se intervir.” (A3)

Resumidamente, podemos dizer que o grupo de guardas e directores prisionais entrevistados manifestam uma maior aposta no trabalho prisional e reabilitação do indivíduo através da vertente educativa ou psicológica. Por sua vez, os advogados apostam mais no fortalecimento do edifício jurídico, na punição e na participação da família para a terapia preventiva em relação à criminalidade.

1.1.4. Consequências da reclusão

A passagem pela prisão marca negativamente a vida futura do indivíduo. Essa marca é menos visível para aqueles que tenham uma boa estrutura familiar e relacional. Todavia, o recluso típico, como vimos ao longo desta análise e de acordo com as representações dos entrevistados, é originário de meios familiares e ambientais desestruturados. Assim, acresce-se àquela marca que o ex-recluso ostenta, a sua origem, a pouca formação educativa e profissional e na maioria das vezes vivências ligadas ao consumo de drogas e álcool. Para além (da falta) das condições à partida e de uma certa disposição para o crime que de acordo com a maioria dos entrevistados se apega ao recluso, o tempo de prisão vai ainda acentuando hábitos de ociosidade e de conduta marginal provocado pela convivência marginal. Por fim, quando em liberdade não consegue arranjar trabalho não apenas porque é ex-recluso mas porque o empregador partilha do conhecimento que aquele indivíduo não tem hábitos de trabalho, está intelectualmente fragilizado e a prisão não o preparou para um ofício. Dizem.

GP1 diz que tudo depende do tipo de crime praticado – se para o fortuito homicida a prisão terá um efeito educativo e fá-lo à abrir novos horizontes já para os indivíduos sem retaguarda familiar, que vivam nas ruas, dependentes da droga e que recorrem aos furtos, a prisão dificilmente o reabilitará.

“...depende dos reclusos. Depende de indivíduo para indivíduo. Por exemplo depende se um indivíduo entrou pela primeira vez. De um homicídio que matou outra pessoa, que foi uma fatalidade que lhe aconteceu esse, normalmente, não torna a acontecer e, nesse caso, a esse a cadeia vai lhe ensinar e vai-lhe abrir novos horizontes (...) Aqueles que tentam a primeira, a

segunda a terceira, não têm apoios familiares, vivem nas ruas, vivem tóxico-dependentes, andam por aí a roubar, para esses quase ou nada ou uma pequena percentagem é que se conseguem reabilitar.” (GP1)

Em relação às consequências de estar preso, GP2 parece inspirar-se em Becker (1977) quando este autor diz que quando se aplica o rótulo de desviante é um passo decisivo na fixação de um padrão estável de comportamento marginal àquele indivíduo, posteriormente, são-lhe negados meios de prosseguir na vida através de rotinas comuns:

“...penso que o cunho de ser recluso vai ser prejudicial para o resto da vida”.

De acordo com um outro guarda, as consequências da reclusão apresentam, igualmente, um cunho ou uma marca. Essa marca é provocada pela falta de hábitos de trabalho nas prisões e os indivíduos, quando em liberdade, não estão preparados para o fazer e consequentemente restam com essa marca de inaptidão para o trabalho.

“é assim, marca sempre, um indivíduo vem para a prisão com dezoito anos e sai daqui com trinta e picos, lá fora dificilmente se vai adaptar novamente, até porque aqui não há grande coisa: é serem abertos, fechados, pouco trabalho e o pouco que há também eles não querem fazer nada (...) dificilmente saem a querer trabalhar” (GP3)

Para uma directora prisional a reclusão, tem efeitos devastadores na vida do indivíduo que “passa” pelo cárcere. De acordo com a entrevistada a suspensão temporária da identidade anterior que a prisão provoca deixa também marcas. São as marcas da ausência forçada no acompanhamento dos filhos e na relação com a mulher e as dúvidas que sustenta em relação à vida que passa no exterior da prisão.

“tem que ter efeitos devastadores na personalidade das pessoas porque o estar preso não é só a privação da liberdade é a falta de liberdade. O indivíduo deixa de ser ele mesmo (...). É os filhos que crescem e cuja relação já era, é a esposa que muitas vezes espera ou não no regresso deles. Essa duvida, ainda que não aconteça, mas a duvida permanente que eles têm do que está a acontecer lá fora, o que vai acontecer quando eu for lá para fora, esta duvida terá efeitos obviamente devastadores...” (DP1)

A reclusão significa uma mudança radical na vida do indivíduo. Segundo outra directora prisional estes ficam mais atentos às escolhas que fazem. Todavia, esse foco vai-se reflectir de forma diferente nas atitudes dos ex-detidos. Se uns optam por uma conduta de vida mais discreta, outros vão ser mais atrevidos na busca do sucesso pessoal. Nota-se, contudo uma certa ansiedade e até medo de regressar à vida em liberdade.

“portanto, depois de passar essa experiência pessoal as pessoas, muitas delas, são mais atentas às coisas que fazem e às escolhas que fazem, umas são mais atentas fazendo com que essas escolhas sejam menos visíveis para si próprias outras são mais atentas fazendo com que essas escolhas sejam muito mais atrevidas e vão muito mais longe para conseguirem o sucesso – uns pelo bem outros pelo mal mas, digamos, que há uma forma de olhar para a sua própria vida, para as suas próprias escolhas diferente, eu penso que há, também me parece, que existe um certo medo, receio de regressar à vida social novamente porque se perdeu a si, portanto a sua vida foi em termos do seu próprio processo interrompida e vai ser retomada no final da pena, portanto, essa retoma da vida eu penso que provoca uma certa ansiedade” (DP2)

De acordo com um advogado, a prisão apresenta consequências para a vida futura do recluso de forma diversa e dependendo do seu objectivo de vida. Este advogado estabelece uma relação entre dois tipos de perfil recluso. Assim, aqueles que se “docilizaram” na prisão e pretendem ter um futuro “conformado” com as regras estabelecidas pela sociedade vão sentir um estigma muito grande. A prisão é, de acordo com este advogado, talvez o motivo maior de exclusão social. Os “outros” cujo “perfil” se oriente pelos caminhos do crime a “passagem” pela reclusão pode ser um cartão-de-visita.

“se o ex-recluso quiser singrar na vida, se quiser sentir reabilitado, se quiser voltar a um caminho digno mas que permita uma certa evolução e tal a prisão é um estigma, é um estigma muito grande, se o ex-recluso pretender prosseguir uma via de crime porque a maior parte por circunstâncias da vida ou próprias seja lá o que for dado que a maior parte reincide se calhar o crime até pode ser um cartão de visita (...) eu acho que é um dano irreversível na estrutura de uma pessoa mas é, como digo, para uma minoria que ainda julga que o crime compensa se calhar é um belo cartão de visita, portanto, para a maior parte das pessoas é mais um motivo, talvez o mais forte, de exclusão social” (A1)

Para GP4 as consequências da prisão são irreparáveis dado que o indivíduo não foi feito para estar limitado a um espaço e as consequências são que essa pessoa não se desenvolva intelectualmente. Acresce-se que a maioria dos indivíduos são tóxico-dependentes e a sua vida

social faz-se com os pares que têm o mesmo comportamento desviante fazendo limitar o sucesso da sua reintegração social.

“o ser humano não nasceu para ser encarcerado (...) nós precisamos de espaço, nós precisamos que o nosso cérebro se desenvolva, nós precisamos de crescer a ver as coisas (...) a droga é um problema muito grande, é uma doença que dificilmente tem cura e os indivíduos, o tempo que estão detidos (...) lamentavelmente depois a sua vida social vai-os obrigar a viver nesse meio e esses indivíduos que estão inseridos nesse... faz com que tenham determinado tipo de comportamento que a reinserção social depois não tem sucesso, não tem sucesso porque também não quer, porque o cérebro humano como é complicado também é frágil, não se consegue, por muito que se tente não se consegue” (GP4)

No discurso de um outro advogado, a prisão apresenta consequências que só podem ser avaliadas no período pós-prisional. Aí detecta-se se aquele indivíduo, durante o tempo de reclusão, assimilou mais a parte punitiva ou a reabilitante.

“depende do que cada um assimilou na fase prisional do sistema. Há quem assimile mais a parte punitiva e há quem assimile mais a parte reabilitante e tem a ver com a circunstância pós prisão que é absolutamente determinante para avaliarmos essas consequências” (A2)

O facto de estar preso tem, para outro advogado, consequências negativas para o indivíduo. Diz este advogado que, a não ser que o indivíduo tenha suporte familiar e/ou condições económicas ou a sociedade, por si só, exclui o ex-recluso. De acordo com este advogado, a prisão é uma marca que “impressa no registo criminal” impede o acesso, por exemplo, ao emprego e dado que cometeu um crime será, sempre, para a sociedade, um reincidente em potência.

“ou tem apoio familiar e a família também ter condições económicas ou poder desenvolver um trabalho, nomeadamente no meio rural ou os familiares terem um campo nas actividades mais...eu ia dizer mais braçais mas no sector primário ou dificilmente o indivíduo consegue obter emprego e cada vez mais as empresas pedem o registo criminal, o que em parte é bastante compreensível, mas cria-se ali um anátema, não é? Mas fica ali marcado, há ali quase uma exclusão a um indivíduo que praticou um crime em geral para a sociedade é um potencial reincidente, um potencial prevaricador, um criminoso em potencia” (A3)

1.1.5. Recepção do recluso pela sociedade

Uma das questões que pusemos neste trabalho refere-se à forma como os nossos entrevistados percebem a recepção social ao recluso após a sua saída da prisão. Assim, na perspectiva dos entrevistados (tanto guardas como advogados), dada a multiplicação de ex-reclusos e existirem algumas medidas positivas que possibilitam a aproximação gradual dos reclusos à sociedade haja uma diminuição do estigma de ser ex-recluso. Todavia, essa mancha alastra-se em função da dimensão da localidade de residência do novo indivíduo livre. Há, no entanto e em qualquer dos casos, uma rejeição social silenciosa por parte da sociedade. Essa exclusão expressa-se na desconfiança, negação de trabalho e fechamento social. Vestido com o estigma de ter sido recluso e sem um acompanhamento que possibilite uma melhor reintegração a alternativa que estes encontram é a reincidência criminal.

GP1 defende que as RAVIS e RAVES [Regimes abertos voltados para o interior e regimes abertos voltados para o exterior] são medidas que ajudam a que o recluso se vá integrando na sociedade e que a própria sociedade o vá integrando. Todavia, o preso, quando em meio livre, leva consigo um rótulo e essa marca é mais sentida quanto mais pequeno é o meio em que o recluso tenta a sua reinserção. É por isso que existe a tendência do ex-recluso tentar a sua reinserção em localidades maiores onde a sua marca se faz menos visível.

“...as saídas precárias de curta duração ou RAVIS, RAVES, eu acho que serve mesmo para isso, é para os preparar, não é só para preparar o recluso para a sociedade é também para preparar a sociedade para o recluso porque depois a sociedade tem também de perceber que ele não vai estar toda a vida preso e realmente faz parte da sociedade e que tem de se dar uma segunda oportunidade.” (GP1)

Parece que as iniciativas (RAVIS e RAVES) de preparação para a liberdade estão a surtir efeitos para este outro guarda. De acordo com GP3 parece se estar a assistir a uma “destigmatização” do recluso pela sociedade dada a existência generalizada de reclusos e “drogados” em todas as famílias.

“é tratado por igual. Aqui há uns anos olhavam um bocado de lado: hei, este tipo esteve preso, não sei quê, há que ter cuidado. Agora não, porque hoje em dia é o dia-a-dia, toda a gente tem alguém ou preso ou drogado” (GP3)

Outro guarda prisional acrescenta que há cada vez mais jovens a iniciar processos de dependência e se não se faz nada (o Estado) por estes indivíduos até aos 25 anos estes perdem-se “irremediavelmente”. Acha, por isso, que estes indivíduos deveriam ser melhor acompanhados em liberdade e deveriam ser encaminhados para obterem formação, educação e trabalho dado que os reclusos quando saem “*a sociedade, muitas vezes, também não está preparada para satisfazer a necessidade dessa fase negativa*” (GP4)

De acordo com uma das directoras prisionais, as dificuldades de inserção, nomeadamente no mercado de trabalho, são, hoje, extensíveis a toda a população. O registo criminal que acompanha os reclusos é um óbice extra para a sua inserção social (Machado et all.) e “desmascara-os” perante a situação de emprego, seja ele privado, seja o Estado o empregador. O seu *curriculum vitae* prisional afasta, igualmente, família e amigos. Essa receção é factor contributivo para a reincidência criminal, diz-nos.

“Acho que as dificuldades que eles têm nos dias de hoje são muitas mas também tem a ver com as dificuldades para qualquer outro cidadão que não esteve preso e até com formação e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho são imensas e obviamente acrescidas quando se junta um certificado de registo criminal e se diz que se esteve preso. Ou as pessoas tem uma boa inserção familiar e têm esse suporte ou então as dificuldades são muitas e por isso é que existe tanta reincidência e por isso é que as pessoas chegam lá fora e regressam passado pouco tempo, até porque o Estado não emprega, não emprega e por vezes eu até creio que eles vão determinados a mudar o seu fio de vida, o seu fio condutor de vida, acredito que sim mas também muitas vezes o que os espera em meio livre não é fácil até porque muitas vezes, as primeiras vezes a família até os recebe mas depois é a própria família de origem que lhes vira as costas, a família constituída já foi e o que é que têm? Tem o grupo...os amigos que têm normalmente os mesmos hábitos aditivos ou hábitos de criminalidade é aquilo que lhes resta, grande parte das vezes é aquilo que lhes resta e, portanto, não é fácil a reinserção.” (DP1)

Um dos advogados, à imagem de DP2, refere que a sociedade não está preparada para dar segundas oportunidades. Desse modo, quando um ex-recluso se reapresenta a essa sociedade, transporta consigo a marca da sua passagem pela prisão. Esse rótulo que é acompanhado pela folha de registo criminal limita, entre outras coisas, o acesso a um emprego. É um estigma que se prolonga para toda a vida, diz. De novo vimos aqui reflectidos, como já vimos abundantemente na análise das entrevistas a reclusos, a

menção à marca que o recluso ostenta e que o limita na tentativa de obter as mesmas oportunidades que o cidadão que não ostenta aquela marca de reclusão.

“Dizia eu que um recluso uma vez sinalizado a sociedade não recebe bem. Nós todos, teoricamente, temos o sentido e temos muito presente o sentido da expressão uma segunda oportunidade mas na prática nós não estamos formatados para as segundas oportunidades, temos muitas dificuldades e um recluso tem sempre aquela carga criminal e o problema das prisões é de facto o estigma e ser recluso é um estigma praticamente ad-eternum, não é? Porque nos registos criminais, mesmo para efeitos de emprego, vai lá e tem lá esse estigma e uma entidade patronal tem muitas dificuldades muito bem em receber, em receber, é uma evidência (...) só não estigmatiza ligados à parte criminal os de colarinho branco porque isso sim é um sinal de superior inteligência” (A2)

Assim, a sociedade exclui e estigmatiza o indivíduo que esteve preso. Até o próprio advogado, inconscientemente, procede dessa maneira....

“é assim, eu próprio faço isso, eu lembro-me...eu tenho um colega, não é...é um colega profissional só que eu olho de canto porque sei que ele esteve preso mas também eu acho que está-lhe no sangue mas pá, um gajo depois de saber que esteve preso, um gajo não confia, não é? Fazer um acordo com ele, está quieto [risos], ou tem que ser por escrito e mesmo assim tenho que o ver a assinar à minha frente” (A3)

1.1.6. Representações sobre o “recluso-tipo”

A introdução deste tema mostra-se pertinente porque pretendíamos obter as representações dos nossos entrevistados acerca do perfil do recluso. Quisemos saber se existe um perfil típico ou se pelo contrário existe uma pluralidade identitária dos indivíduos reclusos ou, ainda, se existem características comuns aos mesmos. De acordo com a “visão” dos nossos entrevistados os reclusos caracterizam-se por indivíduos oriundos de classes sociais desfavorecidas em termos económicos, sociais e literários. A grande maioria da população prisional tem ligações com a droga ou álcool e essa é a ponte que os une ao tráfico e à prática de furtos. São provenientes de famílias desestruturadas e vivem desde novos em ambientes e em contacto com actividades ilícitas. Ainda, de acordo com alguns advogados e directores prisionais, são motivados por ambições de sucesso material. A esta última afirmação dos entrevistados

questionamo-nos se não é legítima a aspiração ao sucesso? Ou a invocação constante de uma sociedade que apela ao sucesso e ao *empreendedorismo* visa outros destinatários que não estes?

Pedimos a um elemento do corpo prisional que caracterizasse o recluso típico em termos socioeconómicos e educacionais mas também ao nível do tipo de crime. É *“Baixo. O nível de formação é baixo. O estrato social e económico também é baixo (...) no geral onde mais se incide é na tóxico-dependência, furtos, roubos, consumo e pequeno tráfico de droga porque estes que são consumidores também traficam.”* (GP1)

A baixa formação escolar, o baixo estrato social de origem e a dependência de drogas é, também, o perfil-tipo que outro guarda prisional atribui ao recluso: *“É assim: a nível de formação a maior parte dos reclusos anda ali na 4ª classe e muitos analfabetos, são pessoas que, por aquilo que eu me apercebo, não tiveram famílias estruturadas, muitos passaram por instituições, foram rejeitados pelos pais e de uma forma geral a maior parte já teve problemas de tóxico-dependência ou ainda os tem...”* (GP2)

Aliás, a “propensão” que o recluso-tipo tem para o consumo de drogas, advém, segundo um outro guarda prisional, do facto de este iniciar a sua formação identitária, desde criança, inserido em zonas habitacionais “relacionadas” ao consumo e tráfico de estupefacientes: *“a maior parte tóxico-dependente e pouca formação escolar (...) desde pequeninos começam logo nessa vida: é vida de tráfico é vida de consumo, bairros, etc.”* (GP3)

Um guarda-prisional traça uma caracterização detalhada não só do perfil do recluso típico mas estabelecendo conexões entre o tipo de crime e a situação económica, social, profissional, cultural e até física daquele. Este “vigilante” começa por fazer uma descrição do tipo de reclusos por tipo de crime mais representativos da população prisional a cumprir pena nos estabelecimentos prisionais portugueses. Para este guarda-prisional o crime praticado está directamente relacionado com o estatuto social do indivíduo. Sabemos, no entanto, que muitos dos crimes que se relacionam com classes sociais favorecidas, os chamados crimes de “colarinho branco” ou os “suite crimes”, que aparece em oposição aos “street crimes”, são menos encontrados nas cadeias em relação aos praticantes de crimes de rua. Para além da sofisticação de meios empregues em crimes como a corrupção, a burla, a falsificação que o nosso entrevistado refere como crimes relacionados a um estatuto social elevado, pelo menos ao nível de formação escolar, temos outras “condicionantes” que, já neste trabalho referimos

intensamente, e que se referem à defesa que os indivíduos com dinheiro conseguem em contraponto com os que não tem recursos económicos, sociais ou relacionais.

“Dos crimes normais nós temos três, quatro crimes que são, aliás, que tem maior percentagem de criminosos em Portugal que são o ligado à droga – a manutenção, o tráfico ou o consumo, os incendiários, falsificação de documentos ou burla, a violação. São os crimes que abrangem os comportamentos, aliás, esse tipo de comportamentos criminosos são na totalidade quase toda a nossa população criminal. O crime varia muito do estatuto social do indivíduo. A droga, todos sabemos, que está muito ligada aos bairros problemáticos, as violações, muitas vezes, são muito ligados a indivíduos muito ligados ao consumo de álcool quando o lesado ou a vítima é familiar directo, nomeadamente filhas e filhos e isso. Os crimes de burla e falsificação de documentos estão muitas vezes interligados entre indivíduos que tem conhecimentos com papéis, estudos....são crimes que requerem um bocado mais de estrutura. Um indivíduo sem escolaridade nenhuma não falsifica uma nota, são indivíduos que estão ligados à informática, sabem o método de escrita, provavelmente são indivíduos que já tiveram contacto laboral com esse tipo de situações e, prontos, nós temos exactamente esse tipo de indivíduos criminosos ligados a esse tipo de situações, portanto cada crime, normalmente nós temos esses crimes ligados à estrutura física dos indivíduos.” (GP4)

De acordo com uma directora prisional o recluso típico é, diferentemente da imagem que o senso comum tem deles, carente de afecto, dócil e pacífico. São, simultaneamente, indivíduos pobres, são profissionalmente inactivos e vivem de subsídios públicos há longos anos e são pessoas sós porque, com a excepção da mãe, a restante família abandonou-os há muito tempo.

“eu caracterizaria como indivíduos normalmente dóceis – carentes de afecto, não agressivos – que não corresponde nada à imagem que se tem dos reclusos, porque a sociedade vê os reclusos como sendo feios, porcos e maus (...) são reclusos que apresentam grandes carências económicas, que não trabalham há anos, vivem dos subsídios também há anos, muitos deles sozinhos de que a família de origem já há anos abandonou, quase na totalidade, há excepção da mãe” (DP1)

Os reclusos são, também para os advogados, na sua maioria, pobres, jovens e com pouca formação e estão presos ou por motivos excepcionais ou então são indivíduos cujas condições [pessoais e sociais] à partida determinaram um perfil de criminoso. Tem ligações com o consumo e tráfico de droga. A1 vê uma vocação natural de certos indivíduos para determinadas práticas quando fala de uma predisposição de

certos indivíduos para o crime. Este ponto de vista relaciona-se com as chamadas teorias culturalistas que vêem a sociedade dividida em função das diferentes culturas de classe atribuindo valores, normas e crenças específicas a cada estrato social. Os grupos desviantes estariam em oposição aos restantes grupos sociais.

”há um facto na vida que leva as pessoas a cometer um crime por motivos excepcionais ou então existe um perfil, existe uma tendência, existe uma evolução: começa-se por pequenos crimes e vai-se evoluindo por entre as malhas da lei e, portanto, existe uma predisposição, pelo menos, uma predisposição (...) é em termos maioritários pobre, vem das camadas mais pobres da sociedade, não é? Porque, vamos lá ver, a esmagadora maioria dos crimes são motivados por necessidades de conforto, por bens materiais, por adquirir por meio ilícitos bens materiais (...) baixa formação” (A1)

1.1.7. Sentimento dos reclusos nos primeiros tempos de prisão

Quisemos obter da parte dos guardas e directores prisionais entrevistados as suas percepções em relação à forma como visualizam os sentimentos e reacções dos reclusos nos seus primeiros tempos de reclusão. A entrada na prisão é o início de um processo de danos psicológicos que o facto de estar preso causa (Carlen, 2007). Desesperança, tristeza, revolta, medo, angustia, vergonha, impacto, surpresa e desconforto são alguns dos sentimentos que os nossos entrevistados detectam nos reclusos quando aqueles dão os primeiros passos na prisão. A dificuldade em aguentar a pressão dos primeiros tempos de prisão é directamente proporcional ao apoio que recebem do exterior. Aqueles que recebem visitas conseguem superar a os primeiros tempos de prisão de uma forma menos “penosa”. Outros entrevistados afirmam que o recluso, inicialmente, é sempre inocente e quando confrontado com regras a que não está habituado mostra a sua falta de respeito e de educação. Este discurso sobre a “inocência” dos reclusos vem no mesmo sentido do texto de Pereira (2007) em relação à percepção que o staff prisional tem dos reclusos de tipologia sexual “a sua transversal insinceridade, patente em expressões como: “...eles estão todos inocentes!”

De acordo com a maioria dos entrevistados é normal que haja sentimentos e reacções fortes dos reclusos nos primeiros tempos de prisão.

Um guarda prisional refere que o recluso quando entra na cadeia considera-se sempre inocente mas, depois, vai-se conformando. Foucault (2009) fala que o poder disciplinar na

cadeia vai, “adestrar” o indivíduo. São técnicas de controlo minucioso do corpo, distribuição e compartimentação de indivíduos em que cada um ocupa o seu lugar, é o cumprimento minucioso de horários. O objectivo é fixar mecânicas próprias aos indivíduos.

“eles acham que quando entram cá estão cá inocentes, ou seja, a culpa é dos outros (...) eles como não querem estar ali há muitos problemas entre eles, depois acabam por se conformar.” (GP2)

Um outro guarda prisional salienta a maior dificuldade daqueles que não tem contactos ou visitas de familiares e amigos.

“...eu acho que realmente quem cai cá dentro e não tem visitas, não tem apoio de fora são os que mais sentem que custa a reclusão (...) Quem realmente não tem contacto com ninguém do exterior da sociedade, da família, quer seja da família quer seja amigos...” (GP1)

A vida na prisão é constituída por regras e os reclusos quando lá chegam não vêm habituados a elas. Dessa forma o nosso entrevistado diz que o sentimento dos reclusos nos primeiros tempos de prisão é falta de respeito e de educação. Os indivíduos, quando entram, não têm *mecânicas* próprias.

“Há regras. Eles estão habituados a não haver regras e aqui há regras (...) acima de tudo falta de educação. Eles chegam aqui pensam que estão lá fora, não respeitam ninguém” (GP3)

De acordo com um dos guardas prisionais entrevistados, o sentimento que os reclusos experimentam nos primeiros tempos de prisão é caracterizado por um grande impacto seguido por uma sensação de medo.

“atendendo ao facto que a prisão é para os indivíduos que não tem essa experiência é um impacto, é um impacto, é um indivíduo amedrontado, tem medo, tem medo do que dizem, que é o ambiente prisional, o principal medo que eles têm em primeiro lugar é o receio é de que lhes possa ser provocado algum tipo de crime que afecte a sua integridade física porque eles têm receio, tem medo.” (GP4)

Já para uma directora de prisão os sentimentos vividos pelos reclusos nos seus primeiros tempos de prisão são caracterizados pela angústia e pela vergonha de estar preso – o estigma de se ser recluso: *“Há diferentes formas de estar mas a maior parte deles, sobretudo quando vem presos pela primeira vez é de angústia, é de uma grande angústia porque se está preso, porque tem de se estar fechado, pela vergonha, pela vergonha de estarem presos, muitas das vezes não querem sequer dar a conhecer a situação de estarem presos aos amigos”* (DP1)

Na resposta em relação ao sentimento dos reclusos nos primeiros tempos de reclusão a directora refere que que embora os primeiros tempos de reclusão tenham um impacto muito grande no indivíduo, *“os últimos dias de cumprimento de pena são qualquer coisa de terrível* (DP1).

A directora fala dos códigos dos reclusos. Um dos códigos do recluso – o rasgar dos dias do calendário é usado nos últimos tempos de reclusão de forma aflitiva. Nesses dias, não comem, não dormem, ficam mais agressivos, mais ansiosos, menos tolerantes...a saída para os reclusos torna-se confusa. Eles querem e não querem...sair. Clemmer (1940) fala dos códigos culturais criminógenos que se apreendem na prisão e da conformidade de todo um grupo aos valores de uma cultura prisional própria.

Eles tem todos ou quase todos aquele código de ter um calendário em que vão cortando os dias, aqueles últimos dias são aflitivos eles precisam nesses últimos dias de qualquer coisa para dormir porque desde o não dormir, o não comer, relativamente aquilo que os vai esperar lá fora, nunca mais chega a hora, nunca mais chega o momento, ficam muito mais ansiosos, às vezes até mais agressivos, menos tolerantes, a fazer coisas que até ali nunca tinham feito. Não é porque agora já posso fazer tudo, agora já não vão poder ser punidos disciplinarmente, não é por isso, é mais porque agora é mais difícil controlar a ansiedade, o medo, o pânico. Querem e não querem...” (DP1)

Talvez pelo facto de GP5 já ter uma longa experiência profissional refere a “normalidade institucional” dos sentimentos e reacções que os reclusos têm nos primeiros tempos de prisão. Todavia, a pressão que se gera pelo facto de estar preso e em contacto com outros reclusos [de todo o tipo] faz com que o recluso gize o caminho da medicação para fazer face à pressão penitenciária e esse caminho culmina em violência.

“reagem menos bem e é normal (...) mas a pessoa que vem pela primeira vez o estado de ansiedade é grande e é normal (...) depois há a pressão dos outros reclusos porque é normal (...) é misturada com todo o tipo de recluso e indivíduos que não tem mesmo regras

algumas e sabem que vão fazer da vida deles sempre o mundo do crime e depois vão perturbar, vão ameaçar, vão incomodar essas pessoas e isso vai ajudar, vai contribuir para que a pessoa ande mais controlada, crie uma ansiedade muito grande e depois lá está, a seguir vai ao médico, vai pedir ansiolíticos, vai pedir anti-depressivos, etc. isto na fase inicial da reclusão e o que gera, por vezes, agressões físicas, também, confrontos físicos porque a pessoa descontrola-se de tal ordem que reage mal e claro e depois vai ao limite, vai ao extremo que é a agressão física.” (GP5)

Já para outra directora prisional a reacção dos reclusos nos primeiros tempos de prisão é caracterizado pela surpresa e descontrolo.

“é como alguém lhe tenha retirado o chão debaixo dos pés porque tudo aquilo que aquela pessoa tinha como certo na sua vida deixa de existir e, portanto, há um sentimento de completa confusão mental, não sabe onde está, não sabe como é que a vida lhe vai correr, o que é que tem de fazer e o que é que é certo fazer, portanto, penso que a primeira noção é que está perdido, que está completamente sem chão numa instituição de que não pode sair porque a porta está fechada, portanto, é uma sensação dos limites que tem, que está, efectivamente, encurralado, digamos assim, e num sitio no qual ainda não se sabe gerir. Portanto, é um sentimento de surpresa por um lado e de completo descontrolo por outro” (DP2)

1.1.8. Tipos de relacionamentos entre reclusos

De acordo com a maioria dos nossos interlocutores o relacionamento do grupo recluso é marcado pela violência. As razões que contribuem para essa disposição colectiva prendem-se, regra geral, com a falta de liberdade, os espaços exíguos e sem condições, a falta de dinheiro para alguns consumos, os negócios e roubos que esses consumos fomentam. Assim, para um guarda prisional, o tipo de relacionamento entre reclusos tem a ver com consumos e falta de dinheiro que origina roubos entre eles e acaba em conflitos [poucos].

“os poucos conflitos que existem é porque não tem dinheiro andam aí a roubar, mas tem tudo a ver com consumos.” (GP3)

Também GP2 refere os negócios como o elemento central da construção relacional entre os detidos.

“há os que se isolam, há os que andam sempre pegados, porquê? porque andam sempre com negócios ou é de tabaco ou vendem cigarros (...) ou então tentam ocupar o tempo com o trabalho (...) nem dez por cento que querem ter o tempo ocupado e depois há a maior parte que querem lá andar à-vontade que querem andar lá nos negócios deles” (GP2)

Já para outro guarda prisional, as relações entre reclusos são heterogéneas e variam de dia para dia. Segundo esta guarda prisional o efeito de contágio também influencia a disposição do grupo dada a convivência de todos no mesmo espaço.

“É assim: há aqueles que se isolam. Há sempre em todo o lado, há sempre aqueles que se isolam mas eu acho que eles que vivem em harmonia, têm dias. Há dias que vivem em harmonia, há dias que não vivem tanto em harmonia, depois depende de quem também está recluso porque às vezes basta um para desestabilizar essa harmonia” (GP1)

Uma das directoras prisionais que entrevistamos diz que a relação entre reclusos é marcada pela falta de espaço e condições existentes no seu estabelecimento prisional e que, por causa desse facto, as discussões, quase sempre, degeneram em violência.

“conflitos há sempre e sobretudo numa casa com estas dimensões...não conhece? (...) É o trabalho de manhã e de tarde, depois o exercício físico das três e meia às cinco e meia mas estão confinados a um espaço muito pequeno quase todo o dia porque aquele espaço do exterior é só das três e meia às cinco e meia. Evidentemente os conflitos têm de surgir – são muitas horas, eles não são assim muitos, prontos, são quarenta e poucos. Os corredores são estreitos, o próprio bar deles é, também um bar pequenino. O pouco espaço propicia os conflitos.” (DP1)

Outra responsável penitenciária vem dizer exactamente o contrário. Assim, enquanto os estabelecimentos prisionais de menor dimensão, através de uma maior proximidade com os reclusos, conseguem impedir a supremacia de grupos que pretendem dominar os “espaços” através da força e da “ameaçazinha”, nos EPs de maior dimensão isso já não é possível.

Todavia, no fundo, o tipo de relacionamento entre reclusos é uma réplica das relações sociais normais.

“digamos que no estabelecimento prisional aquilo que se passa é a reprodução de um sistema social normal só que está fechado naquela fronteira (...) os estabelecimentos prisionais maiores tem um determinado tipo de grupos mais, que se fazem mais, digamos, que dominam pela força, não pela força propriamente dita mas pela ameaçazinha, pelo saber que aquela pessoa tem poder e que consegue isto aquilo e aqueloutro, se for contrariada não é bom porque vai haver conflitos e problemas. Nos estabelecimentos prisionais mais pequenos este tipo de grupo, habitualmente, não consegue ter uma gestão muito boa porque o estabelecimento tem mais proximidade com os reclusos” (DP2)

O depoimento de outro guarda prisional vem no mesmo sentido da directora prisional que referimos anteriormente. Diz que o tipo de relacionamento dominante entre reclusos é positivo. Diz, também, que o facto de esta EP [Guimarães] ser pequena ajuda ao bom relacionamento.

“de uma forma geral e principalmente aqui nas prisões regionais relacionam-se bem uns com os outros, é difícil afastarem-se, para já são menos, isto é quase como uma aldeia e uma cidade, o termo de comparação pode servir esse, na aldeia todos se conhecem, relacionam-se, mais ou menos bem relacionam-se umas com as outras. Numa cidade a maioria das pessoas até não se conhecem e fazem os esquemas ou não e nas prisões é a mesma coisa.” (GP5)

1.1.9. Forma como directores e guardas prisionais se relacionam com os reclusos

A relação que guardas e directores prisionais mantêm com os reclusos é pautada, sobretudo, pelo sentido ético e profissional que as suas funções ditam. Essa consciência de cumprimento das normas profissionais, todavia, não inibe os nossos entrevistados de ir mais além no relacionamento com os reclusos desde que estes respeitem a sua autoridade e cumpram com as regras que lhes estão agregadas. As percepções relacionais entre grupos podem também variar entre relacionamentos que lembram o jogo do gato e rato em que uns fogem e outros prendem até a relações maravilhosos.

Para a maioria dos entrevistados a relação que mantêm com os reclusos é pautada pelo cumprimento das obrigações profissionais que lhes estão adstritas.

“profissional. Tento não fazer distinções...” (GP1)

“estamos preparados psicologicamente e fisicamente para meter a ordem seja ela moral ou física (...) A minha maneira de tratar com os reclusos é exactamente como lidar com uma pessoa qualquer lá fora só com uma excepção – lá fora tenho uma série de regras e normas que eu tenho de cumprir e aqui sou abrangido por outro tipo de normas e outro tipo de regras que eu tenho de cumprir” (GP4)

A relação com os reclusos tem que obedecer, também para uma directora prisional, a critérios profissionais. Tenta, contudo, extravasar essas obrigações e ter com eles uma relação, também, social.

“a minha relação com os reclusos é uma relação obviamente profissional, não é? Mas é uma relação, também, muito social, ou seja, de alguma maneira temos de nos capacitar de que a estadia deles no estabelecimento prisional de que além de ser profissionalmente é aquilo que eu estou preparada para fazer é um processo que também me interessa, ou seja, que eles podem e devem participar naquele processo que vão desenvolver ao longo do cumprimento da pena e que podem sempre partilhar comigo as etapas que estão a desenvolver” (DP2)

Para esta directora prisional o melhor que a prisão lhe oferece é o sentimento de solidariedade que vê entre a população reclusa: *“é perceber que as pessoas que estão em pena de prisão, que fizeram delitos, são capazes de fazer coisas muitíssimo louváveis como por exemplo: darem conta num estabelecimento de entrar um novo companheiro recluso que não pagou uma multa que tinha para pagar e fazerem entre si, por iniciativa própria, uma colecta dentro dos reclusos para pagarem a multa para ele se ir embora e, portanto, eu acho isto de uma solidariedade impar” (DP2)*

A relação de outro guarda-prisional com os reclusos depende do estrito cumprimento das regras e daquilo que profissionalmente está estabelecido. Se aqueles cumprem - apoia-os, se não - penaliza-os.

“mas tanto lhes dou bons conselhos e os ajudo como a seguir os penalizo. Portanto, se eles cumprirem eu dou-lhes apoio, eles não cumprindo não estou ali, depois, com meios termos. O que está pré-definido é aquilo que eles sabem que vai acontecer.” (GP5)

Um outro guarda prisional refere a oposição existente entre guardas e reclusos. GP2 faz um paralelismo com a relação entre alguns dos animais domésticos mais populares *“um é o gato e o outro é o rato, eles andam sempre a fugir ao sistema e nós andamos mais em cima deles – revistas, rusgas, aquela coisa gato-rato”* (GP2)

Do total de indivíduos entrevistados, dois referem a excelente relação que mantém com os reclusos. Uma guarda prisional mantém com os reclusos uma relação bastante boa dado que as suas raízes provêm das mesmas origens que o recluso típico.

“bastante boa. Se calhar tive a sorte, desde miúdo, nascer no meio deles apenas empreguei por um caminho diferente mas dou-me bastante bem, não tenho problema nenhum.” (GP3)

Também a relação da directora prisional com os reclusos é *“hmmm...uma relação maravilhosa [risos de alguma emocionalidade]...hmmm...eu acho que...na base do respeito, mutuo, e, portanto, quando assim é, os relacionamentos são muito mais facilitados”* (DP1)

1.2.0. Predisposição dos reclusos para apresentarem queixas e tipos de queixas apresentadas

Existe no senso comum uma “consciência” generalizada relativamente aos vários condicionalismos penitenciários para os reclusos apresentarem queixas. Conhecem-se igualmente as dificuldades de passar informações para o exterior quando estas não são do agrado da instituição prisional. Exemplos do que acabamos de dizer são a lei do *bufô* a que não estão alheias a concepção da prisão actual e a sua desorganização social, agora dividida em facções violentas, atravessada por roubos e pela predação inter-reclusa e pela violência associada à economia da droga na cadeia (Irwin e Cressey) e a sujeição às revistas pormenorizadas da instituição prisional que ao

abrigo de questões de segurança conspurcam cartas e outros pertences aos reclusos. Essa predisposição institucional torna-se altamente prejudicial para a vida enclausurada do denunciante. Depois de ouvirmos os reclusos quisemos obter as opiniões dos outros actores penitenciários que mais convivem com os reclusos e quisemos que, também, se pronunciassem em relação a essas “verdades”. Quisemos, igualmente, saber que tipos de queixas é que apresentam. As respostas recaíram, maioritariamente, na negação da voz corrente que refere a dificuldade que os reclusos têm em apresentar queixas. Apenas dois entrevistados [um em cada grupo profissional] assinalam a lei do bufo e o medo de represálias como motivo para não apresentação de queixas. De qualquer forma as queixas recaem nas mais diversas razões que vão desde a necessidade de serem ouvidos queixando-se por tudo e por nada, a roubos e “calotes”, queixas contra o sistema penitenciário, contra a sociedade e justiça em particular, pela falta de condições ou oportunidades ou falta de diálogo com os vigilantes e direcção da cadeia.

GP5 é o único guarda prisional que afirma a dificuldade que os reclusos têm em apresentar queixa dadas as represálias a que estão sujeitos. *“o problema das prisões é sempre as represálias”* (GP5)

Dos dois elementos da direcção prisional entrevistados, também DP1 afirma a dificuldade que os reclusos mostram para apresentar queixas. Diz esta directora prisional que os reclusos não só não se sentem à vontade para apresentar queixas como apresentam uma predisposição [fruto das aprendizagens internas] para não o fazer. A aculturação que a “sociedade prisional” vai interiorizando vai resultar na participação destes no “jogo” prisional cujas regras lhes indicam que se “bufarem” as consequências são negativas para si.

Por sua vez a instituição prisional também não quer ouvir queixas porque o recluso não merece ser escutado.

“não [predisposição do recluso para apresentar queixas], claro que não e evidentemente que não por causa da regra do “bufo” (...) . Eles não são burros, não são nada burros e, portanto, a partir de determinada altura aprenderam e jogam (...) e não só, a instituição prisional não está preparada para aceitar críticas ou melhor, não são críticas às vezes são constatações. Eu costumo dizer-lhes e é verdade, eu penso, o sistema prisional não é perfeito e todos sabemos disso e temos que aceitar isso mas a ideia não é essa normalmente, a ideia é: o sistema prisional não é perfeito mas também eles não merecem melhor, não é? Portanto, enquanto se tiver esta mentalidade...” (DP1)

Apesar do entendimento tácito entre as partes (instituição, reclusos e staff prisional) para a não apresentação de queixas, aquelas que acontecem dizem respeito aos direitos e oportunidades que lhes estão a ser negadas pela instituição prisional.

“eu acho que eles acham sempre que não lhes estão a ser dadas as oportunidades que...existem na lei e que portanto a reinserção social deles que vai ser muito difícil porque não lhes estão a ser dadas as oportunidades que eles merecem e que eles precisam” (DP1)

Contrariamente aos dois casos anteriores, todos os elementos entrevistados referem a absoluta liberdade em os reclusos apresentarem queixas. GP1, por exemplo, refere a sua constatação em relação à evolução que vem notando nessa direcção.

“Cada vez mais o recluso se queixa. Cada vez mais eles se sentem à vontade para se queixarem porque eles sentem, realmente, que alguém os ouve. Antigamente já não era assim, claro as coisas vão evoluindo como tudo, o recluso hoje em dia queixa-se e muito e ele faz prevalecer as suas ideias e o que está mal e o que não está, ninguém o cala.” (GP1)

Essas contínuas queixas reflectem-se na qualidade alimentar, na falta de atenção que lhes é dada, enfim, quem está preso está carente sempre de alguma coisa.

“É as condições de alojamento, por exemplo, que é frio, que não estão bem, a alimentação ou porque hoje é peixe e não sei quê, que não gostam há sempre aquelas coisas que ninguém...depois é que estão para lá que ninguém os quer ouvir que ninguém lhes dá a atenção e depois lhes falta isto que lhes falta aquilo, porque quem está preso precisa sempre de alguma coisa” (GP1)

Outra directora prisional diz que, para além dos reclusos estarem à-vontade para apresentar queixas, ela própria fomenta esse espírito crítico.

“Penso que sim [á vontade para apresentar queixas] e tanto penso que registo muitas memórias de queixas que os reclusos apresentam: sobre a forma de estar de outros funcionários na casa...de, portanto, de coisas que correram mal, de coisas que estão mal dentro do estabelecimento e não só registo este tipo de queixas como eu própria faço questão de lhes perguntar calmamente se tem alguma coisa que vejam que está a correr mal ou o que eles acham de que os procedimentos institucionais, em que é que os procedimentos institucionais lhes dão dificuldades no seu processo de integração social, na sua estadia no estabelecimento, na sua adaptação, etc.” (DP2)

GP4 diz, também que os reclusos têm total liberdade para apresentar queixas e estas se dirigem contra a sociedade, isto é, os juízes, a justiça e os políticos.

“é perfeitamente sempre, sempre, sempre, contra a sociedade. A sociedade é que é culpada de tudo e quem fala da sociedade fala da própria justiça. Os juízes são isto, os juízes são aquilo, os políticos são isto, os políticos são aquilo” (GP4)

Outro guarda prisional reafirma a liberdade dos reclusos para apresentar queixas, embora o façam a diferentes elementos da estrutura prisional de acordo com o grau de confiança que sentem a quem apresentam a queixa.

“a nós sub-chefes, sim, porque eles quando tem que apresentar queixas de um guarda ou de um recluso nunca é a um guarda, é a nós e neste momento (...) acho que já tem sempre [à vontade para apresentar queixas] se não confiarem no guarda ou mesmo no chefe eles podem sempre fazer pedidos ao director, não é? Ou à educadora, por escrito” (GP2)

Quanto ao tipo de queixas maioritariamente feitas refere “os problemas entre eles ou foi o outro que lhe roubou alguma coisa ou emprestou dinheiro a outro e o outro não lhe paga, normalmente é isso” (GP2)

A condição de origem de outro guarda prisional (nasceu e viveu em ambientes degradados e diz que é o ambiente de onde o recluso típico deriva) facilita o contacto com os reclusos e estes sentem-se à vontade para lhe apresentar queixas se bem que haja colegas que não conseguem descer ao nível do recluso.

“comigo estão [à vontade para apresentar queixas] e com uma grande parte dos guardas sim, embora que haja sempre uma minoria que guarda é guarda” (GP3)

1.2.1. Resolução de conflitos

Depois de obtidos os depoimentos dos reclusos em relação ao tema em título quisemos, mais uma vez, saber as respostas dos indivíduos que têm exactamente a função de resolver os conflitos existentes em meio prisional. De uma forma geral os

conflitos mais pequenos são resolvidos entre os reclusos com recurso à força e violência. Nos casos em que é necessário a intervenção dos guardas, dizem os próprios, a força é inicialmente, também, a arma usada e depois recorre-se aos procedimentos normativos que acabam no castigo atribuído pelo director da prisão. O castigo é a passagem do(s) culpados(s) pela cela disciplinar.

Assim, de acordo com um guarda prisional, os conflitos entre reclusos são resolvidos à pancada entre eles e, depois, o corpo vigilante intervém. *“Normalmente andam à pancada e depois temos nós que intervir”* (GP3)

Outro guarda prisional corrobora a afirmação anterior e acrescenta os procedimentos posteriores à intervenção dos guardas *“a primeira reacção é ... a primeira intervenção é nossa e depois se for matéria de carácter preocupante ou importante avisamos o sr. director, entre aspas, através de uma informação escrita do comportamento que nós achamos menos correcto do recluso.”* (GP4)

A fase “formal” de resolução de conflitos, segundo outro guarda prisional, é feita através da confrontação entre os prevaricadores. Após a identificação do problema separam-se os reclusos que entraram em confronto físico. Já noutras situações (mais graves!) a resolução é enviar o(s) prevaricador(es) para celas disciplinares...mas isso é castigo.

“se ele vier dizer que o outro que lhe bateu, ou não sei o quê, nós chamamos o outro, e fazemos ali tipo uma confrontação (...) e vemos que realmente houve ali confronto físico separamos de celas, trocamos de pavilhões (...) Há as celas disciplinares mas isso é para os castigos” (GP2)

Segundo uma directora os conflitos na prisão são geridos formal e informalmente. Os conflitos de maior impacto prisional são resolvidos com recurso às medidas disciplinares consagradas nas normas e costumes institucionais. Por sua vez, o pequeno conflito é tratado relacionalmente entre reclusos e estes resolvem-se da mesma maneira que são tratados no exterior. Depende da forma como cada um trata as suas divergências. Popper (1996) diz que “aquilo que constitui o ego ou o eu é em parte o facto de nos percebermos situados dentro desse

sistema de referência e de termos atingido os locais onde nos encontramos ao deslocarmo-nos no seio dele”.

“Os conflitos são formalmente geridos através de uma intervenção disciplinar, não é? participação do acontecimento e depois feito um processo em que se ouvem todas as pessoas intervenientes e que depois é analisado pelo director no sentido de se ver se deve ou não agir disciplinarmente sobre o recluso, ou os reclusos. Digamos que esta é a forma que há formal de gerir este tipo de conflitos, mas os conflitos diários que não chegam a ser levados à participação escrita são resolvidos como em todo o mundo e em todo o lado, com a capacidade de negociação pessoal que cada um tem. O recluso, o guarda ou os reclusos entre si ou as pessoas propriamente ditas de como é a capacidade que elas tem de se encontrar com os outros e de alguma maneira gerir questões e de ser conflituosas, não é? Isto tem tudo a ver com a nossa capacidade, a capacidade pessoal e as capacidades que as pessoas vão desenvolvendo também na sua vida tanto profissional como pessoal” (DP2)

IX. Conclusão

O ser humano não só possui a consciência pelo menos rudimentar do respectivo historial passado, mas também a consciência pelo menos rudimentar das suas expectativas, que em regra incluem objectivos e propósitos, interesses imediatos e outros mais distantes

(Popper, 1996)

O objectivo central desta investigação era entender qual o impacto que a prisão tem na “reconstrução identitária” do recluso e como aquela cumpre a função de reabilitação e punição para a qual anuncia uma disposição.

Assim, através de entrevistas semi-estruturadas dirigidas a reclusos por crimes sexuais mas também a outros agentes que os “acompanham” num trajecto que se inicia em processo de julgamento (advogados) e culmina na prisão (guardas e directores prisionais), quisemos saber as suas representações sobre os efeitos do espaço e das relações sociais prisionais para a reconstrução identitária e preparação dos indivíduos para a reinserção social.

As questões principais que guiaram esta investigação resumem-se a saber:

- Qual a função da prisão?
- Que impactos tem a prisão para a vida futura do individuo?
- Qual o papel da prisão para a reinserção social do individuo?

- Sintetizando: **Qual o sentido das prisões?**

Para obtermos o máximo de elementos que nos sugerissem respostas a estas perguntas achamos útil incluir trajectos de vida dos reclusos que vão desde a condição sócio-económica destes e saber de que forma esta vai influenciar a sua prisão e de que forma a prisão vai influenciar a sua vida futura. Assim, fomos buscar as suas memórias a tempos de vida passado, presente e futuro que vão desde o processo de julgamento, à entrada e “adaptação” à prisão até às expectativas de uma futura vida em liberdade. Nesse processo entrecruzam-se olhares de indivíduos (advogados, guardas e directores prisionais) que nos passaram as suas observações a partir de um ponto de vista pessoal mas que, cremos, transportam um olhar corporativo.

As memórias que os reclusos transportam do julgamento denunciam uma condição que lhes está enraizada: a de serem pobres e dessa forma se diferenciarem daqueles que com outras condições têm a “liberdade” de escolher os seus defensores. O Estado, substitui-se ao seu cidadão “oferecendo” uma “defesa” que não cuidou da sua protecção. O provável destino rompe com a ilusão quando o réu escuta a leitura da sentença. O sentimento é de indignação, impacto, choque, acidente e, mesmo, da ideia de suicídio se até nisso tivesse escolha na prisão.

De acordo com os advogados o sentimento dos reclusos naquele momento é de injustiça ou insatisfação porque, aqueles, esperam sempre uma pena menor. Aliás, dizem os advogados, os reclusos declaram justiça ou injustiça em relação ao julgamento na proporção das expectativas de cada um em relação à sentença que lhes foi atribuída.

O medo é o sentimento que o conjunto dos actores entrevistados sente ou percebe à entrada dos autores de crimes sexuais na cadeia. Se há reclusos que lembram o isolamento, o desconhecido, a dor e até arrepios, porque a sua reincidência lembra-lhes a violência a que foram submetidos nas outras prisões, outros há que encaram a sua nova vida de uma forma mais tranquila quando falam de desagrado ou até de ausência de sentimento pela entrada na cadeia. Os guardas e directores prisionais, por sua vez, observam desesperança, tristeza, revolta, angustia, vergonha, surpresa e desconforto nos primeiros passos dos reclusos na prisão. Esses sentimentos são normais nos reclusos, dizem. Mas, depois, habitua-se e conformam-se, alegam os não reclusos. Sempre, mas sobretudo naquele momento, a capacidade de se “aguentarem” é directamente proporcional ao apoio que recebem do exterior, quer através das visitas quer através dos contactos telefónicos.

A maioria dos reclusos entrevistados refere que, aquando da sua entrada, a reacção inicial dos colegas ficou (literalmente) marcada pelo exercício da violência ao nível de físico e moral. Este exercício de violência por parte dos “outros” reclusos é dependente do facto de os nossos entrevistados serem todos criminosos sexuais e essa condição representar, na subcultura prisional, um factor de depreciação daquele acto criminal sendo, por isso, merecido um castigo suplementar exercido em nome do código dos pares reclusos. O recluso vê-se, portanto, obrigado a esconder ou mentir sobre o crime que o levou à prisão.

Os guardas, directores e advogados referem igualmente a relação de violência que se estabelece entre os presos. Segundo estes actores as razões que contribuem para essa disposição colectiva prendem-se, regra geral, com a falta de liberdade, os espaços exíguos e sem condições, a falta de dinheiro para alguns consumos e os negócios e roubos que esses consumos fomentam. As prisões de menor dimensão se, por um lado, pela sua limitação espacial provocam mais conflitos entre reclusos, por outro, propiciam um ambiente mais “familiar” e inibem a “reificação” de determinados *gangs* como acontece nos estabelecimentos prisionais de maior dimensão.

As relações intra-reclusos e entre estes e os seus vigilantes e directores demonstra uma atitude colectiva de dizer o correcto e encobrir outras realidades que é melhor não contar. Há uma representação que exhibe corpos dóceis.

Assim, a relação que guardas e directores prisionais mantêm com os reclusos é pautada, sobretudo, pelo sentido profissional que as suas funções ditam. Essa consciência de cumprimento das normas profissionais, entretanto, não inibem estes actores de irem mais além no relacionamento com os reclusos desde que estes respeitem a sua autoridade e cumpram com as funções que lhes estão reservadas. Os reclusos, “conformados” aos ditames preconizados pelos grupos de guardas ou direcção prisional, respeitam a autoridade e as regras estabelecidas. São indivíduos que se pautam pelo trabalho e pela obediência e, regra geral, não têm queixas em relação aos seus superiores.

Se no discurso de alguns reclusos a vida na prisão não alterou em nada o seu *eu* outros há que aproveitam esse tempo para equacionarem a sua vida passada e esboçarem a sua vida futura. O sentido para a vida que alguns encontram nas suas reflexões difere da constatação de outros em relação à diferença de vida que a sua

presença na prisão ditou: isenção de liberdade e totalmente sujeita às regras ditadas pelos mandados do poder prisional.

A vida na prisão faz-se de regras. As regras carcerárias ditadas pela hierarquia do poder não são, contudo, as únicas a imperar na prisão. A prisão também se faz de códigos entre os pares reclusos. O “bufo”, o “chibo”, o delator, é um elemento hostil na subcultura prisional. Por isso, o preso pesa as consequências e, por norma, não apresenta queixas. O recluso vai-se, então, aculturando, conformando ou criando estratégias para entrar no jogo que lhe assegura uma permanência sem hostilizações dos grupos dominantes.

A socialização entre reclusos e, sempre, observados pelas hierarquias penitenciárias faz-se, frequentemente, através de roubos, negócios e confrontos físicos. As formas de resolução desses conflitos fazem-se, de acordo com os reclusos, de duas formas: quando os “mal-entendidos” são arbitrados apenas pelo grupo recluso estes resolvem-nos com pancada, quando os conflitos são mais graves ou os reclusos decidem apresentar queixas aos guardas prisionais ou à direcção da cadeia, então, a guarda actua e a sua resolução faz-se com recurso ao castigo disciplinar que quase sempre resulta em cela disciplinar. O isolamento. Também o grupo de guardas e directores prisionais confirmaram, maioritariamente, ser aquela a forma de resolução de conflitos.

Os reclusos caracterizam o recluso típico, *o outro*, como pobre e, na sua maioria, quando chegam à prisão dizem-se inocentes. Esta é a imagem que o recluso faz dos seus pares mas sem que cada um dos respondentes se reveja nessa condição. Já os advogados, directores e guardas prisionais vêem uma *criminalização da pobreza* quando afirmam que os reclusos são indivíduos oriundos de classes sociais desfavorecidas em termos económicos, sociais e literários e, na sua grande maioria, tem ligações com a droga ou o álcool. O consumo leva-os ao tráfico e à prática de furtos. São provenientes de famílias desestruturadas e vivem desde novos em ambientes e que propiciam o contacto com actividades ilícitas.

Se bem que os reclusos reclamem a dificuldade de obterem trabalho na prisão e os guardas e directores afirmem a não vontade de trabalhar dos reclusos, o trabalho é, para todos os grupos, um elemento central na vida prisional. O trabalho contribui não só para que o tempo corra com mais rapidez, dizem os reclusos, como, também, para manter corpo e mente em actividade e treinado para uma futura reinserção social (dizem

guardas e directores prisionais). Em contraste com impacto positivo do trabalho estão as saudades que têm da família, do tempo de liberdade e a pensar nos erros que cometeram.

A prisão tem, para os reclusos, os mais variados sentidos e visa os mais variados propósitos. Então, para que é que a prisão serve?

O sentido e a função que, maioritariamente, reclusos, guardas, directores prisionais e advogados vêem na prisão é a punição e o castigo do indivíduo. Assim, fecham-no para que essa pessoa não volte a repetir o mesmo crime.

A prisão é, no entanto, para outros actores entrevistados, local para formar e educar indivíduos para uma inserção profissional futura, tempo de socialização com outros indivíduos e forma de adquirir competências para uma reintegração social futura.

À pergunta – para que serve uma prisão - a maioria dos entrevistados, de todos os grupos, refere ver na prática daquela instituição uma função de punição, castigo ou ensinamento para todos aqueles que não cumprem as regras em sociedade e esse pagamento terá que ser feito através da privação da liberdade, em reclusão. Todavia, se para o grupo de guardas-prisionais a prisão cumpre quase só essa função, os directores e advogados perspectivam a cadeia como um lugar que poderá acumular a função de preparação do indivíduo para a vida em liberdade. Essa segunda função é, todavia, muito difícil de ser atingida com êxito. A cadeia teria que estar *melhor equipada* para dar essa resposta e era necessário um *outro* investimento do Estado, dizem directores. A reinserção social dos indivíduos, dizem todos os grupos, deveria passar por um correcto acompanhamento na pós-reclusão e tanto quanto sabem isso não acontece.

A centralidade do trabalho é aqui, mais uma vez, exposta. O trabalho a favor da comunidade é, para vários indivíduos de todos os grupos, um elemento chave alternativo à prisão. Todavia, dizem todos, essa medida deveria ser aplicada apenas aos indivíduos que cometeram crimes menores. Criminosos com molduras penais de 10 ou mais anos que tenham cometido assassinatos ou furtos qualificados com violência não deveriam ter alternativas à prisão porque constituem um perigo para a sociedade. Dizem, também, que o trabalho comunitário deve ter em vista o perfil individual do prevaricador e este deverá ser preparado para, pagando a sua pena, ajudar a comunidade e ao mesmo tempo ganhar uma formação que sirva para a sua reintegração futura.

Alguns actores não reclusos dizem que a prisão é a última das portas a que o sistema jurídico recorre. A forma para atenuar a chegada a essa porta passaria pelo reforço de outras instituições a montante desta e que ajudassem o indivíduo a integrar-se mais eficazmente em sociedade. Se o resultado da aplicação de penas alternativas para a reintegração dos indivíduos se mostra positivo? Todos duvidam, porque acabam por lá ir cair, dizem, sobretudo, os não reclusos.

No que concerne às medidas que o Estado deveria tomar para diminuir a criminalidade metade dos reclusos reforçam a sua determinação quanto à positividade do factor trabalho; o trabalho é visto, assim, como sendo o elemento central para a resolução dos problemas criminais. Por oposição, a falta deste, fomenta uma sociedade mais criminosa e violenta. O reforço da segurança nas ruas, a existência de penas mais pesadas ou o auxílio aos toxicodependentes são, também, medidas que o Estado deveria tomar e que são defendidas pelos reclusos.

De acordo com as opiniões recolhidas, alguns advogados, guardas e directores, estes atribuem mais ênfase à prevenção e reeducação para a reinserção social do indivíduo enquanto outros vêem na aplicação de penas mais severas ou reforço de segurança o elemento central para a diminuição do número de crimes. Estes actores estão conscientes e “consciencializados” tanto do elevado número de reclusos tóxico-dependentes como da dificuldade ou (até mesmo) impossibilidade de, segundo alguns, “curar” esta população. É, portanto, no reforço do investimento do Estado na educação e nos meios preventivos e punitivos da tóxico-dependência que consubstancia a resposta por estes actores preconizada.

A prisão é para alguns reclusos uma perda de tempo. Contudo, se para alguns as consequências dessa permanência são que, através de um processo reflexivo, abram os olhos para uma vida futura conformada, dentro das suas possibilidades, sem se manifestarem e sem recurso ao crime, para outros, a maioria, vê, que a prisão abre os olhos para que a maioria dos reclusos intensifiquem as suas acções criminais futuras.

A opinião de guardas, directores e advogados é que a passagem pela prisão é um rótulo que marca negativamente a vida futura do indivíduo. Essa marca é menos visível para aqueles que tenham uma boa estrutura familiar e relacional.

Todavia, o recluso típico, como vimos ao longo desta análise e de acordo com as representações dos entrevistados, é originário de meios familiares e ambientais desestruturados.

Assim, acresce àquela marca que o ex-recluso ostenta, a sua origem, a pouca formação educativa e profissional e, na maioria das vezes, vivências ligadas ao consumo de drogas e álcool. Para além das condições à partida e de uma certa disposição para o crime que se apega ao recluso, o tempo de prisão vai ainda acentuando hábitos de ociosidade e de conduta marginal provocado pela convivência marginal. Por fim, quando em liberdade, não consegue arranjar trabalho não apenas porque é ex-recluso mas porque o empregador partilha do conhecimento que aquele indivíduo não tem hábitos de trabalho, está intelectualmente fragilizado e a prisão não o preparou para um ofício.

À pergunta sobre as expectativas que mantém relativamente à forma como irão ser recebidos pela sociedade – todos – tem “fé” numa total integração em uma vida em liberdade até porque, aquando das suas saídas precárias, o ambiente que encontram diz-lhes que irão ser recebidos de braços abertos pela sociedade, pelos amigos, pelos familiares, pelos ex-patrões e que irão levar uma vida digna - trabalhando.

Há, todavia e em qualquer dos casos, uma rejeição silenciosa por parte da sociedade ao ex-detento que se manifesta em desconfiança, negação de trabalho e fechamento social.

X. Posfácio

A leitura das representações dos reclusos e dos elementos gravitantes à prisão não permite fazer uma interpretação estanque dos seus discursos. Cada excerto está ligado ao seguinte, deambula pelo anterior, caminha e recua de tal forma que qualquer análise atomística revela-se parcial e inacabada. A reunião de sentidos da prisão encontra-se no significado das palavras dos actores que entrevistamos. As palavras têm, no entanto, diferentes significantes que dependem não só da interpretação que cada um faz delas mas também da forma e do lugar onde elas se estabelecem. A prisão é um lugar de vivências marcadas por sentimentos intensos, catarses existenciais mas, também, de jogos de sobrevivência e de códigos próprios. Neste “afterword” não iremos buscar o significado das palavras dos actores que acompanhamos mas deixá-las fluir, na sua profundidade, para buscarmos o sentido da prisão no sentido daquelas palavras.

Os três tempos reproduzidos na nossa investigação (representações das vivências, sentimentos e projecções pré, durante e pós prisão) são superiormente representados numa peça de teatro encenada, ensaiada e apresentada, com vozes autênticas, reclusos reais, numa prisão verdadeira, sobre a passagem de tempos de reclusão. **O que me proponho é encaixar as representações dos actores que entrevistei no meu trabalho na peça de teatro que aqui reproduzo e que descreverei em simultâneo.** Por lá passarão, em tom literário, realidades, fantasias, esperanças, angústias, emoções, ilusões, vazios e dúvidas, muitas dúvidas. Dúvidas de tempos de vida vividos ou por viver ou nunca vivíveis. Histórias que são contadas desde o lugar que marca o passado, que expressa o presente e que constrói o futuro. Os espectadores (advogados, guardas e directores de prisão) também serão chamados a intervir, numa espécie de jogo interactivo, a dar um sentido à prisão.

Hugo Cruz, da associação PELE – Espaço de Contacto Social e Cultural, explica que aquele “espectáculo é o resultado de uma catarse colectiva sobre o erro e o seu perdão, a fragilidade do ser humano e a inevitabilidade de o pecado estar ao alcance de qualquer um, em qualquer tempo e espaço”.

“Entrado” é o título da peça de teatro que foi ensaiada e apresentada no EPP do Porto e simboliza “o acabado de chegar”, “o que não se pode esticar naquilo que diz”, “o que está sempre à espera”, “o que tem que marcar território” dizem alguns dos

reclusos que o programa “linha da frente” da RTP1 entrevistou na cobertura que fez ao espectáculo que anunciamos e que aquela estação televisiva apresentou em 10 de Outubro de 2010. Em “Entrado” é anunciado o espelho das vontades dos reclusos, revelando sensações, obstáculos, experiências e percepções sobre a vivência de um contexto prisional. O espectáculo reporta-se à vida dos reclusos antes de entrarem na prisão, ao momento em que entram, às passagens pela prisão e à saída, real ou imaginada. (<http://www.apele.org/site/>)

Hugo Cruz encenou e dirigiu este espectáculo que foi apresentado ao público entre 26 e 28 de Maio de 2010 em Custóias e a reportagem televisiva é da autoria do jornalista Alberto Serra e pode ser vista em: “Presos ao Palco” (<http://ww1.rtp.pt/blogs/programas/linhadafrente/>)

A peça de teatro inicia-se com movimentos desordenados, desconexos, de indivíduos que hesitam, fogem, param, retrocedem. São indistintos. Soam sirenes e gritos policiais. Parecem ser atraídos por um muro e fugindo até lá, estancam, quase chocam. É uma grande parede branca, impossível de trepar, até porque quando aquela acaba florescem mais dois metros de arame farpado. São os muros prisionais que a passagem para o seu interior se faz inevitável pela falta de “competências escolares, económicas e relacionais ” para os contornar. A ajuda está lá mas não se manifesta. Foi sempre assim, aliás, nos folhetins anteriores a esta novela. Estes personagens parecem destinados a este enredo.

De seguida aparece um homem vestido com um fato antiquado. O nó da gravata, rasgado até ao segundo botão da camisa, parece significar desmazelo, cansaço, irritação mas, também, uma papeira gorda que empurra aquela gravata para a barriga. Essa personagem empurra uma carreta metálica (muito parecida com o veículo que transporta cadáveres nos cemitérios) que contém, no meio de muitos papéis, alguns manuais de justiça. Esse homem simboliza o sistema, diz-nos o encenador desta peça, e sistema é uma expressão recorrentemente utilizada pelos reclusos. É um sistema cuja cegueira não permite ver as diferenças no acesso à justiça ou vê obscuridade na diferença ou na falta de oportunidades. É um sistema cansado, desmotivado.

O espectáculo aborda dimensões da culpa e do perdão. São territórios que nos transportam para o bem ou o mal, para o preto ou para o branco e que cujas posições de

ponta, antagónicas, distanciam encontros. Esta peça vai forçar um diálogo apelando ao tango como música de fundo e se recuarmos às suas origens - era, apenas, dançada por homens - pode-se estabelecer um paralelismo entre a fantasia da música na prisão e o realismo da sua única possibilidade de dança, casais masculinos que não se olham. O tango mescla o drama, a paixão, a sexualidade, a agressividade e é sempre triste (Tango Conf. Marcelo Copello - Revista Gosto Nº7 Fev. 2010 - Editora Isabella). A essa carga de realismo o autor junta a fantasia. Aparece, inevitável, uma mulher a entrar num segundo cenário desta peça. A mulher sobe umas escadas metálicas e superioriza-se, no alto, dando azo a momentos de invasão, de fantasia e de ruptura com o cárcere. Segundo um dos reclusos, no espectáculo cada um representa a sua cena, isto é, cada um representa-se a si próprio e o objectivo é mostrar ao mundo que tivemos um azar mas que no fundo nós somos pessoas normais, cada um pode cá estar, cada um pode vir para cá. O recluso parece, então, ter encurtado distâncias entre o bem e o mal e pretende fazer esse anúncio ao mundo para se convencer a si próprio.

O recluso quando assiste à entrada de novos reclusos diz que aqueles, quando entram, se anunciam sempre inocentes. O pessoal permanente (refiro-me paradoxalmente aos guardas e directores prisionais) também o assenta. O recluso é confrontado com agressões de vária ordem e, então, desenvolve aprendizagens e “constrói relações” de acordo com códigos internos, espaços conquistados e estratégias pessoais que driblam sancionamentos do sistema prisional. Há uma violência latente na sociedade que se acumula e encerra na prisão. Mais uma vez e talvez agora mais intensamente o indivíduo constrói estratégias de adaptação e rodeia a sua verdade ao serviço da sua “sobrevivência”.

O recluso é pobre, iletrado e contorna a verdade. Para além de ser oriundo de classes sociais desfavorecidas em termos económicos, sociais e literários, na sua maioria tem ligações com a droga ou álcool. O consumo leva-os ao tráfico e à prática de furtos. São provenientes de famílias desestruturadas e vivem desde novos em ambientes vizinhos às actividades ilícitas. São motivados por ambições (desmesuradas) de sucesso material. O apelo e incentivo ao indivíduo ambicioso, empreendedor, visa outros destinatários que não estes.

Na reportagem que, por vezes, suspende o teatro, um recluso de origem magrebina diz: *“vem aquele passarinho que fala contigo e te diz – há um trabalho que,*

em cinco dias, ganhas dez mil euros [10.000 €] – o que é que tu fazes?” Levanta os braços, esbugalha os olhos e sorri, os olhos sorriem – “aí não pensamos muito tempo. Pensa-se no lucro...entende?”

A peça de teatro desenrola-se através de quatro histórias a partir de quatro objectos pessoais que representam memórias de vivências solitárias na reclusão das celas.

O calendário. O magrebino diz: - *“aqui pode ver-se o tempo que passou e aqui o tempo que falta”* aponta folhas soltas e folhas por rasgar. *“O calendário”,* prossegue, *“por vezes é amigo e, outras, inimigo. É amigo quando de manhã consigo rasgar o dia que passa - que alívio sinto quando rasgo um dia. E, às vezes, é inimigo”* atira violentamente o calendário ao chão - *“quando o ponho em cima da mesa fica sempre em cima da mesa. Consigo olhar sempre para ele, durante todo o dia na minha cela. E, depois, é um objecto que aqui dentro é necessário...tenho a necessidade de olhar, de rasgar a folha porque passou mais um dia.”* As folhas do calendário rasgam-se mais depressa, segundo os actores encaixados, quando existem actividades laborais. As saudades eternizam o rasgo do tempo da folha do calendário. O tempo “livre” da ausência de actividades prisionais aviva compassada e dolorosamente as saudades da família ou do tempo de liberdade que recorda o lado negro da vida dos seus dias.

A almofada é o segundo objecto do enredo teatral. É nela que queremos buscar o sentido da prisão. A cena. Outro recluso da peça teatral diz: - *“no fundo a minha almofada torna-se pesada pois carrega muitos segredos e muitas vidas. Ela, tal como eu, carregamos o peso da minha reclusão. A minha almofada guarda o meu percurso todo aqui. No fundo, é com ela que a gente planeia o futuro e é nela que a gente desabafa as nossas alegrias, as nossas tristezas...já que a gente não tem ninguém com quem falar...[é] o [nosso] parceiro, ou não é?”*. A prisão apresenta-se cumpridora de vários sentidos para a qual foi criada – punir, castigar, isolar, realizar justiça, ensinar. Se a prisão cumpre os objectivos punitivos ela deveria, simultaneamente, visualizar formas de cumprimento de outros sentidos para a qual, também foi criada – abrir os olhos para a não reincidência, educar para reabilitar, formar para profissionalizar e preparar para a liberdade e reinserção social. Os actores que escutamos no nosso trabalho dizem-nos, contudo, que o sentido do segundo grupo não é atingido dado que a prisão – estupidifica ou destrói o recluso, os olhos que o cárcere abre servem para que os reclusos saiam com

instintos vingativos que os levam a cometer mais e piores crimes. Será, então, que é possível reabilitar para a liberdade através da dicotomia educação/punição? Como pode a ausência de liberdade preparar a liberdade? Como se pode aprender a andar de bicicleta só com formação teórica? O trabalho é, no entanto, o factor que reúne o beneplácito geral sobre a sua importância para não só melhorar o tempo de prisão mas também a forma achada de melhor preparar o indivíduo para a sua saída. O trabalho (comunitário) é igualmente o elemento que guia consensos para a recuperação do indivíduo sem recurso à prisão.

A colher. O terceiro objecto entra em cena. Um recluso, actor da peça que assistimos, mostra uma colher comida pelo tempo. Está baça de tanto ser lambida. *“esta colher foi-me dada pela minha mãe, ainda tem aquele gostinho das primeiras papas, das sopas feitas pela minha mãe. Aqui esta colher nunca se perdeu e eu, infelizmente, já!”* Através daquele utensílio doméstico o personagem convida-nos a olhar para a importância dos relacionamentos com as vidas deixadas para trás daqueles muros altos que encerram os reclusos. A vida deixada para além das grades é encontrada através das visitas de familiares e amigos e os momentos desses encontros trazem esperança para suportar a prisão e são o elo para uma outra vida para além da prisão. O recluso que perdeu o vínculo com o passado e com o *lá fora* sente-se perdido eternamente. As visitas que não recebem ferem-no no compasso semanal da visita aos outros. É o punido dos punidos.

A tatuagem. Um quarto actor mostra duas tatuagens marcadas acima de cada um dos mamilos. Diz que as quatro tatuagens distribuídas pelo seu corpo simbolizam as histórias mais importantes da sua vida. Os filhos, um poema escrito por si e pela sua namorada e duas caras. As caras representam o bem e o mal. *“Não é que seja uma pessoa má mas tive um percalço na minha vida (...) e esse foi o meu lado negro e a minha cara do bem é que eu me considero uma boa pessoa, uma pessoa com objectivos na vida, não é? Que neste momento fiz uma pausa nos meus objectivos mas eu tenho que me descobrir, não é?”* Equaciona-se de novo. As caras são as dúvidas e as interrogações sobre si próprio. É um sistema que lhe aponta o dedo e que o convence que há lado negro e lado branco. Que falhou. Pecou. Pode ser libertado, absolvido, perdoado, mas aquela marca pecaminosa permanece estampada na pele e ele e os outros podem-na ver. Todos os dias. Há um sistema que empurra o discurso do recluso e que

este também o acolhe à sua conveniência. É um discurso para a penitência aos seus actos que diz que a passagem pela prisão abre os olhos para uma vida futura conformada, dentro das suas possibilidades, sem se manifestarem e sem recurso ao crime. Há uma metamorfose para corpos dóceis. Há uma representação que exhibe corpos dóceis.

O teatro prossegue. Vários homens enfileiram-se entre intervalos meticulosos. Erguem lenta e compassadamente os braços até à altura que os membros permitem. Braços esticados. Do alto é-lhes servido água nos pratos metálicos que sustentam lá em cima. É-lhes servido água de um cantil. Também metálico. Esse momento simboliza a água que cada um vai usar para lavar a sua culpa. No fim, olham-se no prato já sem água mas ainda molhado que reflecte a sua cara. Distorcida.

A cena seguinte inicia com um senhor - ar culto, distinto, impecavelmente vestido. De fato engomado e gravata meticulosamente apertada, num púlpito montado no ginásio penitenciário, clama alto e incessantemente códigos, números, leis, cláusulas...Hugo Cruz, o encenador desta peça refere à câmara da televisão: *“Um ginásio é uma coisa que mata muito o dia-a-dia aqui dentro da prisão, permite alguma libertação de energia e há também algum culto à volta do corpo. Homens cansados, saturados de fazer tanto esforço, contrasta com um discurso de um homem que vomita uma série de designações de crimes e de artigos que estes homens, que estão mesmo ao lado dele, não conseguem perceber e isso é também uma coisa muito sentida, de alguma maneira, de alguma incompreensão do funcionamento das coisas.”* O sistema é constituído por homens engravatados. Proclamam coisas indecifráveis. Distanciam-nos.

O recluso magrebino: *“eu acumulei tantas experiências, de todo o tipo, desde a perda de entes queridos, aos casamentos, às viagens pelo mundo, aos inúmeros empregos. Por isso, digo que me faltava esta experiência aqui [a reclusão]. Agora, falta-me a felicidade e a morte, as duas últimas disponíveis.”*

O encenador expressa, mais uma vez, o sentido que também eu retirei em relação à disposição dos presos: *“A principal dificuldade acho que foi a de encontrar uma maneira de estar aqui dentro com estes homens. Falar de quê? Estar preso? Eu achei que eles queriam fugir a isso e a minha grande surpresa foi exactamente o contrário – eles queriam falar sobre o que é este dia-a-dia e este espectáculo fala sobre isso.”* Os reclusos querem falar. Querem falar sobre tudo e sobretudo falar. Falar da vida antes da reclusão, da sua vida na prisão, representar a prisão, representar a vida – seja bem-vindo o teatro à prisão. A prisão precisa de diálogo com o exterior. Precisa de mudar.

A cena final é passada na capela penitenciária. O documentário televisivo mostra-nos a ressurreição. Alinhados com o altar, olhos fechados, o lento despertar dos sentidos. É hora do renascer – o bater do coração bem fundo – os sons dos pássaros – momentos de libertação para alguns, tempo de permanência entre as grades para outros. Cantarolam-se murmuradamente excertos de música conventual – os reclusos vestem camisas brancas em ritmo lento. Os presos que não vestem as camisas e que cantam, iniciam, primeiro a cadência suave, um bater com as mãos no peito. Três vezes de cada vez. O som vai-se agudizando, a intensidade vai aumentando. O barulho torna-se desconexo e ensurdecedor e o eco da prisão é capaz de nos levar à loucura.

BIBLIOGRAFIA

- ARGYRIS, Chris (1975) *A integração indivíduo-organização*. São Paulo, Atlas.
- BECKER, Howard S. (1985) *Outsiders*. 1ª edição 1963. Paris, A. M. Metailié.
- BECKER, Howard S. (1997) *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- CARLEN, Pat (2007), “A Reclusão de Mulheres e a indústria de Reintegração, *Análise Social*”, Vol. XLII (4º), nº 185, pp. 1005-1019
- COMFORT, Megan (2007), “«Partilhamos tudo o que podemos»: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades”, *Análise Social, Vol. XLII (4.º), (n.º 185), pp. 1055-1079*
- CUNHA, Manuela Ivone (1991), "Investigar 'problemas sociais': equívocos e dilemas de uma etnografia na prisão", *Cadernos do Noroeste*, Vol. 4, Nº 1-2.
- CUNHA, Manuela P. (1994), *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*, Lisboa, Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.
- CUNHA, Manuela Ivone (2002), *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*, Fim de Século, Lisboa.
- CUNHA, Manuela Ivone (org.), (2008) *Aquém e Além da Prisão*, 90ª editora, Lisboa.
- DAMÁSIO, António (2003) *Ao Encontro de Espinosa – As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*, (4ª edição) Publicações Europa-América, Mem Martins
- DE ASSIS, Rafael Damaceno, DE OLIVA, Marcio Zuba (2007) “Objectivo das Prisões, Ressocialização Ou Punição” BuscaLegis.ccj.ufsc.br (consultado em 22 de Maio de 2010)
- DORES, António Pedro, (2002) “Prisões de Portugal”, comunicação ao *IV Congresso Português de Sociologia – Passados Recentes Futuros Próximos*, Coimbra, APS edição CD-ROM.

- DUBAR, Claude (2006) *A Crise das Identidades. A Interpretação de uma Mutação*, Edições Afrontamento, Porto.
- DUBAR, Claude (2005) *A Socialização. A Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, Martins Fontes, São Paulo.
- DURKHEIM, Émile (1960), *As regras do método sociológico*, Nacional, São Paulo.
- FERREIRA, Pedro Moura. **Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência.** *Sociologia*. [online]. set. 2000, no.33 [citado 14 Outubro 2011], p.55-85. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200004&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0873-6529.
- FOUCAULT, Michel (2009) *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Vozes, Petrópolis.
- GOFFMAN, Erving (1968), *Asiles. Études sur la condition sociale des malades mentaux*, Paris, Minuit.
- GOFFMAN, Erving (1993) *Estigma: la identidad deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- GOFFMAN, Erving (2003) *Manicómios, Prisões e Conventos*, Brasil: Editora Perspectivas S.A.
- GONÇALVES, R. A. (2002). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (2ª. ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- GONÇALVES, R. A., VIEIRA, Sandra (2005) *A Avaliação do Estilo de Vida Criminal em Ofensores Sexuais*, Psicologia: Teoria, Investigação e Prática, 1, 081-092, Centro de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho.
- LOPES-COIRA, M. M. (1992). Reclusos y guardianes: La prision como contexto. In J. Barroso e R. A. Gonçalves (Eds.), *Psicologia e intervenção social de justiça* (69-90). Porto: APPORT.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, CHAVES, Andréa Bittencourt P. (2009) *Um olhar sociológico sobre a pena de prisão*, NEJ – Vol.14 –n.2 – p. 175-195/2º quadrimestre.

- MACHADO, Helena (2008) *Manual de Sociologia do Crime*, Edições Afrontamento, Porto.
- MACHADO, Helena, SANTOS, Filipe (2010) (orgs.), Edições Humus, V.N. Famalicão.
- MANNING, Peter K. e VAN MAANEN, John (1978) (orgs.), *Policing: a view from the street*, Santa Monica, Goodyear.
- MOREIRA, N. A. Costa (2010) *Suicídio nas Prisões*, Legis Editora, Porto.
- PEREIRA, José (2007) *Distorções Cognitivas e Agressão Sexual: Estudo Exploratório com Agressores Intra e Extra-Familiares*, Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto para a Candidatura ao Grau de Mestre, Porto
- POPPER, Karl R. (1996) *O Conhecimento e o Problema Corpo-Mente*, Edições 70, Lisboa.
- SALLA, Fernando, GAUTO, Maitê e ALVAREZ, Marcos César (2006) *A contribuição de David Garland - a sociologia da punição*, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Novembro de 1986) *Introdução à Sociologia da Administração da Justiça* Revista Crítica das Ciências Sociais nº 21)
- STENDHAL (1995), *O vermelho e o negro*, RBA Editores, Lisboa
- STRAUSS, A. & CORBIN, J. (1990, 1ªed.; 1998, 2ª ed.) *Basics of qualitative research*. London:Sage
- SYKES, Gresham, MESSINGER, Sheldom (1960) “The Inmate Social System”, in Richard Cloward et al., *Theoretical Studies in Social Organization of the Prison*, Nova Iorque, Social Research Council, pp. 5-19
- WACQUANT, Loïc (2001) *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- WARAT, Luiz Alberto (1994) *Introdução geral ao direito: interpretação da lei – temas para uma reformulação*. Porto Alegre: Antonio Fabris.

- www.dgsp.mj.pt – relatório de actividades da DGSP – volume I, relativo ao ano de 2010
- www.governo.gov.pt/.../20100713_Plano_Integracao_Imigrantes.aspx *acedido em 20 de Fevereiro de 2011*